



Geografias tocantinenses e outras leituras

Organizadores:

Júlio César Suzuki
Eliseu Pereira de Brito
Roberto Antero
Irenildo Costa da Silva

FFLCH/USP 2019

DOI: 10.11606/9788575063644

Júlio César Suzuki
Eliseu Pereira de Brito
Roberto Antero
Irenildo Costa da Silva
[organizadores]

Geografias tocantinenses e outras leituras

FFLCH/USP

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof^a. Dr^a. Maria Armanda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a. Dr^a. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a. Dr^a. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a. Dr^a. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Prof. Dr. Valterlei Borges de Araújo (pesquisador PROLAM/USP)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

G345 Geografias tocantinenses e outras leituras [recurso eletrônico] /
Júlio César Suzuki... [et al.] (organizadores). -- São Paulo :
FFLCH/USP, 2019.
2.996 KB ; PDF.

ISBN 978-85-7506-364-4
DOI: 10.11606/9788575063644

1. Geografia regional – Tocantins. 2. Trabalhador rural –
Aspectos sociais. 3. Territorialização. I. Suzuki, Júlio César, *coord.*
II. Brito, Eliseu Pereira de, *coord.* III. Antero, Roberto,
coord. IV. Silva, Irenildo Costa da, *coord.*

CDD 918.117

Capa: Fernanda Lima

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

SUMÁRIO

TOCANTINS HÍBRIDO: ENTRE A FLORESTA E O CERRADO <i>Júlio César Suzuki</i> <i>Irenildo Costa da Silva</i> <i>Elizeu Pereira de Brito</i> <i>Roberto Antero</i>	6
A NOVA FRONTEIRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: CONFLITOS, SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES DO CAMPO <i>Alberto Pereira Lopes</i> <i>Júlio César Suzuki</i>	11
NA FRONTEIRA DE OCUPAÇÃO AGRÍCOLA NO NORTE DO TOCANTINS <i>Thayssllorranny Batista Reinaldo</i> <i>Eliseu Pereira de Brito</i>	29
ARAGUAÍNA-TO SOB A TRÍADE: TERRITÓRIO, CIDADE E REDE NO BRASIL: ELEMENTOS PARA A GESTÃO URBANA <i>Elías da Silva</i>	42
LEITURAS SOBRE RIBEIRINHOS DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS: OLHARES SOBRE O MODO DE VIDA E A RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO <i>Eliseu Pereira de Brito</i>	59
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O SANTO DAIME NA PERSPECTIVA DO HIBRIDISMO CULTURAL <i>Vanessa Maria Alves Lima Sales</i> <i>Marivaldo Cavalcante da Silva</i>	74
MOBILIDADE NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA <i>Mariane da Silva Reis</i> <i>Aires José Pereira</i> <i>João Manoel de Vasconcelos Filho</i>	90
REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E AS NOVAS CENTRALIDADES URBANAS: UM ESTUDO DE ARAGUAÍNA-TO <i>Reges Sodré</i>	110
RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS POR DEPÓSITOS TECNOGÊNICOS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA (TO) <i>Carlos Augusto Machado</i>	128
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC: POSSIBILIDADE DIDÁTICA PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO NORTE DO TOCANTINS <i>Antônia Márcia Duarte Queiroz</i> <i>Dislaine Dias dos Santos</i>	143
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE ARAGUAÍNA (TO) <i>Luciano da Silva Guedes</i>	158
AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM ARAGUAÍNA-TO: EXPRESSÕES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DESIGUAL <i>Roberto Antero</i>	173

TOCANTINS HÍBRIDO: ENTRE A FLORESTA E O CERRADO

O estado do Tocantins encontra-se na transição entre dois grandes e importantes biomas, a floresta amazônica e o cerrado, o que permite leituras comparativas importantes acerca de situações geográficas similares, não só entre os biomas em tela, mas entre outros possíveis, tanto no Brasil, quanto outras partes do mundo.

Debruçar-se sobre a realidade tocantinense é procurar os meandros da compreensão de complexos dilemas de ocupação territorial, de formação das cidades, de expansão da agricultura de exportação contemporânea, das formas de transmissão dos conhecimentos no ensino de Geografia.

Geografias tocantinenses e outras leituras é uma coletânea constituída por textos que apontar para a enorme diversidade temática e de esforços acadêmicos na interpretação das complexidades neste mundo de transições, cujas apropriações territoriais são marcadas por violência e recriação de sujeitos sociais. Assim, não poderiam deixar de aparecer análises com foco em debates de extrema relevância, social, ambiental, política, cultural e econômica, como territorialização do capital; fronteira de ocupação agrícola; território, cidade e rede; arte; cultura; mobilidade urbana; urbanização; problemas ambientais e educação.

Em *A nova fronteira e a territorialização do capital: conflitos, segregação e resistência dos trabalhadores do campo*, Alberto Pereira Lopes e Júlio César Suzuki fazem um debate sobre o que representam as novas fronteiras brasileiras, discutindo a territorialização do capital no mais novo estado da federação, o Tocantins, assim como também as novas relações de trabalho indicados pelos autores como determinantes no que diz respeito às formas de submissão do trabalhador.

Por sua vez, Thayssllorranny Batista Reinado e Elizeu Pereira de Brito, em *Na fronteira de ocupação agrícola no norte do Tocantins*, debatem a formação de Carmolândia-TO dentro de um processo de ocupação relacionado à geopolítica de ocupações das terras da Amazônia Legal, relacionando o avanço da Fronteira Agrícola de Ocupação em direção à Amazônia a migração de muitas famílias para aquele município em busca de uma vida melhor, de realizar seus sonhos e anseios.

O terceiro texto, *Araguaína-TO sob a tríade: território, cidade e rede no Brasil: elementos para a gestão urbana*, de Elias da Silva, apresenta Araguaína no âmbito da relação entre território, cidade e rede no Brasil, numa vinculação à história da apropriação da terra, organização territorial, formação e distribuição das cidades, urbanização e expansão moderna das cidades, em um processo que se consolida a partir da oficialização e promulgação da Lei de Terras de 1850.

Em *Leituras sobre ribeirinhos dos rios Araguaia e Tocantins: olhares sobre o modo de vida e a resistência no território*, Elizeu Pereira Brito envereda pela defesa de que os rios Tocantins e o Araguaia foram importantes orientadores da ocupação do território tocantinense, ocorrida, desde o século XVIII, com a formação de lugarejos nas margens desses rios. Foi, às margens desses rios, que populações construíram seus lugares e territórios ribeirinhos permanecendo até hoje no processo de resistência com a criação de identidades territoriais, o foco principal da reflexão do autor.

O texto *Reflexões teóricas sobre o Santo Daime na perspectiva do hibridismo cultural*, de Vanessa Maria Alves Lima Sales e Marivaldo Cavalcante da Silva, traz como elemento central para debate a utilização ritualística do Santo Daime, uma bebida cujas propriedades são psicoativas e que tem sido experienciada como uma espécie de conector com o mundo espiritual. Os autores enfatizam que a história do Santo Daime, prática religiosa brasileira, utilizada milenarmente por povos indígenas da Amazônia e que tem ultrapassado as fronteiras internacionais, foi marcada por encontro entre culturas. O texto analisa o processo histórico da formação e difusão da doutrina daimista pela perspectiva do hibridismo cultural.

No sexto texto, *Mobilidade na cidade de Araguaína-TO: uma análise sobre os problemas enfrentados pelos portadores de deficiência*, Mariane da Silva Reis, Aires José Pereira e João Manoel de Vasconcelos Filho discutem a temática da mobilidade urbana na cidade de Araguaína com enfoque para a análise das dificuldades que as pessoas portadoras de deficiência têm para se locomoverem nas principais vias da cidade, que apresenta espaços inadequados para a livre circulação de pessoas que necessitam de um espaço maior ou adaptado. Trazem, com isso, a discussão sobre a necessidade de uma reconfiguração urbana que tenha como necessidade a incorporação da obrigatoriedade de pensar o espaço para as pessoas, para os seus moradores, notadamente, para aquelas que tenham uma limitação física.

Por sua vez, no texto *Reestruturação da cidade e as novas centralidades urbanas: um estudo de Araguaína-TO*, Reges Sodré realiza uma análise, a partir da dimensão econômica, das diversas transformações e dinâmicas que foram impostas ao centro da cidade de Araguaína ocorridas por um processo de urbanização mais robusto no contexto do Tocantins, manifestado por meio da crescente instalação de empresas nacionais e internacionais na cidade, pelo aumento dos serviços, expansão do tecido urbano, pela ampliação dos papéis e funções urbanas e pelo surgimento de novos produtos imobiliários.

No oitavo texto, *Recuperação e revitalização ambiental de áreas degradadas por depósitos tecnogênicos na cidade de Araguaína (TO)*, Carlos Augusto Machado traz como foco central a discussão dos problemas ambientais, sociais e econômicos gerados por Depósitos Tecnogênicos (DTs) com vista à elaboração de propostas de recuperação e revitalização do ambiente urbano da cidade de Araguaína. As propostas elaboradas buscam melhorias para as condições de uso do solo urbano, seja este para fins de recreação, preservação, criação de áreas verdes ou de assentamentos urbanos com o uso de técnicas e métodos voltados para a minimização dos problemas.

No texto *Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC: possibilidade didática para a formação inicial de professores de geografia no norte do Tocantins*, Antônia Márcia Duarte Queiroz e Dislaine Dias dos Santos apresentam análises acerca do enfrentamento de mudanças significativas em relação à formação de professores de Geografia, particularmente no norte do estado, tanto na forma de avaliar, quanto na metodologia, identificando que tais mudanças são expressivas com a inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como forma de partilhar informações. As autoras debatem que a apropriação das tecnologias suscita um novo papel profissional docente no sentido de repensar uma pauta de ensino de forma contextualizada à prática docente nos espaços virtuais, analisando de maneira mais detalhada como esse novo desafio se apresenta na educação geográfica.

O décimo texto, *Caracterização socioeconômica da microrregião de Araguaína (TO)*, de Luciano da Silva Guedes, apresenta as transformações impostas ao estado do Tocantins após a sua criação, considerando a importância da microrregião geográfica de Araguaína para compreender o processo de consolidação e desenvolvimento do estado a partir dos dados socioeconômicos. O autor enfatiza que o município de Araguaína é o principal indutor de crescimento da microrregião, devido à sua importância econômica dentro do estado, sendo a sua localização estratégica como atrativo para as atividades do ramo industrial, transporte, educação e saúde.

E por último, o décimo primeiro texto *Aglomerados subnormais em Araguaína-TO: expressões do crescimento econômico desigual*, de Roberto Antero, traz para discussão e análise a presença dos núcleos de aglomerados subnormais ou favelas na cidade de Araguaína, os quais apresentam-se como reveladores de contradições resultantes das desigualdades socioespaciais, o que é expresso pela precariedade da habitação e da deficiente infraestrutura urbana.

Esta coletânea compreende textos elaborados por diferentes autores, em momentos distintos de formação acadêmica, cujas análises recortam a realidade tocantinense, em mediação com as diversas experiências construídas durante o desenvolvimento de seus percursos acadêmicos e/ou

profissionais, assim como outras leituras que se inserem dentro do contexto dos olhares das geografias tocantinenses, abordando temas importantes para o público em geral, em que pese o valor e o significado das reflexões expressas por pesquisadores com tradição em pesquisas sobre a floresta amazônica e o cerrado.

Convidamos, então, os leitores a se inquietarem com situações tão diversas temático e espacialmente que requerem muitas pesquisas e reflexões, em que a expansão e a desconcentração do sistema de pós-graduação no Brasil é um dos caminhos necessários, pois é nas universidades que se faz a quase totalidade da pesquisa histórica e geográfica no Brasil.

Júlio César Suzuki
Irenildo Costa da Silva
Eliseu Pereira de Brito
Roberto Antero
[organizadores]

A NOVA FRONTEIRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: CONFLITOS, SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES DO CAMPO

Alberto Pereira Lopes¹

Júlio César Suzuki²

INTRODUÇÃO

A fronteira, como categoria geográfica, é o lugar de esperança daqueles que não têm outra forma de vida nos parâmetros de uma sociedade justa, e buscam refúgio em outra localidade como alternativa para sobrevivência. A palavra fronteira teve sua evolução ao longo da história. Nesse sentido, para Martin essa palavra:

é derivada do antigo latim “fronteria” ou “frontaria”, que indicava a parte do território situada “in fronte”, isto é, nas margens, isso significa dizer que a avaliação de toda história anterior a Roma e mesmo de outras sociedades torna-se um tanto especulativa. Aliás, as próprias fronteiras do império foram chamadas de “limes”, o que originalmente significava “confim entre dois campos” e se referia à propriedade fundiária individual (MARTIN, 1992, p. 21).

Portanto, não é nosso objetivo abordar conceitos e estabelecer critérios que venham constituir verdades absolutas, mas fazer um debate sobre o que representam as novas fronteiras brasileiras, sobretudo discutir a territorialização do capital no Tocantins, as relações de trabalho que são fatores determinantes no que diz respeito às formas de submissão do trabalhador em relação a quem domina e o explora.

¹ Doutor em Geografia Humana (USP, 2009). Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins-UFT – Campus de Araguaína. E-mail: beto@uft.edu.br.

² Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. E-mail: jcsuzuki@usp.br.

Assim, neste artigo dividido em quatro partes, discutem-se as relações de trabalho a partir das relações não-capitalistas de produção, uma abordagem defendida por José de Sousa Martins para se compreender a reprodução capitalista de produção. A fronteira como categoria na qual iremos encontrar a diversificação de novos sujeitos que buscam uma identidade para apropriarem-se do território já apropriado diante de uma fragilidade econômica em que se encontram os pioneiros. Nesse caso, as forças produtivas representadas pelo agronegócio, ao chegar à fronteira, são determinantes para a territorialização do capital e para o impedimento do processo de reforma agrária, impondo o seu poder de mando. No último tópico deste artigo, apontaremos como o Tocantins, o mais novo estado da federação, é o protagonista da nova expansão do agronegócio com o advento do MATOPIBA, projeto criado pela EMBRAPA para a produtividade e para a produção na chamada nova fronteira agrícola. Todavia, tais fatos determinantes são responsáveis pela precarização do trabalho e pelo trabalho escravo por dívida, tão presentes no país do agronegócio.

Assim, compreender as relações de trabalho que se encontram nas novas fronteiras no Brasil é identificar o caminho percorrido pela chamada modernização centralizadora que tem se expandido em direção aos novos espaços fronteirizos, com sua característica de dominação e degradação do outro que se encontra como pioneiro, ou dos outros que são aliciados em outras localidades para fazerem frente de trabalho nas atividades econômicas, a fim de reproduzir as riquezas de quem os dominam.

A METAMORFOSE CAPITALISTA DO PROCESSO PRODUTIVO

A produção e a reprodução do capital em sua forma histórica são contraditórias e excludentes diante da própria metamorfose da sociedade que criou novas relações produtivas. Nesse sentido, parte-se do princípio de que a classe capitalista nasceu das ruínas de uma sociedade feudal que tinha uma organização de classes, baseada nos poderes estabelecidos pelo clero e pela nobreza, enquanto os servos respondiam como força produtiva dentro de uma sociedade fechada.

Com o surgimento da indústria e da funcionalidade das cidades, essas classes deixam de corresponder às forças produtivas, diante do desenvolvimento de máquinas, navegação, estradas de ferro, exploração dos continentes, telégrafos etc., que vêm colaborar para o surgimento da burguesia levando em colapso o feudalismo, como aponta Engels e Marx (Manifesto, s.d. p, 28): “Em seu lugar estabeleceu-se a livre concorrência, com uma organização social e política correspondente, com a supremacia econômica e política da classe burguesa”.

Com o surgimento do novo modo de produção, não desapareceu a exploração de classes, pelo contrário, apenas foi substituída por novas condições de exploração do trabalhador-produtor, que de algum modo se transformou em assalariado para servir a uma classe em ascensão: os donos dos meios de produção, os capitalistas. Na verdade, esse trabalhador se transforma em proletariado diante da metamorfose de um sistema para outro, vendendo o que lhe é mais precioso para a sua sobrevivência, que é sua força de trabalho. Nesse sentido, para Marx (2004, p.14):

O movimento histórico que converteu os produtores em assalariados se apresenta, pois, como sua libertação da servidão e da hierarquia industrial. Por outro lado, estes libertos não chegam a ser vendedores de si mesmos senão depois de terem sido despojados de todos os seus meios de produção e de todas as garantias de existência oferecidos pela antiga ordem de coisas.

Assim, com o surgimento do novo modo de produção, as relações de trabalho se modificaram por completo, porém, os resquícios do sistema feudal permaneceram, haja vista que o desenvolvimento do sistema de assalariamento não abrangeu toda classe trabalhadora, como afirma Marx (2004, p. 15):

O conjunto do desenvolvimento, abrangendo ao mesmo tempo a gênese do salariedade e do capitalismo, tem por ponto de partida a servidão dos trabalhadores; o progresso que esse desenvolvimento realizou consiste em mudar a forma de sujeição em exploração capitalista.

É diante dessa dinâmica contraditória que o sistema capitalista de produção nos dias atuais vai além da burguesia e do proletariado como apontado por Marx

(2004), ou seja, a divisão de classes encontra-se muito mais complexa, diante da forma de relação de trabalho que não consiste apenas na salarial. Isso porque, com as descobertas em relação aos mercados, seja na América, na África, na Índia, na China, as relações vão além das mercadológicas ou da relação entre os donos dos meios de produção e o proletariado.

Essas relações baseiam-se no sistema da acumulação primitiva do capital, nas quais se encontram outros sujeitos que se apresentam como uma mão de obra especial para os capitalistas, no contexto das relações de trabalho que subordina e explora o trabalhador, de maneira que não existe um assalariamento em muitas atividades produtivas, sobretudo no campo, haja vista a própria peonagem que se encontra explorada para acumulação e reprodução do capital. A peonagem é um exemplo para se pensar tais relações na atualidade.

Todavia, essas relações são invisíveis, maculadas dentro do próprio sistema para ampliação da riqueza. Nesses termos, poderemos pensar na expropriação camponesa e na exploração, pois na essência percebe-se a violência das comunidades tradicionais, dos posseiros, dos indígenas, dos movimentos sociais no campo e, sobretudo, do trabalho escravo por dívida para a reprodução e territorialização do capital. Contudo, não podemos pensar essa divisão do trabalho, como diria Marx e Lênin, baseada apenas na relação entre o trabalhador assalariado com o seu patrão. Essas relações estão mais na cidade, no trabalhador da indústria e do comércio.

As relações no campo são mais profícuas, mais complexas porque teremos uma exploração maculada baseada na acumulação primitiva do capital para a reprodução da riqueza, sem custos para o capitalista/latifundiário/capitalista. Nessa perspectiva, estes saem na frente no mercado financeiro das *commodities*, porque na base encontram-se trabalhadores que não são remunerados dentro dos laços jurídicos de liberdade, como aponta o sistema capitalista de produção. Dessa maneira, Martins (1998) chama atenção das relações de trabalho impostas pelos donos dos meios de produção, que vai chamar de relações não-capitalistas.

Tais relações discutidas por Martins mostram o quanto o sistema capitalista é contraditório em sua essência para acumular riqueza, pois engendra outras formas de relações para competir de forma mais lucrativa no

mercado e acumular riqueza. Nesse caso, nem todas as relações são envolvidas no processo mercadológico, como no caso o assalariamento, mas, se o resultado do produto é capitalista, a forma de produção não o é. Sobre tal configuração, Martins (1998, p. 21) ressalta que

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pelas incorporações de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado.

Nesses termos, a concorrência é um fator importante mediante aos custos que são inexpressivos para os donos dos meios de produção, enquanto para o trabalhador resta a submissão ao trabalho que lhe custa muito caro para a sua sobrevivência. O trabalhador que é submetido nesta condição de não assalariamento torna-se uma mercadoria barata, porém lucrativa para quem o contrata. Essa é a condição das relações não-capitalistas de produção sobretudo na chamada nova fronteira do Brasil.

A NOVA FRONTEIRA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL, PODER E TRABALHO ESCRAVO

A fronteira tem uma importância no quadro geográfico-político no Brasil, ou seja, implica a ideia de relações mais que espaciais, especialmente questões econômicas, políticas e sociais determinantes, que expressam uma nova (des) organização espacial geográfica, sobretudo para os que se apropriam e ao mesmo tempo se desapropriam do território³ já ocupado, porém fragilizado economicamente e politicamente. Partindo desse pressuposto, quando falamos nessa nova (des) organização espacial constituída de poder político e econômico, estamos nos baseando na análise de fronteira como

³ A ideia de território discutida nesta questão baseia-se na análise de ANDRADE (2004). Em sua discussão, esta categoria consiste na ideia de poder, seja público, seja estatal, seja o poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

sendo um local de movimentos autônomos que provocam a fragmentação de povos (caboclos, índios, posseiros) que aí estavam em suas formas adequadas de vida, provocando a formação de novos territórios de dominação por grupos que vieram em busca da ampliação do capital.

Esses grupos se apropriaram dessa região, desde a década de 1960, com a estratégia do Estado brasileiro em colonizar e integrar a Amazônia às demais regiões do país e ao mercado mundial, como aponta Picoli:

O projeto de colonização da última fronteira brasileira, elaborado pela ditadura militar, não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas sociais do sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída. Esse projeto foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais. Nasceu com a finalidade de colocar os produtos da Amazônia no mercado mundial e, por intermédio dos militares, internacionalizar a região com a expansão de grandes conglomerados capitalistas (PICOLI, 2006, p. 49).

A estratégia de colonização e de integração das áreas não povoadas e de pouca contribuição para a economia do país teve como critério do Estado a criação de planos que viabilizassem tais objetivos. O que preocupava o Estado nessa perspectiva integradora da região amazônica, a chamada fronteira de recursos, era que a Amazônia fosse ocupada pelos comunistas, e para isso os militares, a partir da década de 1960, época da ditadura, viabilizaram planejamentos, criando órgãos que implementassem a estratégia de desenvolvimento regional. A criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), em 1966, a qual veio substituir a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), tinha como objetivo proporcionar ações de incentivos de créditos e fiscais, entre outros, além de atrair investimentos nacionais e internacionais para o desenvolvimento da nova fronteira (OLIVEIRA, 1988).

Essa estratégia veio favorecer os grupos dominantes, acelerando seu processo de expansão da propriedade com incentivos e subsídios com o apoio do Estado, que enfatizou os aspectos econômicos sem levar em consideração as questões sociais, que estão submetidas à fragmentação de seu próprio espaço. Na verdade, o que estava em jogo eram os objetivos dos grupos

dominantes com seus projetos agropecuários. É nessa tentativa de integração que o Estado brasileiro vai encontrar a privatização da terra, beneficiando o grande produtor e os investidores internacionais na perspectiva desenvolvimentista centralizadora em prol do grande capital. Ianni (1979) comenta esta política de iniciativas do estado em favorecer o povoamento, a expansão da rede rodoviária, a colonização privada e pública, o melhoramento das redes de telecomunicações, a presença das forças políticas e armadas entre outras, mas o que irá se sobressair nesta integração da fronteira é o apoio econômico e político, a formação da grande propriedade agropecuária:

É essa política que está na base do rearranjo da estrutura fundiária na área. À medida que se criam as fazendas, que se implantam os projetos agropecuários que se formam as empresas, torna-se cada vez mais básico e urgente transformar as terras devolutas ou ocupadas em terras privadas, em termos jurídicos, segundo os dispositivos legais que regem o princípio da propriedade privada no país. Torna-se necessário e urgente transformar a posse em domínio, ao mesmo tempo que se torna necessário concentrar a propriedade da terra, para efeito de implantação de grandes ou médios projetos agropecuários. Assim, todo apoio ou estímulo à formação e expansão da empresa privada, mas também na expropriação de produtores diretos, ou autônomos, como os posseiros. Uma das técnicas de expropriação das terras dos posseiros é a violência. A outra técnica de expropriação à manipulação dos processos burocráticos e preços que garantem a transformação da posse em domínio da terra (IANNI, 1979, p. 212).

Diante desse quadro, percebe-se que a política implementada pelos governos militares para a nova fronteira baseava-se na concentração da terra. E esses governos, por sua vez, mantinham um discurso de integração da região ao restante do país, com uma estratégia de conter os conflitos no Nordeste, estimulando o processo migratório, para uma área vazia, sem que criassem condições adequadas para o assentamento desse povo, com políticas sociais no sentido de favorecer a melhoria da qualidade de vida. Esse processo migratório vindo do Nordeste aumentou o número de posseiros na fronteira, entrando em confronto com os grileiros, instaurando-se a violência dos que querem garantir o seu anseio, que é a apropriação da terra, por meio da força e do poder.

Dessa forma, a fronteira é o lugar que reflete a ambição dos que chegam para expropriar os que nela já estão. É o lugar do conflito e da esperança de

um novo tempo. É o lugar dos dominadores e dominados, mas o lugar que se reproduz por meio do tempo, o tempo da luta entre os contrários que se formam, que se (des) organizam e se reproduzem. Na abordagem de Martins, “a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora” (MARTINS, 1997, p.13).

Nessa perspectiva, a figura do camponês na fronteira encontra-se ameaçada pela própria condição que é imposta pelos grandes agropecuaristas devido à expansão das terras agrícolas. Nessas terras está a acumulação do capital com suas formas arcaicas de dominação. Essa ameaça é demonstrada na violência a que os camponeses são submetidos, na expulsão das terras que são seu único meio de sobrevivência, mesmo com relações de vida bastante simples, baseadas em concepções de mundo e de vida no contexto da família e da comunidade rural, que persistem em toda uma história, desde o período colonial. Nessa história de ocupação, podemos perceber o desencontro de culturas, de classes sociais na fronteira, uma, baseada na subsistência e outra, nas formas modernizadoras, que subjuga e explora a parte mais fragilizada. Este desencontro mostra a distância da realidade de cada grupo ou de cada classe social, porque nessas camadas sociais estão as formas de interesses do espaço conquistado.

O sistema instaurado pelo regime militar e a repressão aos camponeses são características que não se perderam com o tempo na chamada fronteira de recursos, elas persistem com uma nova roupagem porque não se tem a cor como predominância da escravatura do antigo regime colonial, o que predomina é a exploração do trabalho com a violência, porque nele está inserida a pobreza e esta faz com que trabalhador fique sujeito a aceitar determinadas situações, porque um indivíduo, em sua condição de cidadão que goza de seus direitos e deveres, jamais se deixaria levar pelas promessas levianas dos aliciadores ou daqueles que formam a cadeia da exploração. Mas, diante dos fatos, os acobertados de um tempo não muito longínquo continuam com suas formas de repressão pautadas na exploração do trabalho e na peonagem para abertura de novas fazendas, gerando não apenas a violência física, mas também a violência moral e ética contra o cidadão.

Nessa perspectiva, a fronteira torna-se um local facilitador para as práticas do trabalho escravo contemporâneo, porque nela ainda se encontra o primitivismo de relações trabalhistas, como também a floresta torna-se o refúgio das práticas degradantes do trabalho diante da localização geográfica que facilita tais atos.

Assim, a formação do trabalho escravo contemporâneo acontece a partir do aliciamento de trabalhadores camponeses em suas localidades de origem, sendo constituídas as formas de relações de trabalho em que há uma preparação psicológica para que o trabalhador aceite a oferta de trabalho. Nas atuais condições de globalização, em que o mundo se incorpora em sua fluidez e em sua vertigem de velocidade, os lugares são um ponto de ligação entre o indivíduo e o mundo, mas também nos deparamos com outras formas de ligação do lugar, não com o mundo propriamente globalizado, mas com um mundo onde o limite é a essência principal da intolerância que designa a ruptura do outro, diante da exploração que se aglutina com a desigualdade, formando o limite da desumanização.

É nesse limite que a vítima da exploração se encontra diante da falta de oportunidades que o incorpore a uma sociedade mais justa. O lugar é apenas um ponto de referência, porque nele está contida toda uma forma de vida peculiar ao atraso social. Nesses termos, há um processo de lentidão em relação ao desenvolvimento histórico determinado pelo próprio capitalismo em sua relação desigual e contraditória. Nas circunstâncias em que se encontra o trabalhador, o lugar não tem nenhuma representação, porque a sua referência é a própria vida que caminha sem rumo e sem destino.

AS FORÇAS PRODUTIVAS PARA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A REFORMA AGRÁRIA

As forças produtivas no campo, no século XX após a segunda guerra mundial, seguem o ápice da produção e da produtividade com o seu principal paradigma, a Revolução verde no campo, ou seja, é a penetração do capitalismo com o advento de tecnologias, seja na parte da agroquímica, da mecanização e da biotecnologia. São esses pilares que sustentam o discurso do agronegócio de rendáveis e eficientes,

[...] mediante as ações políticas (planejamento econômico), as ações econômicas (capital privado nacional e transnacional), as ações sociais (melhoria de infraestrutura e da qualidade de vida da população local e regional) e as ações culturais (ideologia do atraso, do isolamento), entre tantas outras argumentações com o intuito de criar consensos sociais em torno da implementação das atividades modernizantes na agropecuária do Planalto Central (MENDONÇA, 2007, p. 85).

O agronegócio, para Fernandes (2010), é o novo nome de desenvolvimento da agropecuária brasileira e tem o apoio e o incentivo do Estado brasileiro com intervenções políticas e econômicas. No caso das intervenções econômicas podemos perceber como os recursos financeiros advindos do Estado são bastante significativos para o agronegócio.

Como aponta Fabrini (2014), são financiamentos com juros baixos, como nos Planos safra, cujo volume de recursos financeiros à disposição dos agronegociistas é bem superior aos recursos destinados à agricultura familiar. As reivindicações do agronegócio ao Estado ocorrem para que seus beneficiários possam competir no mercado internacional com melhorias na infraestrutura e logística para o escoamento da produção, com construções de pontes e rodovias, ferrovias, hidrovias, modernização dos portos, armazenamentos. E, como se não bastasse, reclamam ainda de investimentos do Estado em relação à Educação Rural para a formação de mão de obra especializada, além da capacitação do corpo técnico científico para a modernização no campo.

Ainda de acordo com Fabrini (2014), reivindicam ainda do Estado uma posição política relacionada à estrutura privada da terra, com a argumentação de que é preciso conter os conflitos no campo para dar mais tranquilidade para o processo produtivo. Esse argumento é sustentado por alguns intelectuais que não questionam o modelo adotado pelo agronegócio, que desterritorializa os camponeses e comunidades tradicionais, que impermeabiliza a produção familiar para dar lugar à monocultura, e não analisam a imposição do capital destruindo o meio ambiente.

Para os agronegociistas, a reforma agrária é algo superado que não se encontra na pauta do dia porque teremos que ter um campo moderno e produtivista à luz do mercado externo. A reforma agrária não tem sentido, pois

modificar a estrutura fundiária brasileira para fins de reforma agrária seria um caos para a balança comercial brasileira, conforme argumenta Fabrini (2014).

Por outro lado, ainda de acordo com Fabrini (2014), os não defensores contra-argumentam que é preciso modificar a estrutura agrária brasileira mediante a exclusão camponesa no decorrer da história desse país. Podemos perceber neste tempo “Temeroso” em que as relações de trabalho no campo se aglutinam para uma reforma retrograda, em que voltamos ao século XIX com a legalização do trabalho escravo ou análogo como afirma o código Penal Brasileiro. O projeto de Lei nº 6.442/2016, do deputado Nilson Leitão do PSDB-MT, é uma afronta aos trabalhadores, é a mais clara legalização de todas as barbáries que acontecem hoje no campo, com a precarização do trabalho, exploração do trabalhador, violência, criminalização dos movimentos sociais.

Trata-se de uma reforma pautada no espírito da reforma trabalhista já aprovada no congresso nacional para satisfazer os donos dos meios de produção. É uma reforma contra-reforma que afeta os trabalhadores, em que os agricultores ou camponeses contratados sejam pagos na base do escambo (alimentação, moradia no lugar da remuneração salarial). Sem falar do aumento da jornada de trabalho para 12 horas, sem se preocupar com a saúde do trabalhador, sem haver uma responsabilidade precisa por parte de quem o contrata. É um retrocesso sem precedente. O que estamos vivenciando no campo do Brasil é a criminalização dos movimentos sociais que lutam em prol da reforma agrária.

Negar a importância da reforma agrária neste país é tornar invisível a história da luta pela terra, é não perceber a miséria e a pobreza que são resultados da superexploração do trabalho, em muitos casos em condições de escravidão contemporânea.

Nesse sentido, observa-se no cenário político a criminalização dos movimentos sociais e a invisibilidade do trabalho escravo no campo no Brasil, e em especial o Tocantins. É uma violência explícita feita pela classe abastarda desse país. Também não é diferente o papel do judiciário, legislativo e executivo, que, em sua maioria, assume ter um lado, o lado da impunidade, porque eles os representam por si só. São eles os donos dos meios de produção. E como legislar contra si mesmo? As classes dirigentes desse país sempre foram intolerantes contra qualquer tipo de manifestações ou

reivindicações dos movimentos populares, trazendo consigo o ranço de uma política nefasta de repressão, de poder de mando, de retaliação, de ações violentas e ilegais com ação da polícia como aconteceu na gleba Tauá em Barra do Ouro, no estado do Tocantins, entre despejos de posseiros e ameaças de mortes.

A SAGA DO TOCANTINS: AGRONEGÓCIO, MATOPIBA, CONFLITOS E RESISTÊNCIA

O estado do Tocantins não foge à regra acima descrita, visto que a política de desenvolvimento do estado foi pensada para favorecer e proteger grupos econômicos, políticos e o latifúndio, que por sua vez preservam a grande propriedade fundiária, com suas formas tradicionais de produção e reprodução do capital. Forma-se, desse modo, um grande contingente de desprovidos que não têm acesso à terra, resultado da desigualdade social. Trata-se dos explorados pela classe dominante.

A própria ostentação da atividade econômica agropecuária no Tocantins demonstra o grande poder de domínio dos fazendeiros apoiado pelo estado, o que eleva a desigualdade socioeconômica das classes sociais desprovidas de condições necessárias para a sobrevivência. Geram-se trabalhadores submissos a determinados trabalhos, entre os quais o trabalho forçado.

Dessa maneira, a distribuição de terras para os grandes capitalistas foi estratégia de governo no estado do Tocantins desde a sua criação: os lotes eram vendidos a preço simbólicos, para atender uma elite que se constituía e tinha o discurso de desenvolver uma região que sofria com o abandono durante muito tempo, como aponta Ribeiro:

Apesar de vários discursos apontarem para um 'Estado modelo' e sem vícios, ele tem sido um exemplo do vício, da politicagem, um estado em favor da elite que não se altera e personaliza em poucas pessoas. Porém, esta é uma das práticas silenciadas pelo discurso tocantinense. As poucas vozes que enunciam não têm espaço e são sufocadas aos poucos. (RIBEIRO, 2001, p. 112)

A politicagem segue com o caso de Campos Lindos, da qual todos somos sabedores desde quando o governo da época escolheu proprietários de

sua confiança para a grilagem do projeto, desapropriando dezenas de camponeses que ali se encontravam desde o início do século XX, para beneficiar os grandes proprietários de terras.

O discurso se construía no sentido de não chamar atenção dos órgãos públicos como o Ministério Público Federal, era como se estivesse se concretizando uma suposta reforma agrária, que beneficiava grandes produtores. Dessa forma, os camponeses foram expulsos e indenizados irrisoriamente. Esses camponeses foram várias vezes ao senhor governador pedir investimentos, em estradas, armazéns, energia elétrica e nunca tiveram sucesso. Em forma de decreto em 1996, a chamada grilagem pública, aconteceu como uma forma de reforma agrária velada para o grande produtor. Esta é uma prática que temos observado a cada dia neste estado, e agora, com o advento do Matopiba, a quem servirá?

O Estado do Tocantins faz parte do projeto, definido pelo governo federal, como a “nova fronteira agrícola”, o MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), com o objetivo de expansão da agricultura em larga escala, com novos empreendimentos para acumulação de riquezas.

A região do MATOPIBA abrange um total de quase 143 milhões de hectares e de mais de 25 milhões de habitantes. No Tocantins, são 08 microrregiões que abrangem 139 municípios, cerca de 27.772.052 de hectares, o que representa uma área de 38% do território tocantinense, segundo a EMBRAPA.

Reiteramos que o Estado do Tocantins faz parte do projeto definido pelo governo federal como a “última fronteira agrícola”, o MATOPIBA, com o objetivo da expansão da agricultura em larga escala com novos empreendimentos para acumulação de riquezas, com base também na reportagem da Brasil 247 (2015), que corrobora essa afirmativa, ao apontar que 61 pessoas têm renda acima de 1 milhão no Tocantins, enquanto 623 mil passam fome. Assim os dados são citados:

Considerado como o "Novo Eldorado", o Tocantins viu crescer de 10 para 61 o número de pessoas com renda acima de US\$ 1 milhão, cerca de R\$ 2,61 milhões, entre 2003 e 2013; dados são de levantamento da Receita Federal com base nas declarações de Imposto de Renda de 2013; afortunados somam 0,004% da população; por outro lado, Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD) 2013 mostrou que 623 mil habitantes do Tocantins, 47% da população, sofrem com insegurança alimentar (www.brasil.247.com).

Dessa forma, o contraste representa, de um lado, o caráter concentrador baseado na expansão do agronegócio com uma minoria dona de uma riqueza milionária, e, do outro, a desolação, a expropriação e a exclusão das comunidades tradicionais, dos camponeses no campo, os quais vivem na pobreza ou em extrema pobreza. Estamos delimitando como comunidades tradicionais aquelas que estão sendo afetadas pela expansão do agronegócio em seus territórios, como os ribeirinhos, os quilombolas, extrativistas, e por que não também os camponeses etc.? Referente a essa configuração, Vianna (2008, p. 28) argumenta:

A expressão “populações tradicionais” vem sendo usada também por movimentos sociais rurais, que a partir da década de 1990, adotaram a vertente ecológica em sua luta pela garantia de suas terras e do acesso ao uso dos recursos naturais, cunhando-se, pela aproximação do movimento social com o ambientalista, o socioambientalismo. (Grifo do autor).

Embora ainda não haja uma definição mais precisa sobre comunidades tradicionais, diante do contrassenso entre unidades de conservação e comunidades tradicionais, isso porque há um conflito entre os agentes implementadores de unidades de conservação e as comunidades locais. Quanto a essa questão, Vianna (2008, p.46) argumenta que:

Assim, no Brasil, o poder público passa a definir quais seriam os grupos de “privilegiados” que poderiam permanecer nas unidades de conservação. Muitas vezes a intenção era definir como “população tradicional” aquela que tivesse relação “harmônica” com a natureza, ou seja, aqueles que teriam capacidade de cumprir os critérios de conservação excluindo-se os demais moradores. Entretanto, não há um consenso sobre a definição de quem seriam essas “populações tradicionais”. (Grifo do autor).

Mesmo com tais indefinições sobre as comunidades tradicionais, reportamos aquelas que vivem dos recursos da natureza e de pequenas produções, e que são afetadas pela expansão territorial do capital com o

advento do agronegócio, que é sinônimo de produtividade, mas também é constituído de relações capitalista contraditórias e desiguais.

É a territorialização do capital, sendo imposta pelo Estado e pelos donos dos meios de produção, que explora e domina e que traz consigo as contradições e o conflito. A quem interessa? O discurso do agronegócio, com a implantação do Plano de Desenvolvimento Agrícola MATOPIBA, incorpora outros discursos para se legitimar, como o da Revolução verde e dos transgênicos, defendendo que vai haver uma responsabilidade social e o fim da pobreza, sem correspondência com o lastro da realidade. É um discurso falacioso de sustentabilidade que forja a simbologia do projeto destinado à viabilização de classes hegemônicas para acumulação do capital, pois, como analisa Bruno (2008, p. 93), em relação ao agronegócio:

Não se observa, em contrapartida, uma mudança significativa na natureza das relações de trabalho: a intensificação de trabalho em especial nas regiões canavieiras, e o recurso ao trabalho escravo nas frentes de expansão são uma realidade e se constituem em campo de tensão e conflitualidade.

Na verdade, o Estado tem pensado conjuntamente com os donos dos capitais, com os resultados do processo produtivo e não nas relações sociais de trabalho e vida dos camponeses. A realidade em que se configura a nova fronteira segue as mesmas características de um país em que a questão da terra é algo a ser resolvido. Não podemos pensar em reformas se a estrutura continua nas mãos de uma pequena classe, que tem um poder de barganha para impedir avanços no contexto de uma nova organização fundiária em nível nacional.

A expansão da agropecuária no estado do Tocantins demonstra esse processo extensivo dos capitais por meio dos incentivos fiscais e subsídios governamentais para a reprodução ampliada do capital. Some-se a isso a forma não-capitalista de produção, como é o caso da peonagem para a formação das fazendas, numa prática exaustiva do trabalho. Isto é, tem-se uma forma predominante de exploração dos trabalhadores, que são aliciados e que, por isso, têm sua própria sobrevivência comprometida.

PARA NÃO CONCLUIR...

No cenário do desenvolvimento da agropecuária no Brasil, para os que buscam na fronteira nova oportunidade, nela acabam encontrando a repressão e a violência – formas de trabalho que condizem com a acumulação primitiva que compromete a própria vida do trabalhador. A riqueza no capitalismo é criada em cima do próprio trabalho, embora existam outros valores que são condicionados ao capitalista por meio de sua apropriação.

No entanto, na fronteira agrícola – lugar em que a superexploração é um fenômeno comum –, em vista de uma série de fatores integrados, os trabalhadores encontram-se dentro de um processo de acumulação primitiva, segundo o qual as relações de trabalho se associam à dominação do proprietário, exigindo assim os deveres a serem cumpridos. No capitalismo, a ação do capital sobre a propriedade da terra cria e desenvolve o trabalho assalariado. Isso, entretanto, não se aplica aos parâmetros do trabalho forçado nos dias atuais, porque nele está implícita a condição do trabalhador subordinado e muitas vezes alienado às formas impostas pelo proprietário da terra com relações de produção não-capitalistas.

No Tocantins, as relações entre capitalistas e proprietários de terras com o Estado tornam-se relações de favores e de interesses políticos constituídos, de modo que a crise de uma das partes pode ser resolvida no momento mais pertinente, ou com o voto para os representantes do Estado, ou com soluções de problemas judiciais em relação aos capitalistas, como é o caso da ilegalidade das terras. Essa abordagem é útil para compreendermos a expansão da grande propriedade e recentemente o projeto MATOPIBA, que seguirá com as mesmas práticas em relação à situação do trabalho escravo contemporâneo que, por sua vez, encontra-se no interior das fazendas, especialmente no Tocantins. Essa forma de trabalho é degradante, e de certa maneira os responsáveis ficam impunes diante das atrocidades que são cometidas.

Dessa forma, estamos diante de uma complexidade de formas marginais de trabalho. Na fronteira, isso se torna frequente pelo isolamento geográfico em relação às regiões desenvolvidas, e tem crescido principalmente nos estados da nova fronteira do país, onde a grande propriedade tem se expandido, e nela

as relações de trabalho são moldadas na concepção da peonagem em que se constitui o trabalho escravo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflitualidade. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 83-105.

FABRINI, J. E.; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra uma área da Amazônia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O cativo da terra**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. [s.l; S.n; S.d]

_____. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. Tradução: Klaus Von Puchen. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MENDONÇA, M. R. A urdidura do capital e do Trabalho em áreas do cerrado. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; OLIVEIRA, A. M. S. de; GONÇALVES, M. A. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2007. p. 84-106.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papius, 1988.

ONG Repórter Brasil. Disponível: www.reporterbrasil.com.br. Acesso em agosto de 2015.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, F. A. **A invenção do Tocantins: memória, história e representação**. 2001. 165f. Dissertação (Mestrado em história das sociedades agrária). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. 2001.

Tocantins 247. Disponível em:
<http://www.brasil247.com/pt/247/tocantins247/167011/TO-tem-61-ilion%C3%A1rios-e-623-mil-que-passam-fome.htm>>. Acesso em junho de 2015.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

NA FRONTEIRA DE OCUPAÇÃO AGRÍCOLA NO NORTE DO TOCANTINS

*Thayssllorranny Batista Reinaldo*⁴

*Eliseu Pereira de Brito*⁵

INTRODUÇÃO

A Amazônia como região Geopolítica para fins de planejamento foi criada em 1953 pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA – com a finalidade de promover o desenvolvimento e o ordenamento regional. Em 1967 a SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM –, que passou a planejar as políticas de ordenamento territorial por meio dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDAm. A Amazônia Legal (denominada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento) abrange todos os estados da Região Norte: Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Pará, Tocantins, Rondônia e o estado de Mato Grosso e o oeste do Estado do Maranhão. Como delimitação espacial desta pesquisa, focamos nossa análise sobre o município de Carmolândia - TO, que é um dos municípios que pertence à região do Bico do Papagaio. A escolha dessa pesquisa atende ainda aos interesses da análise que desenvolvemos junto ao Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins.

A formação de uma região de fronteiras de ocupação, no caso específico da Fronteira Agrícola de Ocupação na região Amazônica, transforma a vida da população local, pioneiros ou nativos. Para identificar a formação dessa região, partimos de uma análise da formação territorial a partir de meados do século

⁴ Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Professora do Curso de Geografia da UFT. Pesquisadora do Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins. Desenvolve pesquisa sobre fronteiras de ocupação no norte do Tocantins. E-mail: thayssuft@gmail.com.

⁵ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Curso de Geografia da UFT. Coordenador do Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins. Desenvolve pesquisa sobre territórios e identidades territoriais em áreas de Transição na Amazônia Legal. E-mail: eliseubrito@mail.uft.edu.br.

XX, período em que o Estado brasileiro criou o plano de colonização dirigida, intitulado de Plano de Integração Nacional – PIN/1960-1970 –, que impulsionou a expansão da Fronteira Agrícola de Ocupação em direção à Amazônia, de forma a modificar a vida da população e criar territórios de conflitos entre os povos da frente pioneira e os migrantes que chegavam e demandavam terras para uso agropecuário.

A fronteira de ocupação adentrou as terras do sudeste da Amazônia Legal e transformou a paisagem em seus territórios, iniciando, assim, um processo de conflitos agrários. Isso se deveu por não se considerar nos planos de ocupação que se tratava de uma região ocupada pela frente pioneira, extrativistas, seringueiros, camponeses, fazendeiros, quebradeiras de coco babaçu e índios; antes, considerou-se nos planos se tratar de um espaço vazio, o que culminou no conflito pela posse da terra. Isso nos indica que a região de Fronteira é um lugar de instabilidade, de encontros e desencontros, tendo uma gama de interesses políticos e econômicos que modificam a natureza e a vida da população.

Ao estabelecer proximidade entre a nossa escala espacial de estudo e o processo de ocupação nos é possível afirmar que famílias nordestinas migraram para o município de Carmolândia-TO em busca de terras ou trabalho na terra como arrendatários, meeiros e posseiros. A maioria dos migrantes era composta por retirantes da seca ou expropriados da terra no Piauí e no Maranhão, ou famílias da região sul de Minas Gerais, de São Paulo e do sul de Goiás, que chegaram em colonizações dirigidas, com incentivos do Governo Federal como doações de terras devolutas ou, ainda, por comprarem estas terras por um preço acessível, um valor simbólico no município. Em contrapartida, as populações nordestinas que se direcionaram para o município migraram em colonizações espontâneas sem o mínimo incentivo do governo, e serviam como mão-de-obra barata para trabalhar nas fazendas e, em sua maioria, foram excluídas da posse da terra pelo Estado.

A FORMAÇÃO DE UMA REGIÃO DE FRONTEIRAS

Há vários olhares sobre a fronteira e também formas de trabalhar a categoria. Em Becker (2007) a fronteira é móvel. Para Almeida (2009), a

fronteira é o lugar dos tempos diversos, o encontro de sujeitos, por isso, um entre-lugar. Para Martins (1997), a fronteira não se resume a limites geográficos de país ou região, mas, ao contrário, ela pode ser uma fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 1997, p. 13).

Sendo assim, a fronteira é um local extremamente conflitivo e amedrontador, a fronteira ela é social. Na região de fronteira, o 'outro' é maltratado e explorado, pois aí o homem não se encontra, desencontra-se. A fronteira é um lugar que reflete a ambição dos que chegam para expropriar os que ali se encontram, o é também do conflito e da esperança de um novo tempo, bem como dos dominadores e dominados; é o lugar que se reproduz por meio do tempo, o tempo da luta entre os contrários que se formam, que se (des) organizam e se reproduzem. Para Martins (1997, p. 13), "a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora".

Nesta direção, a Amazônia Legal tem sido palco de constantes conflitos e massacres envolvendo índios, extrativistas, camponeses, população local e migrantes que chegam. Esses conflitos são principalmente decorrentes da 'luta' pela posse da terra, entre o nativo e o latifundiário, e o sudeste da Amazônia, de fato, sempre foi palco de conflitos agrários, impasse que tem resultado em inúmeros assassinatos pela posse da terra ao longo do tempo. Em 1964, com a Ditadura Militar, os interesses em ocupar a região tornaram-se mais intensos e propositivos. Uma forma usada para alavancar tal empreitada foi considerar a Amazônia como espaço vazio, negando a ocupação existente de tribos indígenas, seringueiros, extrativistas e camponeses, populações que tiravam seu sustento diretamente da terra, mas que estavam, porém, inseridas numa faixa de Fronteira Agrícola de Ocupação, o que resultou em litígios entre nativos e paulistas, como costumam chamar pessoas de outros lugares na Amazônia. Conforme Martins (1997) discorre:

A partir de 1966, quando a ditadura militar (instaurada em 1964 e encerrada em 1985) põe em prática um amplo programa de ocupação econômica da Amazônia brasileira em bases supostamente

modernas. Embora, até por tradição, viesse ocorrendo um lento processo espontâneo de ocupação 'do oeste', e a partir de meados dos anos cinquenta, do 'Centro-Oeste e do Norte do país, o regime militar decidiu acelerar, definir as características dessa ocupação e controlá-la. Os objetivos eram econômicos, mas eram sobretudo geopolíticos. Os militares falavam em 'ocupação dos espaços vazios', embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contatadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século 18, pelo menos (MARTINS, 1997, p. 85-6).

A apropriação das terras para produção animal na região avançou na década de 1960, decorrente da construção da rodovia Belém-Brasília. Foi nessa conjuntura da transformação do Bico do Papagaio que a ocupação do município de Carmolândia-TO se tornou uma amostra importante para construção de nosso pensamento neste texto e, neste sentido, concordamos com Silva (2007), quando afirma que a Fronteira Agrícola foi forjada diante de uma situação extremamente conflitiva, entre diferentes sociedades e diferentes sujeitos, realidades, tempos e histórias distintas, tudo em um mesmo espaço, o que contribui com o nosso olhar, quando destaca que,

a fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital, inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos. Entretanto, apesar de ser reflexo da sociedade em geral, a fronteira tem uma dinâmica interna própria, visto que se assenta em tipos sociais diversos e mesmo opostos. É singular, diferenciada internamente, bem como parte da totalidade capitalista (SILVA, 2007, p. 285).

A discussão sobre fronteira tem várias vertentes, o que torna complexo a sua delimitação. Silva (2007) enfatiza que, no senso comum, quando se fala em 'fronteira', geralmente as pessoas logo pensam em limite geográfico de um país, porém a fronteira também pode ser a borda de processos singulares de integração e conflito, bem como uma área de contato social, cultural, de etnias e econômico, dentre outros, numa sociedade extremamente capitalista, que chega 'impondo' seus modos de produção à população local. Na Fronteira Agrícola de Ocupação há ainda assassinatos, genocídios, conflitos, medos e angústias entre as mais diferentes classes sociais, já que, à medida que o latifúndio vai sendo instaurado, em meio ao território, o pequeno camponês vai

sendo expulso de suas terras. Portanto, “a fronteira capitalista é um fenômeno não somente espacial e histórico, mas de confrontação cultural e ideológica e de expansão econômica” (SILVA, 2007, p. 285).

Trata-se, pois, de forças políticas que, diga-se de passagem, doaram grandes extensões de terras devolutas na Amazônia para os grandes produtores e criadores de gado, que, por meio da força bruta ou da grilagem de terras, e devido às doações de terras por parte do Governo Federal, foram adentrando na Amazônia e modificando a vida da população residente do lugar, sujeitos que têm seus costumes, seus sonhos e suas vidas, frustrados e acabados, no entanto, devido aos interesses capitalistas do excludente e desigual sistema econômico. O resultado de tudo isso é um local extremamente conflituoso entre as mais diferentes sociedades e tempos distintos em um mesmo lugar.

Almeida (1992) analisa a formação de fronteira na região Amazônica, fazendo um paralelo entre os pontos positivos e negativos da colonização. O autor ressalta que o movimento de ocupação dessa região se intensificou principalmente nos anos 1970, em resultado de um projeto empreendedor e ousado do governo que intentava, a um só tempo, resolver os problemas da região e do restante do país, desviando a tensão dos movimentos sociais para esse projeto ousado de colonização, período em que o Brasil estava vivendo ainda a Ditadura Militar (1964-1985). O Brasil, devido a sua grande extensão territorial, possuía ‘espaços vazios’, o que era mais notável na região Amazônica e, por causa disso, utilizava-se o seguinte o discurso: “as terras sem homens para os homens sem terra” (MACHADO, 1992, p. 30). Nesse contexto, muitas frentes pioneiras migraram de seus locais de origem em direção à região, e aí adentravam, desbravavam e introduziam paulatinamente a pecuária extensiva, que veio culminar, conseqüentemente, em uma (re) organização territorial.

A frente pioneira penetrou a mata fechada, fazendo picadas na floresta, abrindo, assim, caminhos para que as pessoas pudessem passar e, à medida que iam fazendo a derrubada da floresta, introduzia-se a pecuária extensiva. Nesses processos, os migrantes tinham um papel importante, quer dizer, eles não apenas proporcionavam modificações na paisagem local, mas também na vida da população, promovendo, deste modo, uma (re) organização territorial.

Verifica-se que foi justamente a presença dessas frentes pioneiras de imigrantes que adentraram que possibilitou a expansão da Fronteira Agrícola de Ocupação, que, por sua vez, veio a ser um lugar que viabilizaria o 'novo'. Nessa época, houve a introdução de técnicas que proporcionaram um ordenamento do território, culminando, paralelamente, no desmatamento da floresta Amazônica.

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NA AMAZÔNIA

O processo de expansão da Fronteira Agrícola foi impulsionado pelo governo Militar (1964) com a implantação do Projeto de Colonização na Amazônia, denominado de 'Plano de Integração Nacional (PIN)', instituído no ano de 1970 e implantado, a partir de 1971, pelo Governo Federal. O objetivo do PIN era desenvolver um grande programa de colonização dirigida na Amazônia, trazendo trabalhadores sem terra de diversos pontos do Brasil, em especial do Nordeste, para a Região, já que um dos objetivos do governo era ocupar os 'espaços ditos vazios'. Ditos. Isto porque, na realidade, já haviam populações que moravam na Amazônia, tais como os índios, os seringueiros, os extrativistas etc., populações estas que não opinaram e, no entanto, tiveram suas vidas (trans) formadas diante dessa nova configuração territorial da Amazônia.

O governo, para intensificar a migração para a região amazônica, forneceu incentivo e condições para que as pessoas migrassem. Machado (1992) cita alguns exemplos, como a construção e pavimentação de rodovias que ligam o país do Norte ao Sul, como é o caso da BR-153, e, no que toca aos incentivos fiscais, facilitou a obtenção de crédito agrícola através de bancos oficiais – programa PROTERRA –. Acresce-se a isso as redes de telecomunicações na região e a distribuição de energia elétrica, tudo isto com o objetivo de expandir o mercado interno brasileiro. Neste sentido, Oliveira (1991) enfatiza que:

Os governos militares procuraram 'administrar' esta contradição e, ao mesmo tempo aprofundaram-na. Reprimiram os movimentos populares e deram todo apoio aos investimentos incentivados no campo. Transformaram, nesse processo, os grandes capitalistas nacionais ou internacionais em grandes latifundiários através do

programa de incentivos fiscais SUDAM para projetos agropecuários na Amazônia. Políticas territoriais foram elaboradas e implantadas para dar apoio a esse processo tais como: PIN - Programa de Integração Nacional (com a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém), PROTERRA, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO POLONOROESTE, entre outros (OLIVEIRA, 1991, p. 154).

Essa estratégia de Colonização do Governo Federal veio beneficiar, notadamente, os donos dos meios de produção e, principalmente, os grupos dominantes, que eram focos de interesse do Governo Federal. Conseqüentemente houve incentivo e subsídios em relação à expansão da propriedade com o apoio do Estado, dado que muitos objetivos dos grupos dominantes com seus projetos agropecuários estavam em jogo. Nesse contexto de colonização e integração da região Amazônica, o Estado brasileiro encontrou “[...] a privatização da terra, beneficiando o grande produtor e os investidores internacionais na perspectiva desenvolvimentista centralizadora em prol do grande capital” (LOPES, 2009, p. 76).

Essa política de integração nacional favoreceu também a expansão, a construção de rodovias pelo País, o melhoramento nas redes de telecomunicações e a presença de forças políticas e armadas na região Amazônica. No entanto, o que se destaca nessa nova integração da fronteira são, por um lado, os grandes projetos agropecuários, que receberam/recebem apoio e incentivo político e econômico para a expansão da produção agropecuária, muito presente na região e, por outro, o pequeno agricultor, que planta para sua sobrevivência, e as populações locais, como índios, seringueiros e camponeses, dentre outros, que não tiveram acesso ao ‘financiamento’.

O MUNICÍPIO DE CARMOLÂNDIA NO CONTEXTO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

A expansão da Fronteira Agrícola de Ocupação beneficiou apenas uma pequena parte da população: os grandes latifundiários e os empresários nacionais e internacionais. Em contrapartida, a população que já morava no lugar teve suas vidas (trans) formadas e seus costumes, seus ‘modos de vida’ foram modificados pelo ‘desenvolvimento’. O município de Carmolândia teve suas origens em meados do século XX, mais precisamente dos anos 1960-1963, e teve sua formação territorial inserida em um processo de conflito

territorial. O Estado forneceu incentivos financeiros ou exclusão para que muitas famílias migrassem para a região, e foi diante desse contexto que as primeiras famílias migraram para esse município na área dos domínios da floresta Amazônica.

Muitas dessas famílias vieram em migrações dirigidas e espontâneas. Nas migrações dirigidas elas tinham pelo menos um mínimo de apoio do Governo, como incentivos fiscais e doações de terras devolutas, ou, ainda, vendas dessas terras por um preço muito barato, digamos que por um valor simbólico. Nas migrações espontâneas, as pessoas migravam por conta própria, sem apoio e auxílio do governo, impulsionadas apenas pelo sonho de uma 'vida melhor', e, para tanto, deixavam para 'trás' suas casas, famílias/parentes e amigos em busca desse um sonho. Como afirma, em entrevista, a Senhora Maria Rita, que chegou na região em 1961, sua família foi uma das primeiras a chegar na Região: "as pessoas vinham para a região em busca de uma qualidade de vida melhor, pois todos eram muito humildes, a vida era difícil, sofrida, por isso minha família decidiu migrar para a região em busca de uma vida melhor". Como a própria entrevistada afirma, eram os sonhos de uma vida melhor que faziam com que muitas pessoas migrassem do seu lugar de origem em direção à Região Amazônica, mesmo sem saberem ao certo o que os esperava.

Os desbravadores/pioneiros do atual município de Carmolândia chegaram à região em 1960, ficando primeiramente em Araguaína-TO, segundo Oliveira (2013). Estas famílias vieram com o Senhor Marcondes, um importante fazendeiro à época, primo do prefeito de Goiânia. Em 1961-1962 essas famílias foram morar na Fazenda Marimar, nas terras de Marcondes, onde atualmente se localiza a fazenda Vera Cruz. De acordo com o Oliveira (2013), para adquirir esta fazenda o Senhor Marcondes foi, juntamente com seu pai, Pedro Alexandrino de Oliveira, a Goiânia, recorrer junto ao órgão pertinente, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás – IDAGO –, quanto à licença para ter/utilizar tais terras. Estas eram terras 'devolutas' na época, ou seja, terras do Estado e, por este motivo, eram doadas ou vendidas por um preço muito acessível à população que chegava à região.

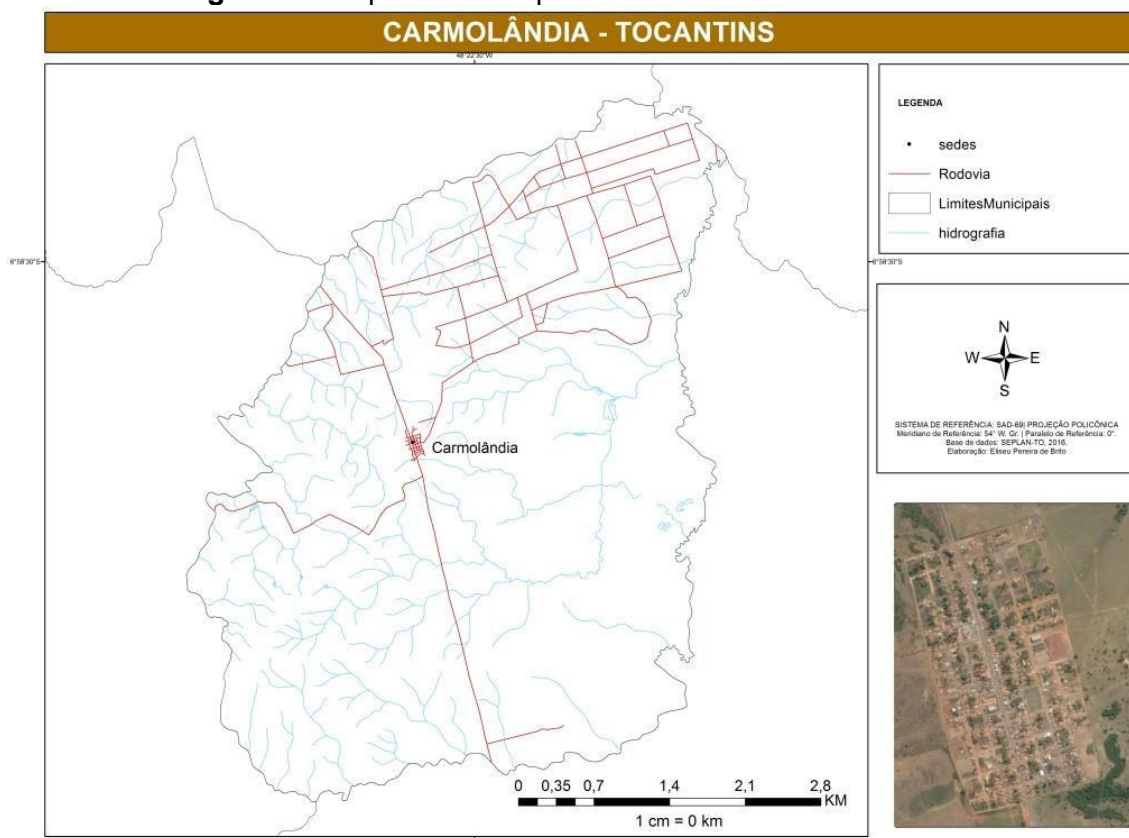
Esses primeiros moradores vieram principalmente da região sul de Minas Gerais, de São Paulo e do sul de Goiás. Como tinham terras no sul do

país, em Minas principalmente, que eram valorizadas, venderam-nas e migraram para a Região Amazônica, para comprar terras por um preço mais barato, uma vez que com o dinheiro que recebiam da venda de suas terras nos seus respectivos lugares podiam comprar grandes extensões de terras no Norte. Como afirma Silva (2012), filha de José Pedro, em entrevista, “[...] com as terras que vendiam no sul, dava para se comprar o dobro aqui na região, as terras lá eram valorizadas e aqui as terras eram a preço de banana” (SILVA, outubro de 2012).

Nos anos de 1963-1964, Marcondes decidiu acabar com o povoado Marimar, utilizando como justificativa o argumento de que não queria povoado/cidade dentro da sua fazenda. Então o Senhor José Pedro – conhecido como Zezão –, juntamente com sua família, decidiram que era preciso criar um novo povoado para abrigar aquelas populações que já moravam em Marimar bem como os migrantes que chegavam, cada vez mais, na região, atraídos pelos sonhos de uma vida melhor. Como afirma o Senhor Dário de Oliveira (2012), irmão do Zezão, em entrevista, “[...] Por opção própria, Marcondes decidiu que o povoado não podia continuar lá e acabou com o povoado. Este foi instalado em outro lugar”.

Com a criação do novo povoado, onde hoje está a sede do Município (mapa 01), mais famílias vieram para o lugar atraídas pelas farturas abundantes na época. Observamos que todos os sete entrevistados relataram de forma unânime que na região as terras eram extremamente férteis, nas quais tudo o que se plantava dava. Era comum, pois, a vinda de muitos migrantes nordestinos para o povoado – dentre os demais eram os que mais migraram para a região –, e isso se dava especialmente porque as pessoas que moravam no povoado Carmolândia e nas suas mediações, quando viajavam pelo Brasil, falavam daquelas terras como promissora, de oportunidades e possibilidades para se mudar de vida.

Figura 01: Mapa do município de Carmolândia – Tocantins.



Fonte: Organização Eliseu Pereira de Brito, 2016.

Nas décadas de 1960/1970 e meados dos anos 1980 a principal fonte de renda da população advinha do cultivo de alimentos nas roças, onde tudo que se plantava se colhia o que servia basicamente para a sobrevivência das famílias, embora alguns alimentos também fossem comercializados em Araguaína e para outras cidades. Os fazendeiros deixavam as famílias morarem em suas terras, colocarem suas roças e, em troca, elas davam o pasto formado para o fazendeiro criar gado. Na época, quase todas as pessoas sobreviviam diretamente ou indiretamente das roças, das lavouras e do cultivo de alimentos, tudo plantado para a subsistência da população.

No entanto, à medida que os fazendeiros passaram a derrubar as matas e a introduzir a pecuária, essas famílias foram sendo 'expulsas' das terras, deslocando-se, então, para povoados e cidades, já que elas não mais podiam colocar roças nas fazendas, pois o fazendeiro tinha proibido. Como já dito, essas terras eram usadas para a sobrevivência e sustentação das famílias e, à medida que a agropecuária avançou na região, a situação mudou, quer dizer, as famílias que antes viviam diretamente da terra agora teriam que procurar

outros meios de sobrevivência ou virar acampados de beiras de estradas na luta pela terra. Os migrantes oriundos, mais expressivamente dos Estados da Bahia, do Ceará, do Maranhão e do Piauí, eram legítimos donos das terras, mas por um processo de legalização das terras federais em Brasília se tornaram posseiros, mão de obra nas fazendas.

Os principais fluxos migratórios em direção ao povoado Carmolândia ocorreram nas décadas de 1960-1970 e, nos primeiros anos, a principal renda do povoado era da agricultura de subsistência. Os sujeitos camponeses colocavam roças e moravam nas fazendas dos proprietários da época, e em troca davam o pasto formado para a criação de gado, em forma de arrendamento. Como afirma Silva (2012):

As pessoas na época colocavam as roças nas fazendas e em troca dava os pastos formados para os grandes fazendeiros, Digamos que o fazendeiro dava um alqueire para o trabalhador colocar sua roça, o que o trabalhador dava para o fazendeiro era o pasto formado. Essa era a lógica do arrendamento de terras na região, nesta época lá pelos anos 1970-1980 (SILVA, outubro de 2012).

Novos usos no território, principalmente com técnicas agrícolas, influenciaram na vida da população carmolandense. A terra que até então era usada para a sobrevivência da população, à medida que houve a introdução de novos usos, passou a ser usada para a criação de gado bovino, tanto leiteiro como de corte, assim como tem também a produção destinada para abastecer os frigoríficos em Araguaína-TO. Este modelo de produção é oposto ao da lida do camponês com a terra, que em sua maioria a usa para garantir sua sobrevivência e, além disso, vende o excedente para garantir o consumo de outros produtos não produzidos na fazenda ou para a acumulação do capital.

Nos anos de 1970 havia pequenos produtores e uma grande quantidade de meeiros no município. Com a concentração da terra, incentivada pelos financiamentos públicos para a criação do gado na Amazônia Legal, as terras do município foram sendo compradas, na maioria por preços irrisórios, transformando-o em um importante fornecedor de gado para abate. Em contrapartida, o município tornou-se uma área de migração, não mais de chegada, mas de retirantes rumos a novas terras na Fronteira Agrícola de

Ocupação no Pará ou para servir de mão de obra nas cidades médias e grandes, principalmente Goiânia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Carmolândia teve seu processo de ocupação relacionado à geopolítica de ocupação das terras da Amazônia Legal do período do Governo dos Militares. Foi a partir do avanço da Fronteira Agrícola de Ocupação em direção à Amazônia, através de incentivos do Governo Federal, como o Plano de Integração Nacional – PIN –, que muitas famílias migraram para o município em busca de uma vida melhor, de realizar seus sonhos e anseios.

As famílias vieram em colonizações espontâneas ou dirigidas. Sujeitos em busca de uma terra ou de trabalho nas fazendas. Os nordestinos na maioria foram para a região em busca de terras ou de trabalho de livre vontade ou em decorrência da expropriação de suas terras. Para os que foram trabalhar e deixaram apenas a mulher na propriedade, resultou em fragilização da posse de suas terras no Maranhão e Piauí. Contudo, houve duas colonizações no município: uma, a colonização espontânea, em que as famílias vinham por conta própria, e a outra, a dirigida, com incentivos e garantias financeiras do Governo Federal, como os incentivos fiscais, a legalização de terras ocupadas e as doações de terras devolutas. Os sujeitos no território, um capitalizado e outro descapitalizado, gerou conflito no uso do território. Neste sentido, o viver na fronteira é o viver entre-territórios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. O. **Colonização Dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

ALMEIDA, M. G. Diáspora: viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 175-195.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

LOPES, A. P. **Escravidão por Dívida no Estado do Tocantins**: Vidas fora do compasso. 2009. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

MACHADO, L. O. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE. n° 54, abril/junho, 1992.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, C. F. Fronteira Agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et al. **Território, Territorius**: Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 282-312.

ENTREVISTAS

OLIVEIRA, Dário de. **Carmolândia**: depoimento. [5 de dezembro de 2012]. Entrevista concedida a Thayssollarranny Batista Reinaldo.

SILVA, Maria Rita da Silva. **Carmolândia**: depoimento. [5 de dezembro de 2012]. Entrevista concedida a Thayssollarranny Batista Reinaldo.

ARAGUAÍNA-TO SOB A TRÍADE: TERRITÓRIO, CIDADE E REDE NO BRASIL: ELEMENTOS PARA A GESTÃO URBANA

Elias da Silva⁶

INTRODUÇÃO

O presente texto tem o objetivo de contemplar Araguaína, no âmbito do território, cidade e rede no Brasil, numa relação de vinculação à história da apropriação da terra, organização territorial, formação e distribuição das cidades, urbanização e expansão moderna das cidades. Esse processo se consolida a partir da oficialização e promulgação da Lei de Terra 601, de 1850. Esses são pressupostos que embasam nossa tríade enunciada no título como questão que não foge ao contexto de Araguaína, e especificamente à gestão territorial desta cidade. Aqui nos propomos a uma abordagem bem introdutória, posto que o aprofundamento demandaria longas páginas de projeto mais amplo.

Na aproximação empírica a esse aporte, afirmamos que Araguaína, dada a sua importância, no ainda pequeno grau de urbanização do Tocantins no contexto da Amazônia Oriental, de forma mais enfática a partir da criação do Tocantins (IBGE 2000), nesse contexto, a presença desta cidade, deve ser confirmada à nova configuração urbana, tendo como resultado novos desdobramentos, sobretudo no incremento físico/territorial na ocupação da terra, na hierarquia urbana em fluxos demográficos, produtos e ideias. O IBGE (2000) confirma a medida dessa dinâmica territorial ao afirmar que esta cidade tem sofrido novos acréscimos em incrementos de inovações, mesmo tendo heranças de fases anteriores configurando-se uma fisionomia territorial que a

⁶ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, membro do Programa de Mestrado em Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins/Araguaína. E-mail: esilvageo@uft.edu.br.

essas diversas feições de vestígios do passado somam-se a reestruturação do presente, a qual alimenta a nova fluidez do espaço territorial urbano.

Adotamos como metodologia, além do arcabouço teórico, levantamentos a campo junto à Secretaria de Planejamento da prefeitura, entrevistas com moradores nos diversos bairros em Araguaína. Particularmente, o dado mais evidente, conforme temos verificado, é o incremento referente à expansão físico/territorial em que a apropriação territorial é o grande gargalo na base da gestão do crescimento da cidade, considerando as constantes práticas de ocupação irregular da terra, tanto sobre a Área de Proteção Ambiental (APA), quanto sobre loteamentos particulares.

Neste sentido, estamos verificando que é na parte leste/nordeste da cidade que tem havido os maiores problemas ligados à ocupação irregular da terra, levando-nos à hipótese de que isso acontece com maior frequência dada à existência da Área de Preservação Ambiental (APA) de Araguaína.

Como fecho introdutório, indicamos que nosso texto está estruturado, contemplando no primeiro item o contexto geral da tríade território, cidade e rede no Brasil; na sequência, contemplamos Araguaína no contexto particular tocantinense do território e rede e por último tecemos algumas considerações da especificidade da cidade quanto ao processo de apropriação da terra contemplando, sobretudo, a parte leste/nordeste, o que leva-nos a supor que a abundância de terras públicas nesta área, uma vez que contempla a APA, alimenta a ocupação desordenada respondendo pelos mais graves problemas de ordem ambiental urbana desta cidade.

TERRITÓRIO, CIDADE E REDE NO BRASIL, NO CONTEXTO GERAL

Na clássica literatura geográfica, sem sombra de dúvidas, é necessário referenciar Ratzel (1990), para quem o território se impõe como base de constituição, organização e desenvolvimento de qualquer povo na face do globo terrestre.

Podemos elencar em Ratzel, três princípios fundamentais da razão de se estudar o território, quais sejam: as influências que as condições naturais exercem sobre as sociedades; o aspecto da distribuição dos grupamentos

humanos pela superfície do globo terrestre; o estudo do território no que diz respeito à sua formação, sua organização, sua disputa e seu papel político.

Parece-nos pertinente que ao referir-se aos grupamentos humanos façamos alusão às cidades e a distribuição desses grupamentos refere-se às redes, concebidas em seus princípios elementares. Os diversos grupamentos humanos ao mesmo tempo em que vão criando cidades criam também relações de fluxos de várias formas entre elas e assim os povos do mundo à medida que produziram território, estabeleceram centros de gestão política consolidando a instituição Estado para garantir apropriação e produção territorial.

A distribuição dos grupamentos tem dado ao Brasil uma característica de país composto apenas por um povo e não por uma nação (MORAES, 2008). Como afirma este autor, o Estado tem participado fortemente ao longo da história no sentido de formação e consolidação territorial sob a égide da bandeira do capitalismo mundial. Nesse sentido, posiciona-se como um Estado austero em tolher os anseios mais elementares de seu povo, o qual é incluído apenas como um apêndice do processo.

A produção do território brasileiro passou por um processo de apropriação ferrenha, em que houve a inevitável destruição territorial dos povos nativos, com a apropriação e assimilação de suas culturas pelos colonizadores europeus. A apropriação territorial no Brasil à medida que foi sendo realizada, a cidade participou de forma fundamental.

Maurício de Almeida Abreu (1997), ao analisar a questão da ocupação territorial no Brasil, traz-nos o pressuposto da necessária busca do passado para se compreender o presente e pensar o futuro não apenas quanto às formas materiais, mas também quanto às imateriais, as jurídicas, por exemplo. O autor afirma que toda a história da propriedade legal, conseqüentemente, toda a conformação e organização territorial no Brasil, tiveram início com o sistema sesmarial. A questão da terra produtiva e terra improdutiva tem origem aí, pois em determinada concessão às vezes não se cultivava toda a terra e somente nos limites dessa concessão é que se faziam outras doações, configurando uma reserva territorial entre as concessões.

A distribuição e posse da terra são contempladas como categoria chave no processo de ocupação do território e do povoamento como possibilidade de

enfrentamento das adversidades oriundas dos demais habitantes nativos. Portanto, inicialmente, a posse da terra para trabalho e extração de renda era o componente básico da instauração do conflito, cujo sentido em si é intrínseco à noção de território, ou de posse.

A posse territorial só vai ser modificada da situação de concessão da terra para propriedade, a partir da metade do século XIX, como coloca José de Souza Martins (1990) na obra *O Cativo da Terra*, diante do novo contexto mundial de expansão do capitalismo imperialista inglês. A produção, que até então tinha como base o regime de escravidão, se inverte quanto à forma, ou seja, da ordem do trabalho escravo à do trabalho livre como produção do cativo da terra, o que significou mudança de paradigma no que se refere à obtenção desta como riqueza e acumulação de renda capitalizada.

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra dos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 1990, p. 58, 59).

Esse novo momento da posse de riqueza no Brasil significou a transformação da terra à condição de propriedade privada mediante a compra por dinheiro, conforme a aprovação da Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850, revalorizando-a como mercadoria e dessa forma garantindo sua apropriação como monopólio dos fazendeiros. Ao mesmo tempo, o trabalho compulsório ou vinculado à renda da terra como pagamento, travestido de ideologia do trabalho livre, seria a viabilização da aquisição da terra ao trabalhador imigrante. Como coloca José de Souza Martins (1990).

Em suma, a função maior da Lei N° 601/1850 – Lei de Terras – foi tornar legal o mercado da terra como única forma de aquisição, considerando que esta já era comercializada extraoficialmente. Como o aparelho estatal estava em constituição, o registro paroquial foi a única informação possível que

garantiu a efetiva ocupação e sua oficialização como propriedade ao seu detentor. Nisso as palavras de Suzuki são oportunas:

Assim, podemos afirmar que a Lei de Terras, de 1850, coadunava-se com os ideais mercantilistas do projeto inglês de ampliação de seu mercado, já que o número de consumidores crescería com a entrada do contingente de escravos negros recém-libertos, bem como os imigrantes, sobretudo de italianos, que ao se monetarizarem também entrariam nesse mercado como consumidores efetivos. (SUZUKI, 2006, p. 215).

Percebe-se que a desordem da propriedade da terra tem sua origem nos desmandos da má distribuição da terra desde o Brasil colônia. Este é um problema frequente que ocorre na cidade e da cidade para o campo, uma vez que a maior parte dos constantes conflitos agrários é resultado, sobretudo, da não aceitação, das condições impostas às populações camponesas, em itens como moradia e emprego.

A apropriação territorial no Brasil não pode ser elencada sem tomarmos como referência a cidade que desde os primórdios foi necessária, como base, dada a sua natureza concentradora das instituições sociais; base tanto da apropriação inicial, quanto da consolidação e avanço da fronteira e novas conquistas.

Aroldo de Azevedo (1992) estuda a formação e distribuição das cidades no processo de produção territorial e urbanização do Brasil, desde o período colonial até o século XVIII. Verifica esse processo no que chama de embriões as feitorias, ou seja, as chamadas 'cabeças de pontes', confirmação da posse do território. Os galpões para depósitos das mercadorias de escambo como espelhos, vidrinhos, guizos de cascavéis, pentes, tesouras e/ou ferramentas em geral. As feitorias possuíam caráter militar, com a presença de uma 'casa forte' e um poliçada caiçara, ou seja, um policial indígena sob o comando de um capitão vigia. Considera que realmente a urbanização só se inicia depois da instalação do regime de capitanias, nas quais os donatários tinham o direito de implantar vilas possuindo termos de jurisdição, liberdade e insígnias de vilas, segundo a forma e costume do reino de Portugal.

Enfim, a cidade como símbolo da conquista territorial, mas também simbolizando o lugar a partir do qual se dava o avanço da fronteira, o lugar do início e do fim, ponto de chegada e de partida, lugar de segurança, da

alteridade, do descobrir o “outro”, da fusão e assimilação da cultura, base de reunião das condições e dos processos da produção - lugar da decisão e do exercício do poder. Assim, a cidade é posta como espaço que satisfazia os ideais da modernidade capitalista, numa ainda colônia da metrópole portuguesa. Nesse sentido, sugere-se pensar território e cidade com rede de povoamento; como processos indissociáveis da urbanização e da modernização.

A configuração urbana do final do período seiscentista dá sinais claros do crescimento desse fenômeno. No século XVIII acontece o que Azevedo chama de *a obra de urbanização que alcança o interior*, implicando na intenção de alargar as fronteiras do país até a atual configuração, tornando terras de possessão espanhola em terras de possessão portuguesa. Azevedo afirma que esse é o primeiro grande momento de expansão das cidades e da urbanização com base na navegação fluvial, tendo os rios como as grandes vias de interiorização, sobretudo para o oeste brasileiro.

No século XIX, devido às pressões do imperialismo inglês para ampliar seu comércio e consumo no mundo, o ritmo de crescimento da funcionalidade das cidades ligadas às atividades da produção econômica sofreria pressões no sentido do arrefecimento das atividades de manufatura ligadas ao setor têxtil, considerando que estas já apresentavam um bom dinamismo sendo considerado como germe da industrialização, levando a população ao retorno de atividades rurais em detrimento das urbanas, o que deve ser entendido como entrave ao desenvolvimento urbano no século XIX, em relação à independência do mercado externo.

Milton Santos (1993) contempla o fenômeno da urbanização no período 1530–1720 se configurando numa primeira rede urbana, com a inclusão da Amazônia; logo, um sistema urbano no sentido da expansão geopolítica do território nacional. Contempla a urbanização no século XIX a partir de São Paulo, que se configura no formato de um sistema urbano com a consolidação da ferrovia e da melhoria dos portos, permitindo maior fluidez do território daí em diante. Isso faz com que a base da industrialização seja atribuída ao sudeste brasileiro, concentrando-se em São Paulo.

A urbanização e industrialização são incrementadas com um novo surto a partir dos anos 1930 impulsionadas novamente pelo Estado com as

mudanças ocorridas de caráter político e administrativo, especialmente no que se refere às obras de infraestrutura. De sorte que daí em diante o processo de urbanização e industrialização vai se dar de forma mais distribuída no território brasileiro. As cidades médias, incluindo as capitais dos estados, serão a base da distribuição populacional e o crescimento do setor terciário e uma nova frente urbanizadora nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Nesse sentido, Júlio Cesar Suzuki (2004) analisa a expansão moderna da cidade de São Paulo a partir de meados do século XIX até os dias atuais com base na renda capitalizada da terra urbana, significando a expansão do próprio mercado imobiliário desta cidade rumo ao seu crescimento e formação da metrópole, cuja origem é registrada no interior das mudanças econômicas das formas de produção e relações de trabalho, oficializadas com a promulgação da Lei 601, Lei de Terras. A menção a São Paulo se justifica, considerando o seu poder modernizador sobre a rede urbana do território brasileiro.

A relação direta desse contexto de São Paulo como referência a qualquer cidade brasileira está na propriedade da terra que se adensa sempre que há o crescimento associado à modernização da economia. Suzuki (2004) assim contempla o período da reorganização territorial urbana de São Paulo, no contexto das mudanças sociais em relação à concepção de acumulação de riquezas, no âmbito da qual a propriedade da terra urbana passa a compor o novo momento de constituição da cidade capitalista no Brasil.

No âmbito de uma formação territorial excludente, Moraes (2008), afirma que o Estado brasileiro tem confirmado na prática, o sentido do fortalecimento do Estado territorial capitalista em detrimento do Estado focado no desenvolvimento nacional, o que leva o povo a participar apenas como um apêndice do processo, logo, como massa de manobra, sobretudo em momentos eleitorais. Assim tem se perpetuado na história geográfica do Brasil, quanto à formação nacional, o imperativo das elites no sentido de afirmar “com que povo contamos”, para o trabalho e a produção, resultando em uma massa despolitizada, porém, funcional ao processo de produção territorial para o capitalismo global em detrimento dos interesses básicos que deveriam formar o sentimento de nação.

Diniz Filho (1994) corrobora nesse sentido, afirmando que a centralização imposta pelo governo no período do Estado Novo, que a princípio pareceu soar como um período de integração e desenvolvimento nacional justificou, sobretudo, a unificação do território para a fluidez da economia capitalista, garantindo a perpetuação da herança centralizadora da gestão, até porque, na história do Brasil, este é o período de preparação para a substituição do modelo agrário exportador para o modelo urbano industrial, significando muito mais o atendimento às condições de um novo ciclo econômico, entre tanto registrados na história do país.

Em sequência de gestão centralizadora continuou, e seguindo características parecidas, embora mais sofisticadas, em período mais recente, após o período de 1950, contempla os grandes Planos Programas e Instituições na produção de infraestruturas que fomentaram o próprio adensamento de fluxos no território brasileiro no âmbito da urbanização e hierarquia urbana (COSTA, 1991).

No período JK, planos e instituições foram criadas como o Plano de Metas, a criação de Brasília (1957–1960), (...) *setores de ponta da indústria (...), desde os básicos, passando pelos transportes, energia e infraestruturas territoriais como um todo* (COSTA, 1991, p. 52).

O plano Decenal, 1967–1976, contempla, pela primeira vez, as políticas que visavam à ocupação econômica das regiões da Amazônia e Centro-Oeste como o Sudeste, Sul e Nordeste, buscando a construção de um “*mercado nacional consolidado*” (COSTA, 1991, p. 63). Pressionado pelo novo contexto global de meados dos anos 1970, no II PND, fez-se opção pelos grandes empreendimentos econômicos, monopolistas, fomentados por estímulos governamentais de todo o tipo, inclusive investimento em infraestruturas. Entram em cena programas setoriais especiais, como Programa de Produção para o Cerrado (POLOCENTRO), Programa de Produção para a Amazônia (POLAMAZÔNIA), e Programa de Produção para o Noroeste (POLONOROESTE), basicamente apoiados por órgãos do governo federal como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN), Banco da Amazônia (BASA) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Nesse contexto de abordagem do território, cidade e rede aqui colocados, inserimos a cidade de Araguaína, cuja importância no momento atual não está alienada à sua história que é, via de regra, inerente à história da apropriação e produção territorial do Brasil, considerando-a desde seus primeiros traços de povoamento, passando pelo período da reestruturação econômica e infraestrutural brasileira até o período atual no conjunto territorial tocantinense.

ARAGUAÍNA NO CONTEXTO DA APROPRIAÇÃO TERRITORIAL DO NORTE TOCANTINENSE

Segundo Pereira (2013) Araguaína é o principal município do estado do Tocantins. O início do seu povoamento data de 1866, com a chegada de agricultores procedentes do Piauí, liderados por Tomaz Batista. Em 1925, chegaram às famílias de Manoel Barreiro, João Brito, Guilhermino Leal e José Lira. Esses primeiros habitantes que se dedicaram ao cultivo do café às margens do rio Lontra, e, nessa localidade, nasceram o povoado que viria a ser denominado de Lontra, subordinado jurídica e administrativamente ao município de São Vicente do Araguaia. Posteriormente, coube ao Município de Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis, administrar o próspero povoado.

Conforme o IBGE (2010) o município de Araguaína contempla uma área de 3.921,1 Km² e sua posição geográfica registra-se entre as coordenadas de 07°11'28" S e 48°12'26" W, com altitude de 277 metros. Faz limite ao Norte com Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Carmolândia e Aragominas, ao Sul com Pau D'Arco, Arapoema e Nova Olinda, a Leste com Wanderlândia e Babaçulândia, a Oeste com o estado do Pará.

Atualmente é a segunda cidade mais importante do estado do Tocantins. De acordo com Simplício (2011), seu município é o principal do estado economicamente. Conforme dados do IBGE (2010), a cidade possui um contingente populacional de 150.000 habitantes.

Endossamos nossas afirmações com as palavras de Philippes (1988, p.119) que afirma o seguinte:

De 1960 a 1970 a região de Tocantinópolis vai registrar um crescimento próximo da taxa de crescimento natural de sua

população (55%). Deve-se, no entanto, distinguir o sul da zona, onde a ocupação é antiga (século XIX) e onde ocorre uma perda relativa de população, e o norte, ocupado recentemente por pequenos posseiros que vê sua população aumentar de 47,5%, e mais ainda nos municípios do extremo norte. Mas a região de Araguaína é a que apresenta a mais alta taxa de crescimento (355%). Esta é uma consequência da abertura da rodovia Belém Brasília. O fluxo leste-oeste dos migrantes nordestinos vem encontrar aqui o fluxo sul-norte dos pecuaristas e especuladores.

Este ponto de reforço no âmbito da apropriação territorial, por sua vez tem na formação das cidades, segundo Philippes (1988, p. 119), pode ser compreendido no âmbito da cidade e rede regional confirmados no impulso urbano registrado em maior grau em Araguaína devido a rodovia, sem desprezar o contexto de cidades menores próximas numa menção de início de polarização desta cidade, conforme relata: (...) *se a região de Araguaína apresenta um crescimento significativo, ele se deve às suas cidades, pois sua população rural cresce a um ritmo inferior 'taxa natural' (23%)*.

Fica a confirmação de que Araguaína mesmo num período em que era ainda pequena cidade do atual norte tocantinense, já influenciava as correntes migratórias, sobretudo a partir do período da Belém–Brasília. A questão da existência de terras devolutas nesta região associada à pressão nordeste e sul para o norte, responde pelas características da morfologia territorial urbana que aqui trazemos num rápido enfoque. Nesse contexto, certamente a construção de Brasília fomentou a reestruturação de inúmeras cidades relacionadas ao novo período da modernização do campo no Brasil, considerado em sua fase mais adensada dessa modernização puxada pela interiorização da capital federal, o que significou também a interiorização da gestão política do território brasileiro.

Neste rápido contexto aqui exposto, reforçamos que a questão da produção territorial do Brasil, desde os seus primórdios, é marcada por um processo de conflito socioterritorial que tem na lógica capitalista de produção a sua maior razão de ser e neste sentido, ao propormos a estudar em Araguaína, o que podemos afirmar a priori é que a lógica capitalista de produção explica todo o processo até o momento.

Valverde (1967), afirma as características iniciais, comparando-as com Imperatriz (MA). Em sua comparação fica evidente a superioridade de

Imperatriz, e faz previsão ao futuro de Araguaína, já contemplando o seu crescimento aleatório e desordenado.

(...) Araguaína cresce desordenadamente, sem plano preconcebido (...). Araguaína é ainda incipiente como entreposto, já que suas comunicações com os centros próximos, fora da Belém-Brasília, são deficientes. (...) não será de admirar que, a longo prazo, Araguaína venha a rivalizar com aquela cidade, pois que a tendência geral deverá ser acentuar-se a influência econômica dos grandes mercados dos Sudeste do Brasil. (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 207-8).

Aquino (2002) confirma a importância da Belém/Brasília para Araguaína e no Norte ao afirmar:

Enfim, a construção da Belém-Brasília foi um acontecimento de grande importância histórica, não apenas para o antigo Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, mas para o país como um todo. Os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais que a estrada provocou devem ser considerados como decisivos para a região tocantinense dada os seus primeiros passos rumo à modernidade. (AQUINO, 2002, p. 330).

Entendemos que Araguaína, a partir da implantação do evento da Belém-Brasília e sua emancipação política, pode ser contemplada em seu crescimento físico territorial pelo menos em 3 (três) períodos até o momento atual: o primeiro que vai da sua emancipação política até o final dos anos de 1980 que marca sua consolidação como cidade, sendo uma das mais importantes do norte goiano; o período da década de 1990 marcado pela euforia do discurso da possibilidade da implantação da capital do estado em Araguaína, o período entre 2000 e 2010 em que a cidade é marcada pela chegada de importantes instituições no segmento da educação superior, a exemplo da Universidade Federal do Tocantins; e, finalmente, a partir de 2010 percebe-se um novo período marcado pelos investimentos no segmentos de hipermercados, acompanhado pelo adensamento em relação à especulação da terra urbana. No próximo item desenvolvemos isso melhor.

Neste contexto de crescimento físico territorial de Araguaína se faz necessário questionar em que medida isto impacta na gestão da cidade. Este é o esforço que fazemos a seguir.

APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NA CIDADE DE ARAGUAÍNA: ELEMENTO PARA PENSAR A GESTÃO

Com esta indicação do nosso arcabouço teórico/metodológico esclarecemos que nossa pesquisa está em andamento, compondo nosso projeto de pesquisa junto à Universidade Federal do Tocantins, cuja finalização está prevista para 2015. Na aproximação empírica a esse aporte, afirmamos que Araguaína dada a sua importância, no ainda pequeno grau de urbanização do Tocantins no contexto da Amazônia Oriental, vem participando, juntamente com outras cidades como Imperatriz (MA) e Marabá (PA), do impulso da nova dinâmica territorial urbana brasileira, evidenciando isso de forma mais enfática a partir da criação do Tocantins (IBGE, 2000). Nesse contexto, a presença desta cidade, deve ser confirmada à nova configuração urbana, tendo como resultado novos desdobramentos, sobretudo no incremento físico/territorial no âmbito da ocupação da terra, novas hierarquias urbanas, fluxos demográficos, produtos e ideias. O IBGE (2000) confirma a medida dessa dinâmica territorial ao afirmar que essas cidades, têm sofrido novos acréscimos denominando isso, incrementos de inovações, mesmo tendo heranças de fases anteriores configurando-se uma fisionomia territorial que a essas diversas feições de vestígios do passado somam-se a reestruturação do presente, a qual alimenta a nova fluidez do espaço territorial urbano.

Temos adotado como metodologia, além do arcabouço teórico, levantamentos a campo junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura, entrevista com moradores nos diversos bairros e produção de mapas com base em imagem de satélite da cidade. Em Araguaína, particularmente, o dado mais evidente, conforme temos verificado é o incremento referente à expansão físico/territorial em que a apropriação territorial, é o grande gargalo na base da maioria dos problemas do crescimento da cidade, considerando as constantes práticas de ocupação irregular da terra, tanto sobre a Área de Proteção Ambiental (APA), mas também sobre loteamentos particulares.

Neste sentido, estamos verificando que é na parte leste/nordeste da cidade que tem havido os maiores problemas ligados à ocupação irregular da terra, levando-nos à hipótese de que isso acontece com maior frequência dada a existência da APA de Nascentes de Araguaína.

Em entrevista com um funcionário da secretaria de planejamento da prefeitura de Araguaína pudemos colher dados importantes no sentido da confirmação das nossas prerrogativas na questão do crescimento territorial da cidade na parte Leste/Nordeste. Tais informações podem ser consideradas cruciais para entendermos os gargalos atuais no traçado viário e no uso indevido do espaço público e nas constantes e intencionais ocupações desordenadas no perímetro urbano.

Exemplos como as ocupações: Setor Jardim Belo, Presidente Lula, combinadas à criação de loteamentos como o Veneza e Serra Dourada, percebendo assim uma orquestração de interesses entre as populações periféricas e agentes do segmento imobiliário no que aqui chamamos de “fábrica de ocupações”, combinada à promoção de loteamentos oficiais ou instituídos. O aspecto interessante e também preocupante, é que nestes casos todos estão em áreas de preservação ambiental, no conjunto da Área Preservação de Nascentes de Araguaína (APANA), a qual adentra a cidade e vice e versa.

A questão da apropriação da terra parece fundamental para explicar os gargalos da gestão urbana e ambiental, uma vez que nos limites da cidade, portanto do município, confrontam também os limites dos municípios de Babaçulândia e Wanderlândia. A cidade de Araguaína, implantada nestas áreas limítrofes deste outros dois municípios, somada à APANA e ainda contemplando uma considerável herança de ocupação irregular da terra, com a conivência do Estado, deve ser considerada como de difícil gestão em relação tanto à ordem urbana quanto ao equilíbrio ambiental.

Nos primórdios da cidade, como verificado em campo por alguns entrevistados, a cidade serviu como uma espécie de ponto de parada e de apoio ao longo processo migratório de nordestinos, sobretudo do Piauí e Maranhão em busca de terra para trabalho. Vale lembrar nesse contexto o caso do movimento migratório de Filadélfia (TO) em direção a Aragominas (TO). Araguaína, nesse tempo, primeiras décadas do Século XX, serviu como ponto de apoio, pois já apresentava uma mínima infraestrutura urbana sustentando o início e a continuidade do povoamento na região do entorno.

A área territorial onde Araguaína foi implantada inicialmente, em geral, tem solos muito frágeis, física e quimicamente, resguardando, como fator

positivo, a abundância de água, pelos vários cursos e nascentes, sugerindo, nisso, importante observação quanto à análise de seu sítio urbano. Analisando a imagem de satélite, é evidente o grande número de nascentes no perímetro urbano, num processo que vai se extinguindo num ritmo consideravelmente rápido. São os casos das nascentes dos Córregos Neblina e do Córrego Exú que há 20 anos eram pontos de banho e lazer da população, segundo informações de um morador do bairro São João, cuja origem é ocupação irregular da terra.

Referente a esta questão, a partir do início de 1990, período da criação do Tocantins, começa o adensamento da especulação imobiliária, alimentada pelo discurso da transformação desta cidade ao status de capital do novo estado. Os loteamentos Nova Araguaína, Raizal, Araguaína Sul são os mais expressivos exemplos de força e estratégias de especulação da terra urbana, provocando um considerável incremento físico/territorial. Posteriormente, início dos anos 2000 pode-se determinar novo incremento no segmento imobiliário pelo aumento da oferta de educação superior com a implantação da Universidade Federal do Tocantins, e faculdades privadas fomentando, além de novos incrementos imobiliários, fluxos migratórios dos estados do Maranhão, Piauí e Pará. Somado ao contexto da demanda da implantação da Universidade Federal do Tocantins, aconteceram novos incrementos imobiliários, a exemplo do loteamento Cimba, Jardim das Flores, Setor Tocantins, etc. Concomitante a isso se registram novas ofertas no segmento referente da construção civil, especialmente à oferta de kit nets.

Mais recentemente, de 2010 até os dias atuais, a cidade novamente, sofreu novo incremento, desta vez, o maior surto no segmento mobiliários com a implantação de 9 (nove) loteamentos: Jardim Mônaco, Serra Dourada, Jardim Europa, Jardim dos Ypês I e II, Loteamento Lago Sul, Cidade Nova, Loteamento Veneza e outra etapa do Loteamento Cimba. Com base em nossos levantamentos, verificamos que esses incrementos foram acontecendo sem as devidas preocupações com a gestão adequada do espaço físico territorial da cidade, sem a devida lógica, reproduzindo de forma ampliada, por exemplo, um mosaico aleatório quanto ao traçado viário.

No período atual desse novo surto imobiliário verifica-se o grande número de novos loteamentos em novos moldes que obedecem ao mínimo

necessário de infraestruturas como asfalto, luz e água, embora de qualidade inferior ao sustentável. No total são 9 (nove) empreendimentos que confirmam o processo e caráter especulativo sobre a terra, uma vez que é notório a situação de compra de lotes “no atacado”, ou seja, compradores que adquirem vários lotes nos vários loteamentos à medida que são lançados, combinando a isso, posteriormente, a ocorrência de revenda de lotes pelos próprios empreendedores, com valores acrescidos por meio de ágio.

Outro aspecto curioso diz respeito à forma como são vendidos os loteamentos, com stands de venda no local sob anúncios veiculados pela mídia informando abertura de loteamento cujos lotes são vendidos em dois ou três dias. Há um forte apelo midiático sobre a possibilidade de se perder a única chance da vida, caso não compre um lote imediatamente no referido loteamento, por ocasião do lançamento. Trata-se de uma estratégia que localmente tem levado a população da cidade, em eventos como esses, a formar um verdadeiro “formigueiro humano” que parece alimentar dia após dia, o “ideário do fazendeiro”, qual seja, o da busca pela terra como condição primária de acumulação local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui, como um fecho do nosso texto, ratificamos que, contemplar todo este contexto de crescimento físico territorial de Araguaína sob estas características, é pelo menos abrir o debate sobre a necessidade de elencar os gargalos que se impõem sobre a gestão da cidade. O crescimento de Araguaína, desde seus primórdios tem sido marcado pela aleatoriedade que reflete, por exemplo, na aleatoriedade do traçado urbano, no contundo do qual é possível verificarmos pelo menos três características importantes: rede viária frequentemente descontínua; ruas quase sempre estreitas; desorganização de trafegabilidade.

Segundo Pereira (2013), no passado não muito distante, as ruas serviram apenas para o tráfego de pessoas, carroças e alguns poucos automóveis, enquanto hoje o trânsito “*fervilha*” no mesmo espaço sem intervenção pública preparando a cidade com mais infraestruturas que atendam às novas demandas. Esta herança confirma a inércia do poder público

constituído ao longo do tempo no que diz respeito ao atendimento das normas técnicas e urbanísticas da cidade. A cidade está crescendo de forma acelerada sem a devida intervenção e quando se faz, como atualmente, ocorre com a revisão do Plano Diretor; a premissa da participação democrática, embora estando assegurada em Lei, não é efetivamente concretizada.

Conclui-se que na base da nossa crítica estão pelo menos três condições: as características do sítio urbano composto por um grande número de nascentes, forte grau de erodibilidade do solo por ser arenoso e o relevo ondulado; a forte herança da ocupação irregular da terra; e a ausência, intencional ou não, do estado local. Na nossa forma de analisar, estas três condições são na maior parte responsáveis pelos gargalos da gestão da cidade.

Cabe ao poder público municipal procurar exercer o máximo de intervenção democrática, por exemplo, por meio do Plano Diretor, o qual deve mais que conter regras como legislação para o uso e cobertura do solo, bem como o código de postura, abranger a cidade com programas e projetos “de baixo para cima” (SOUZA, 2003).

Pensando em termos do equilíbrio ambiental, um alerta maior pode vir exatamente da área ambiental mais sensível que ainda concentra grande número de nascentes – APANA – que devem ser preservadas, considerando as características do sítio urbano de Araguaína com ausência de grandes cursos pluviais que cortem a cidade. É preciso mencionar que esta área funciona como montante de captação dos recursos hídricos, reunindo aspectos como fragilidade física do solo e declividade como elementos potenciais de erosão e sedimentação que já começam a ser agravados pelo processo de crescimento físico da cidade, sugerindo-nos ausência do poder público local.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Apropriação do território no Brasil Colonial: In. Castro, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197- 245.

AZEVEDO, A. Vilas e cidade do Brasil Colonial (Ensaio de geografia urbana retrospectiva). In: **Terra Livre**, São Paulo, nº 10, p. 23-78, janeiro-julho, 1992.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 1995. (Repensando a geografia).

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 4ª ed. São Paulo, Hucitec, 1990. 157p.

_____. **A Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, A. C. R. **Capitalismo Geografia e Meio Ambiente**. Tese inédita para concurso de obtenção de título de Livre Docente. Departamento de Geografia Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, Março de 2000.

_____. **Território e História no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

RATZEL, F. **Geografia**. Organizador: Antonio Carlos Robert Moraes. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo. Editora Ática S. A, 1990.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SUZUKI, J. C. Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Geografia de São Paulo**: Representações e crise da Metrópole. São Paulo, Contexto, 2004. p. 131-56.

_____. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. In: MEDEIROS, R. M. V.; FACALDE, I. **Tradição X tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 2 – 23.

LEITURAS SOBRE RIBEIRINHOS DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS: OLHARES SOBRE O MODO DE VIDA E A RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO

Eliseu Pereira de Brito⁷

INTRODUÇÃO

A ocupação do território tocantinense foi orientada por dois rios, a saber, o Tocantins e o Araguaia. A primeira ocupação não indígena aconteceu no lugar denominado “chapada dos Negros”, em 1731 e, posteriormente, 1734, no sopé da serra da Natividade, denominado de São Luís. Dois lugares afastados do curso do rio Tocantins, mas próximos de seus dois afluentes, o rio Paranã e o Manoel Alves da Natividade, que possibilitaram a navegação no transporte de sujeitos envolvidos nos garimpos e mercadorias que adentraram o sertão do antigo norte de Goiás.

Desde as primeiras ocupações ainda no século XVIII, lugarejos formaram-se nas margens dos rios Tocantins e Araguaia. Portos e presídios (com objetivos de guarnições militares) tornaram-se cidades importantes no Tocantins. Foi também nas margens desses dois rios que populações construíram seus lugares, adaptando-se ao movimento de cheias e secas. Os rios fertilizam as margens e nesses solos os ribeirinhos plantam suas lavouras.

No estudo da formação de lugares e territórios ribeirinhos, propomos este texto enquanto reflexão do processo de resistência na criação de identidades territoriais no estado do Tocantins. Os caminhos orientadores foram de uma pesquisa qualitativa realizada com ribeirinhos das margens do rio Tocantins, no percurso Barra do Ouro-TO a Estreito-MA, e no rio Araguaia, em Esperantina-TO. Há também uma leitura das dinâmicas territoriais num viés histórico de autores como Laranjeira (2009) e Magalhães (1974).

⁷ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins. Desenvolve pesquisa sobre territórios e identidades territoriais em área de Transição na Amazônia Legal, em especial com comunidades ribeirinhas. Coordenador do Grupo de Estudos Geográficos sobre Amazônia e Tocantins – GEGATO. E-mail: eliseubrito@uft.edu.br.

As vivências nos mundos ribeirinhos têm sido alteradas pelo impacto da evolução técnica para o uso do solo e, também, por construções de usinas hidrelétricas (UHE) no rio Tocantins. No entanto, outros fatores como a agricultura mecanizada têm produzido uma nova fronteira sobre esses espaços da antiga frente pioneira do norte de Goiás. O avanço do agronegócio no Cerrado tocantinense se intensificou nos anos 2000, período que coincide com o início das construções, no estado, de hidrelétricas no rio Tocantins, que já totalizam quatro usinas em funcionamento: a UHE Estreito, a UHE Luís Eduardo Magalhães – Lajeado –, a UHE São Salvador e a UHE Peixe-Angical. Dos lagos daí resultantes submergiram os territórios dos ribeirinhos, sujeitos tocantinenses e maranhenses ou migrantes de outros estados.

Vale ressaltar que o entendimento de território que propomos neste texto fundamenta-se em Jöel Bonnemaison, na definição da função social e cultural desse território. Nessa leitura, foi possível delimitarmos, entre identificação e territorialidades, algumas faces da vivência dos ribeirinhos dos rios Tocantins e Araguaia.

OS SUJEITOS DAS MARGENS DOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA

As margens do rio Tocantins foram ocupadas por vaqueiros vindos principalmente dos estados do Maranhão e Piauí, no século XIX. A expansão do gado na Região de Pastos Bons no Maranhão só foi possível após a tomada dos territórios indígenas do lado oeste do rio Parnaíba. Os índios Timbiras habitantes dessa região eram considerados como alguns dos maiores problemas para a ocupação e permanência dos fazendeiros (CABRAL, 1992). Com a diminuição das caças, esses indígenas passaram a abater animais domésticos como o gado, fator que produziu uma matança de indígenas para desocupar o espaço para a pecuária. O alargamento dessa tomada de território permitiu que criadores de gado chegassem até o rio Tocantins e o ultrapassassem, ocupando terras do norte do estado do Tocantins, principalmente às margens desse rio, aproveitando as várzeas fertilizadas pelas suas cheias.

Desde o Período Colonial, a rota dos rios Tocantins e Araguaia foi a principal via de circulação da população do norte de Goiás, hoje estado do

Tocantins, até as décadas de 1960. A rota era movimentada por barcos que levavam e traziam produtos da cidade de Belém, capital do Pará. Como afirmou Carvalho (2006), lugarejos foram sendo criados ao longo do rio Araguaia que, em sua maioria, eram uma aglomeração no entorno do porto ou presídio⁸. A formação de cidades como Araguacema, Xambioá e Araguatins decorreu do movimento viário no rio. Conforme Magalhães (1974), esse movimento devia-se, principalmente, ao fato de as cidades importantes de Goiás estarem situadas próximas ou nas margens do rio Araguaia, como a capital do estado e a cidade de Registro do Araguaia.

De acordo com Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (2005), no rio Tocantins, cidades como Porto Nacional, Tocantínia, Tocantinópolis, Itaguatins, entre outras, surgiram pela aglomeração em torno de um porto. Diferentemente da navegação comercial do rio Araguaia incentivada pelo governo, a do rio Tocantins teve investimentos do estado, mas não foi organizada e teve uma permanência até recentemente, anos 2000, quando foi interrompida principalmente pela construção de hidrelétricas.

Conforme já demonstrado por mudanças de vias de transporte em Valverde e Dias (1967), a navegação no Araguaia, assim como a do Tocantins, perdeu força com a abertura da rodovia Belém-Brasília, antiga BR-014. Esta desintegrou o sistema de navegação de longa distância entre o norte de Goiás e a cidade de Belém (PA), mas não substituiu de imediato o transporte de curta distância entre cidades ribeirinhas, como a ligação dos centros da região Tocantina. Há que se frisar que a ligação regional permaneceu por um longo tempo, até os anos 2000, tendo o rio Tocantins como principal via de transporte.

Consideramos como marco da substituição da matriz de transporte o momento em que as redes rodoviárias integraram as cidades e comunidades rurais à rodovia. No entanto, foi o rompimento da navegação comercial no rio Tocantins, porque os ribeirinhos ainda têm o rio como sua locomoção para suas roças, para visitação de amigos, para ir às romarias e para pescar.

De fato, na atualidade os ribeirinhos continuam a depender do rio para se locomover. Em muitos lugares dos rios, como nas ilhas, somente o

⁸ Presídio era uma espécie de guarnição militar para dar segurança à navegação.

transporte fluvial é possível. Para esses sujeitos, mesmo possuindo automóveis para se locomover, utilizam o barco como meio de transporte porque é uma locomoção acessível. Nesse olhar, convém analisar conflitos quando há essa ruptura do ribeirão com o rio. Para isso, tomamos como *locus* de observação as comunidades ribeirinhas expulsas pelo Lago da Usina Hidrelétrica Estreito – UHE Estreito – e as comunidades pressionadas por grandes obras hidrelétricas no rio Araguaia, como a de Pedra de Amolar, em Esperantina-TO.

A relação do ribeirão com rio Tocantins era/é de afeto e de dependência. Este depende da pesca, da coleta de frutos e da fertilidade do solo para sobreviver. Também o rio era/é seu principal meio de transporte, por meio do qual o ribeirão leva (va) sua produção para vender nas cidades mais próximas, como nas feiras de Estreito-MA e Babaçulândia-TO. Em compensação, nelas o ribeirão compra (va) ferramentas e mercadorias que não eram possíveis de serem produzidas em sua terra, pela improdutividade do solo, pelo regime hídrico e pelas cheias do rio Tocantins, ou mesmo por não terem tecnologias para tais produções.

Em um exemplo, a criação do Lago da UHE Estreito provocou a interrupção das sociabilidades ribeirinhas, como a produção por ajuda de mutirão. A navegação de embarcações de pequeno porte foi interrompida, seus principais beneficiários lá não moram mais, foram deslocados para áreas mais secas, fora das margens do rio. De fato, o enchimento do lago possibilitou a expulsão desses sujeitos ribeirinhos de seu território.

Utilizando de entrevistas para identificar os itinerários dos sujeitos vitimizados por esse processo, constatamos que esses indivíduos são expropriados ou filhos de expropriados da terra pela seca ou pela grilagem da terra. Em sua maioria, esses sujeitos são filhos de migrantes do início do século XX, ou migrantes expropriados da terra no Maranhão e no Piauí dos anos 1940/1950.

Por outro lado, os sujeitos dos lugares se recordam das políticas públicas com uma lembrança pessimista, um motor que impulsionou o ciclo de grilagem de terra. Sem terra e sem o apoio do Estado brasileiro, a saída foi se esconderem nas barrancas do rio Tocantins, território, para alguns, sagrado, até que as águas chegassem em suas terras e iniciassem uma migração, ou mais uma migração rumo à floresta Amazônica.

ENTRE OBSTÁCULOS, A NAVEGAÇÃO DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS FLUÍA

Os limites estabelecidos para ser o estado do Tocantins quando de sua criação, em 1988, seguem os contornos dos elementos naturais. Ao norte, os rios Tocantins e Araguaia, com seus meandros e canais retilíneos, desenham um bico, o Bico do Papagaio. Com corredeiras, cachoeiras, eles se alargam, estreitam-se, deslumbram olhares e definem vivências em suas ribanceiras. As corredeiras de Santa Isabel, no rio Araguaia, ou as corredeiras do Funil, ou a cachoeira de Santo Antonio, no rio Tocantins, se entrecruzam nas narrativas dos viajantes e, em sua maioria, causavam pavor. O maior medo dos navegantes era a chegada nesses lugares, como bem lembrado por Magalhães (1974) sobre os perigos enfrentados nas corredeiras do rio Tocantins, em Piabanha (atual Tocantínia), no funil e em São Domingos, próximo às terras indígenas Apinajé.

Sempre os primeiros obstáculos da navegação no rio Tocantins eram as corredeiras do Lajeado, de 200 metros de largura, temidas pelo viajante devido aos redemoinhos causados nas águas pelo relevo encaixado entre a serra do Lajeado e a do Estrondo. Hoje, na Ponte Imigrantes Nordestinos Padre Cícero, é possível ver o afunilamento do rio e os afloramentos de rochas temidos pelos viajantes. Na altura da cidade de Estreito, o rio Tocantins se afunila, formando um canal considerado dos mais estreitos do rio Tocantins. Nesse local, foram feitas a ponte da ferrovia Norte-Sul, a rodovia Belém-Brasília e a UHE Estreito, a três quilômetros do estreito do rio Tocantins.

Pelas águas desse rio, o comércio do norte de Goiás se dinamizou. Os fluxos de mercadorias, como o sal e o querosene, foram de impacto significativo desde o século XVIII para o carregamento dos barcos, mas o rio também possibilitou exportar a produção, como a borracha da mangaba, e indivíduos para o trabalho da colheita de castanha-do-pará nas regiões de Marabá (BRITO, 2009).

Tanto o rio Araguaia como o Tocantins têm suas nascentes no Planalto Central, em altitude mais elevada em Goiás e no Distrito Federal. O rio Tocantins nasce na lagoa Feia, no parque de Águas Emendadas, no Distrito Federal, em altitude em torno de 1.000 m. Seu maior desnível é enquanto rio

Maranhão, depois o gradiente do rio terá pouco desnível na maior parte do canal, descendo de forma suave, percorrendo relevos cristalinos, arqueanos. É um rio que tem a mesma coloração azul-esverdeada, conforme classificação limnológica dos rios da bacia Amazônica, realizada por Sioli (1985), sobre os afluentes sul do rio Amazonas, Xingu e Tapajós. A formação geológica de seu leito faz surgirem obstáculos como corredeiras e cachoeiras. É no encontro com o rio Paranatinga (rio formado a partir do encontro dos rios Palma e Paranã, com percurso de 20 km), próximo à cidade de Paranã, que passa a ser chamado rio Tocantins. Dali até Esperantina-TO, são aproximadamente 1.140 km, encaixado em depressões, percorrendo planaltos, dentre eles, a serra do Estrondo e a serra das Cordilheiras.

A navegação do rio Tocantins foi considerada como mais organizada do que a do rio Araguaia (BARBOSA; GOMES; TEIXEIRA NETO, 2005). A do Tocantins serviu aos garimpos, interligada aos rios Manoel Alves da Natividade e Paranã e Palmas, que drenam toda a área do sudeste do Tocantins, importantes vias de circulação para o Período Colonial e, principalmente, para o dito transporte do ouro.

Sua navegação permaneceu até tempos recentes. A rota saindo de Barra do Ouro-TO para Estreito-MA permaneceu até os anos 2000. Por ali circulavam barcos com sujeitos a negócio, comerciantes transportando mercadorias para vender nas feiras das cidades ribeirinhas, como Filadélfia, Carolina, Estreito e Babaçulândia. Era o ir e vir pelas águas do rio Tocantins que movimentava a vida em suas barrancas.

Quanto ao rio Araguaia, o Berohokan dos povos indígenas Karajás, nasce na serra dos Caiapó, na divisa entre os estados de Goiás e Mato Grosso, numa altitude de 900 metros. Seu leito é encachoeirado em toda a sua extensão em Goiás e tem seu gradiente com pouco desnível a partir da ilha do Bananal. No seu percurso no estado do Tocantins, tem poucos desníveis, mas nele está situada a corredeira mais temível do rio, que é a de Santa Isabel.

É um rio de leito jovial, com formação em terrenos aplainados e de formação orogênica no Tocantins. Suas margens são utilizadas para plantações de lavoura e é um rio muito piscoso. Reverenciado pelos ribeirinhos e mitológico para os indígenas. Acredita-se, entre os Karajás, que o rio é o lugar do princípio desse povo. Porém, a forma de ocupação ao longo do tempo,

com temporalidades e territorialidades diferentes, o transformaram em espaço de conflito e disputa entre ribeirinhos e indígenas, entre sujeitos na frente pioneira, na fronteira agrícola com incentivo do Governo Federal, nos Governos Militares, para o uso da terra para a agricultura. É nessa disputa pela posse e identificação com o rio que se estabelecem as disputas pelos territórios por sujeitos.

TERRITÓRIO EM DISPUTA

Na construção de significação e experiência por um povo na formação de identidade, Castells (1999) definiu três tipos de identidades: a legitimadora, a de resistência e a de projeto. O ponto principal da sua definição da identidade de resistência está na forma de se contrapor à hegemonia imposta por outrem. Mendonça (2004), ao estabelecer uma leitura sobre os cerradeiros, propôs uma resistência pelos povos no trabalho.

Ao estabelecermos um paralelo dessa leitura sobre resistência com a realidade ribeirinha no Tocantins, levamos em consideração as resistências de comunidades em permanecer próxima aos rios, mesmo quando expulsos por hidrelétricas.

Em 2010, a Usina Hidrelétrica Estreito foi inaugurada no norte do Tocantins, concretizando um projeto do Governo Federal de construção de hidrelétricas no rio Tocantins. O Consórcio Estreito Energia – Ceste – é composto pela Suez Energy International – EUA (40,07%), Vale – BR (30%), Alcoa – BR (25,49%) e Camargo Corrêa Energia – BR (4,44%) (TRACTEBEL ENERGIA, 2012). Devido aos vários problemas ambientais apresentados na construção da usina e na falta de uma negociação com os ribeirinhos, houve vários embargos à obra, com paralisação. No entanto, um grupo de parlamentares ligados ao agronegócio no Cerrado entrou com pedido de adiamento das audiências e conseguiram aprovar requerimentos para garantir a representação da coalizão favorável à obra (CAMARGO; HASHIZUME, 2008).

Na escala local, houve uma propagação de informações por parte de políticos e empresários locais quanto à importância da obra na geração de emprego e no desenvolvimento local, principalmente articulado com um

discurso da soberania energética para alavancar uma industrialização da região. Tais discursos surgem rapidamente para blindar a política contrária à construção de barragem, e na rapidez que eles surgem, desaparecem, sem deixar uma esperança para a população da concretização de tais benefícios. Contudo, essas hidrelétricas atendem à política energética do país, principalmente às necessidades das empresas de ferro e alumínio. Porém, há que se frisar, também, que essa construção faz parte da agenda de grupos tocantinenses, maranhenses e baianos ligados ao agronegócio no Cerrado. Como apontou Campos Filho (2010), serve para abrir um caminho pelas águas para as toneladas de soja serem exportadas pelo porto de Conde, uma vez que o lago da hidrelétrica rompe um dos empecilhos naturais, as corredeiras do Médio Tocantins.

Do outro lado estão os sujeitos que foram removidos de seu território, chamados de atingidos por barragem (FOSCHIERA, 2009). Há vários conceitos de atingidos, usados como melhor convém à empresa ligada ao setor energético. Uns são ligados exclusivamente à propriedade privada da terra, visando à regulamentação para o pagamento das indenizações. Nesse sentido, é interessante ressaltar que o foco é econômico e não vinculado às questões sociais ou psicológicas do processo. Um dos conceitos que tem uma abrangência mais geral é o entendimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), apresentado no trecho a seguir:

O MAB passa a ter a compreensão de que não são apenas os moradores que se localizam na barranca dos rios onde são construídas as Usinas Hidrelétricas que sofrem os impactos negativos causados pela nova política energética, mas toda a população que se vê obrigada a pagar um elevado preço de energia para sustentar os altos lucros dos investidores, que se apropriam dos recursos naturais do país e comprometem a própria soberania nacional (FOSCHIERA, 2009, p. 38).

Com esse entendimento, a abrangência das obrigações das empresas é maior, e as lutas não têm apenas a questão das indenizações justas, mas também da energia por um custo menor e até uma ampliação dos atendidos pela eletrificação. A participação do MAB nas comunidades dos atingidos pela UHE Estreito foi muito tensa, isso se deve à imagem que a empresa, funcionários públicos e lideranças locais construíram do movimento, como um

empecilho para as negociações. A falta de articulação do MAB no processo de negociação gerou as indenizações individuais, que teve sua base no pagamento em dinheiro ou carta de crédito. Esse tipo de negociação foi melhor para o empreendedor, posto que os indenizados compravam onde quisessem seu imóvel, tirando, desse modo, o dever do Ceste de criar áreas com infraestrutura. Sem dúvida, pessoas agregadas são um problema para o empreendedor, pois se articulam em torno de um objetivo, nesse caso, na busca pela qualidade de vida, a cobrança pelos direitos torna-se maior.

Sieben (2012) ressalta que famílias foram reassentadas umas distantes das outras, o que dificultou sua articulação para reivindicar seus direitos. Muitos vazanteiros se afogaram no lago da UHE Estreito. No que tange às indenizações, estes receberam míseros valores, outros nem foram indenizados, casos dos barraqueiros e pescadores. No período em que entrevistamos as populações ribeirinhas nos assentamentos rurais, e ao perguntarmos se as indenizações foram justas, um dos moradores nos respondeu com as seguintes palavras: “Sair do lugar da gente, onde nasci e criei não tem preço” (senhor Antônio, maio de 2010). Em outras entrevistas, os filhos nos relataram que seu pai ou mãe morreu quando foi tirado(a) das margens do rio.

Gomes (2008) afirma que o impacto do capital no campo desorganizou a vida unifamiliar campesina e produziu uma expulsão do homem do campo, transformando-o em itinerante-peregrino, boia-fria, que vive nos acampamentos, nas beiras das estradas, e que termina sua peregrinação nas periferias das cidades grandes e médias, como trabalhador braçal. “Nelas, na maioria das vezes, passa a viver como marginalizado social, na condição de subempregado ou de assalariado urbano ou de desempregado” (GOMES, 2008, p. 360). Reserva de mão de obra para controle do valor força de trabalho na cidade. Apesar de Gomes (2008) estar se referindo ao avanço da fronteira agrícola, isso se aplica à análise em questão quando entendemos que as UHE's no Tocantins são parte da política de ocupação agromineral (mineral pelo investimento e especulação na extração de ferro e fosfato) no Cerrado tocantinense.

Os ribeirinhos que hoje vivem nas margens do lago sobrevivem da plantação de mandioca e da pesca. Alguns relatam que “a pesca diminuiu,

pescávamos Jaú aqui e agora não tem mais” (Senhor Domingos, dezembro de 2016). “Plantamos mandioca e pescamos para manter nossa sobrevivência” (senhor Manoel, dezembro de 2016). Essas falas demonstram que o rio Tocantins ainda é a fonte de sobrevivência desses sujeitos atingidos. Mesmo expulsos de seus lugares pelas águas da barragem, buscam construir com o rio sua identidade de resistência não apenas contra o capital, mas enquanto modo de vida ribeirinho.

Construíram no rio itinerários e lugares que mesmo debaixo d’água são lugares de vivências. Seus territórios são um conjunto de lugares e itinerários diacrônicos, como afirmou Bonnemaïson (2012, 1987) ao se referir aos povos de Vanuatu. Esse vínculo com o rio é um dos fatores de resistência, como afirmou um pescador: “Eu pesco todo dia, o rio é minha vida” (Senhor Joel, dezembro de 2016).

E a lida com a água começava com o embarque de caixas, cordas e pessoas, e os barcos que partiam movimentavam a vida nos lugares. Levavam foice, enxada, grãos ou animais e o excedente da colheita para vender na cidade, bem como as crianças para estudar ou as professoras para ensinar nos assentamentos. No entardecer, era preciso retornar ao rio para se banhar e buscar renovação das energias.

Para Bonnemaïson (2002), o território tem função social, mas também tem função cultural. O simbólico é representado por uma rede de lugares sagrados, denominados de lugar fundador. Fazendo um estudo profundo dos originários da Ilha de Vanuatu, Bonnemaïson comenta que estes são lugares de primeira aparição, de realizações de danças que determinam ser ali o lugar do início da existência da *piroque*. A *piroque* é uma metáfora a que o autor recorre para denominar as comunidades territorializadas. Uma alusão à migração e identificação com o território pelos vanuatenses. Essa rede de lugares que formam esse território é pontilhada por lugares simbólicos, denominados de geossímbolos (BONNEMAISON, 1987).

Com base na leitura dos geossímbolos, pode-se afirmar que o rio Tocantins é um lugar simbólico. O rio para as crianças é/era local de brincadeira. Porém, tal como mencionou Araújo (2009, p. 39), “para o adulto ele assume outras representações, porque com o passar do tempo ele se transforma, se configura em lugar de trabalho, de lidas cotidianas, onde busca

prover as necessidades e o sustento da família”. O rio dita as regras naturais, para seu uso e de suas planícies, que as crianças apreendem no convívio familiar. É preciso saber plantar, nas terras alagadas é outro planejamento, diferente do plantio em terra firme. A roça precisa ser inventada todo ano. Necessário é saber plantar no lameiro, sem errar o tempo cronológico, mas, principalmente, o tempo das águas, pois nem todos os períodos chuvosos e secos são iguais, exigindo, pois, muita atenção para os sinais que a natureza emite. A terra deixada pelas cheias do rio determina o que se pode plantar: de sementes de melancia e abóbora a feijão, tudo é uma questão da fertilidade propiciada pelos sedimentos deixados pelo rio, indicando, para o plantio, sinais que o ribeirinho conhece muito bem.

A relação dessa comunidade com o rio Tocantins se dava pela dependência do viver. As áreas férteis no entorno do rio eram bem diferentes da imensidão dos solos pobres nos chapadões do Cerrado, áreas que, com as técnicas de plantio disponíveis, não produzem o suficiente para garantir a alimentação e a venda do excedente da produção.

Nas safras havia fartura de alimentos nas cidades. Os barcos traziam o feijão, o milho-verde, o porco, a galinha caipira e o mel. As pequenas cidades tornavam-se praças de vendas de produtos agrícolas ou de frutos colhidos das margens do rio, tais como o buriti e o murici. No vale do rio Tocantins, as comunidades camponesas que viviam ali há décadas, na maioria migrantes nordestinos, eram organizadas em associações e cooperativas. O rompimento dessa organização se deu com a construção da hidrelétrica Estreito, a quinta UHE construída no rio Tocantins.

Esses ribeirinhos tinham algo em comum, uma interdependência do rio Tocantins. Como afirmou Bonnemaïson (1993), o homem imprime suas marcas na paisagem e passa a ser elemento fundamental nela. O próprio território são marcas no solo impregnadas pelas relações sociais. Não é o homem fora da natureza, e Bonnemaïson (1987) releva isso principalmente em seus estudos sobre Madagascar e a Ilha de Tanna. Ao relacionarmos com as falas dos sujeitos, há de fato uma significação do rio Tocantins enquanto espaço de representações e de trabalho.

No rio Araguaia, a comunidade de Pedra de Amolar convive com o anúncio da construção da hidrelétrica de Marabá. A 20 km da foz do rio

Araguaia vivem ribeirinhos em um paraíso natural de ilhas e praias. O rio é a principal fonte de água e de alimento para esses sujeitos que apreenderam a lidar com a natureza e suas variações anuais. Aprendem, na convivência cotidiana, a lidar com a baixa e a subida das águas, com a alteração da cor das águas que indicam o momento do plantio ou mesmo de sair ou voltar para casa. O deslocar das pessoas dependia da intensidade das chuvas, que ditavam o nível das águas do rio. Quando os primeiros raios do sol refletiam, os ribeirinhos buscavam as suas margens para um ritual de lavar o rosto toda manhã, observar o movimento dos cardumes pela diferenciação na correnteza das águas, ou mesmo fazer uma reza sagrada para reverenciar o rio ou a água.

Para o senhor Manoel (junho de 2012), o rio é a sua vida: “Não consigo me ver fora do rio, eu nasci aqui e me criei nessas águas”. Quando abordamos a construção da hidrelétrica, sua resposta foi: “Estamos participando de reuniões para impedir esta construção”. A hidrelétrica é vista pelo indivíduo como uma problemática para sua permanência no lugar. É preciso resistir no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando Haesbaerth (2005), a desterritorialização seria deslocar o sujeito do território. Para tanto, o autor expõe que, na perspectiva em que a questão é colocada, ela é um mito, ou seja, fala-se muito em área de conflitos ao processo de desterritorialização, quando o sujeito que se encontra ali, ele é levado para fora do seu território. Ao ser levado, arrancado, expulso, haveria uma desterritorialização do sujeito, e não do território.

Nesse entendimento, partimos do pressuposto de que houve desterritorialização dos sujeitos ribeirinhos. Também há um entendimento de que as territorialidades são as estratégias que permitem ao indivíduo fazer parte do território. São estratégias políticas, de pertencimentos, das relações afetivas ou, parafraseando Bonnemaïson (1987), relações simbólicas míticas. As territorialidades também são relações, ou seja, só se podem estabelecer territorialidades com um dado território quando há uma relação afetiva ou estratégia de sobrevivência, ou de interdependência, conforme Bonnemaïson

(1993). Daí, pode ser por meio dos objetos produzidos pelo homem ou não. Bonnemaison (1987) identifica o território enquanto uma relação social e cultural de sujeitos com a terra.

Nesse objetivo, entendemos que o trabalhar dos sujeitos ribeirinhos nos rios Tocantins e Araguaia estabeleceu um maior apego com a terra e a água, criando geossímbolos, lugares de aproximação, e não estranhamento, no caso dos atingidos por barragem. E não foi apenas pelo trabalho, pois o ócio também para esses sujeitos foi importante na sua identificação com os lugares e o território. A relação do trabalho tem sua importância porque os ribeirinhos são e se sentem como produtores de alimentos, função essencial para garantir sua sobrevivência (SACHS, 2002). O trabalho dos ribeirinhos, a importância do rio e o avanço do agronegócio no Cerrado tocantinense nos instigaram a analisar esses sujeitos moradores das margens desse rio, antes e depois do enchimento do lago da UHE Estreito, e os que convivem com a construção da hidrelétrica no rio Tocantins, que afetará as comunidades do rio Araguaia. A construção das hidrelétricas, apesar de uma política de reassentamento de parte dos atingidos, na zona rural, desmantelou a organização da vida econômica dessa população, posto que é relacionada ao controle natural da fertilidade do solo pelo rio.

É importante ressaltar que as ações do MAB nas periferias das cidades mostram para essa população as mazelas do setor energético e propõem ações de lutas junto a essa comunidade de atingidos. De fato, é um foco de resistência, pois ter ações nas cidades é uma forma de mobilizar um maior número de indivíduos para defender a bandeira de luta, mesmo quando as empresas se blindam com a construção de um quartel da Polícia Militar em frente ao seu escritório na cidade de Estreito-MA. Ou, quando em meio às desinformações, os sujeitos se organizam para lutar contra a construção de uma hidrelétrica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. C. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas.** 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros – MG, 2009.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-132.

_____. Porter sur la nature un regard amical. **Savoirs**: une terre en renaissance: les semences du développement durable. Paris: Le Monde diplomatique, 1993. p. 55-56

_____. **Tanna**. Les fondements géographiques d'une identité: les Gens des lieux. Histoire et géosymboles d'une société enracinée. Paris: Orstom, 1987.

BRITO, E. P. **O papel de Palmas na rede de integração regional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, FCH, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CAMARGO, B.; HASHIZUME, M. Atingidos pelas obras de hidrelétrica enfrentam incertezas. In: **Repórter Brasil**. São Paulo, s/p., 31 de julho de 2012. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentam-incertezas/>>. Acessado em janeiro de 2014.

CARVALHO, F. L. **Fronteira e conquistas pelo Araguaia – século XIX**. Goiânia: Kelps, 2006.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONEXÃO TOCANTINS. Em Babaçulândia famílias assentadas pelo Ceste reclamam da falta de assistência. In: **Conexão Tocantins**. Palmas, TO, s/p., 19 de março de 2012. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2012/03/19/em-babaculandia-familias-assentadas-pelo-ceste-reclamam-de-falta-de-assistencia>>. Acesso em janeiro de 2014.

CAMPOS FILHO, R. P. Um olhar geopolítico sobre a água no Cerrado: apontamentos para uma preocupação estratégica. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos**: a trajetória do Movimento dos Atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, 2009.

GOMES, H. A nova matriz espacial do território goiano. In: GOMES, H. **Universo do cerrado II**. Goiânia: UCG, 2008. p. 353-376.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidades. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

IBGE. **SIDRA**. Dados Estatísticos de produção para o período de 2008 à 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em fevereiro de 2016.

MAGALHÃES, J. V. C. **Viagem ao Araguaia**. São Paulo: Editora Tres, 1974. (coleção obras imortais de nossa literatura).

RODRIGUES, R. S.; BRITO, E. P. Os ribeirinhos atingidos pela UHE Estreito-MA e sua nova territorialização no município de Babaçulândia -TO. In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012**, Belo Horizonte. UFMG, 2012. p. 01-10.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste goiano**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Júlio de Mesquita – UNESP, Presidente Prudente, 2004.

SÁ, R. F. R.; BRITO, E. P. Redefinições territoriais a partir de um estudo de caso com ribeirinhos do município de Babaçulândia -TO. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia: UFU, v. 13, n. 44, dez/2012. p. 01-12.

SACHS, I. **O gato de Alice e outras crônicas**: pensando o Brasil às margens do Sena. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Portugal: Coimbra: Faculdade de Economia de Coimbra, 2002. p. 237-280.

SIEBEN, A. **Estado e Política Energética**: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SIOLI, H. **Amazônia**: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUZA, A. F. G. *et. al.* O viver e o habitar: os ciclos da natureza e os usos dos territórios fluviais no rio São Francisco - Pirapora/MG. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia: UFU, v. 11, n. 36, 2010. p. 01-10.

TRACTEBEL ENERGIA. Para mover o Brasil. In: **Informativo da Tractebel Energia**. Ano 8, N. 44, Outubro/dezembro 2012. p. 06. Disponível em: <http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/e4522a12-ccb3-4ba3-85b2-068214f95444/BAIXA_tcb_tractebel_revista_boasnovas_5ed.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ROOTWORKSPACEe4522a12-ccb3-4ba3-85b2-068214f95444>. Acesso em setembro de 2015.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O SANTO DAIME NA PERSPECTIVA DO HIBRIDISMO CULTURAL⁹

Vanessa Maria Alves Lima Sales¹⁰

Marivaldo Cavalcante da Silva¹¹

INTRODUÇÃO

O Santo Daime, conhecido também como a *Religião da Floresta*¹², é uma prática religiosa eminentemente brasileira, originária da região amazônica, mais especificadamente do Estado do Acre. Uma de suas principais características é a utilização ritualística de uma bebida cujas propriedades são psicoativas e que tem sido experienciada, pelos seus adeptos, como uma espécie de conector com o mundo espiritual.

Tal bebida, denominada *ayahuasca*¹³, é formada pelo cozimento do cipó *Banisteriopsis caapi*, comumente chamado de jagube ou mariri, e da folha *Psychotria viridis*, conhecida como rainha ou chacrona. A composição já vem sendo utilizada, milenarmente, por povos indígenas da região amazônica (MACRAE; MOREIRA, 2011).

Groisman (1991); Macrae (1992; 2000); Goulart (2002); Labate e Pacheco (2002); Cemin (2002) têm demonstrado que vários elementos simbólicos que compõem a cultura daimista tiveram influências de outras religiões, cultos e/ou rituais, dos quais se destacam: o xamanismo, o catolicismo popular, as religiões afro-brasileiras e o espiritismo kardecista.

⁹ Este texto é resultado de parte da dissertação em desenvolvimento e enviado para a revista HOLOS/IFRN.

¹⁰ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT/ UFT (Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína). E-mail: vanessa_sales8@hotmail.com.

¹¹ Prof. Dr. em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT/UFT

¹² Cemin (2002, p. 360) explica que a floresta constitui-se no alicerce das ações daimistas, pois é nela onde se retira “a matéria-prima da ayahuasca, que é coletada em estado natural [...] Da floresta provém ainda a origem do culto e seus traços culturais. A floresta demarca a noção de espaço sagrado, povoado de seres espirituais que protegem todas as formas de vida”.

¹³ Macrae (1992, p. 28) menciona que “este preparado [referindo-se à composição da bebida] recebe uma gama de nomes, como *natema*, *yajé*, *nepe*, *kahi*, *caapi*. Mas é genericamente conhecido pelo termo quíchua *ayahuasca*, que significa ‘cipó dos espíritos’”.

Goulart (2002, p. 292) alude que no Santo Daime “o movimento no tocante às tradições do passado implica num processo de recuperação e reinterpretação”, dessa forma, depreende-se que a aglutinação de certos signos, simbologias, com matrizes distintas, assume um formato ressignificado, reinterpretado pelos daimistas.

Labate (2000) chama-nos a atenção ainda para o aspecto expansivo desta religião, a qual vem sendo difundida para outras regiões do Brasil, para os grandes centros urbanos e, inclusive, ultrapassando as fronteiras internacionais, em países como Espanha, Estados Unidos, Japão, entre outros.

Assim, considerando a diversidade de elementos simbólicos e a expansão e processos de deslocamentos da doutrina, pode-se afirmar que as manifestações culturais religiosas do Santo Daime estariam imbricadas no processo de hibridismo cultural?

Comumente, os estudos sobre religião, especialmente as afro-brasileiras, são associadas ao processo do sincretismo. Com o Santo Daime não é diferente, autores como Macrae e Moreira (2011) dão ênfase nesse conceito ao tentarem explicar a fusão de elementos simbólicos de matrizes distintas. Entretanto, a proposta deste artigo vai além. Buscou-se compreender o processo histórico da formação e difusão da doutrina daimista pela perspectiva do hibridismo cultural. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica com autores que versam sobre o Santo Daime, associando-a aos postulados teóricos de Stuart Hall, Homi Bhabha e Peter Burke.

O Santo Daime ainda é pouco conhecido e pesquisado no âmbito acadêmico, além de sofrer certo estigma, pela população geral, por ser usualmente associado a uma prática de uso de drogas. O interesse nesta pesquisa se deu por entender que essa temática seja um campo fecundo para os estudos culturais.

CONTEXTO HISTÓRICO DO SANTO DAIME

O Santo Daime, criado no início do século XX, é denominado por muitos pesquisadores como uma das religiões ayahuasqueiras, justamente por fazer uso da ayahuasca durante suas cerimônias e rituais.

Goulart (2008, p. 252) afirma que

cronologicamente, a primeira religião ayahuasqueira brasileira é aquela que ficou conhecida como Santo Daime, criada por Raimundo Irineu Serra, o Mestre Irineu, no início dos anos trinta, em Rio Branco, Acre. O termo Daime, que serve de nome tanto ao culto quanto à bebida aí utilizada, segundo estes religiosos, relaciona-se às invocações feitas ao ser espiritual que habita o chá. Assim, “Dai-me” é um pedido feito por quem consome o chá ao próprio chá: “dai-me saúde, dai-me amor, dai-me luz” [...].

As outras religiões que utilizam a ayahuasca surgiram posteriormente. Em 1945 emergiu a Barquinha; na década de 1960, a UDV (União do Vegetal); e, em meados de 1970, a vertente Cefluris (Centro Eclético da Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra) (LABATE, 2002).

Cabe ressaltar que o Santo Daime é composto por duas vertentes/linhas, as quais possuem a mesma origem, mas se diferenciam em alguns aspectos. A primeira, Ciclu (Centro de Iluminação Cristã Luz Universal), também conhecida como Alto Santo, foi fundada por Raimundo Irineu Serra, o “Mestre Irineu”, sendo considerada a vertente mais tradicional por seguir com fidelidade os preceitos do fundador e que pouco se expandiu territorialmente, ficando mais restrita ao estado do Acre. Já a segunda, o Cefluris (Centro Eclético da Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra), atualmente conhecido como Iceflu (Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal – Patrono Sebastião Mota de Melo), foi criada por um dos dissidentes de Irineu, após sua morte. Conhecido como Padrinho Sebastião, o correligionário ressignificou alguns elementos da primeira linha, mas manteve como pilar os ensinamentos originais do Mestre.

O modo de vida adotado pelos adeptos desta última vertente também se diferencia da primeira, já que a sede principal do Cefluris¹⁴, chamada de Vila Céu do Mapiá, situa-se na Floresta Amazônica Ocidental, na Unidade de Conservação Floresta Nacional Purus (Flona Purus)¹⁵, onde os adeptos vivem em comunidade, com um modo de vida sustentável. Embora sua localização

¹⁴ Durante o percurso desta pesquisa, quando for usada a palavra Santo Daime, esta será associada, de um modo geral, à doutrina em si, independente das cisões, já que ambas as vertentes possuem a mesma matriz. Quando for enfatizado as diferenças ou peculiaridades, será utilizado Alto Santo ou Cefluris/Iceflu. Em relação a esta última classificação, da vertente de Sebastião, serão utilizadas ambas as siglas, mas com certa predominância da primeira, pois a maioria da literatura daimista a utiliza.

¹⁵ Dados coletados no site oficial do Santo Daime: <http://www.santodaime.org/site/a-comunidade/a-vila-ceu-do-mapia/a-vila>. Acesso em dezembro de 2015.

esteja vinculada a uma área não urbana, esta linha é a que mais tem se expandido para as grandes cidades no território nacional e internacional (MACRAE, 2000; LABATE, 2000).

Goulart (2002) assinala que Mestre Irineu teve contato com a ayahuasca na época em que trabalhava como seringueiro, no interior da floresta amazônica. Que o aprendizado relacionado ao chá, obteve com os povos indígenas da região e também com seringueiros. Macrae (1992, p. 27) elucida que na Amazônia Ocidental “[...] há muito tempo essa bebida vem sendo utilizada cerimonialmente, não só entre grupos indígenas, mas também pela população mestiça ou cabocla”.

Labate (2002) explica que o uso do chá, por essa população mestiça ou cabocla, é conhecida como a prática de vegetalismo, que seria “[...] uma forma de medicina popular à base de alucinógenos vegetais, cantos e dietas” (LABATE, 2002, p. 233).

Embora em vários países da América do Sul, tais como Colômbia, Bolívia, Peru, Venezuela e Equador, haja uma tradição de consumo da ayahuasca por xamãs e vegetalistas, curiosamente é só no Brasil que se desenvolvem religiões de populações não-indígenas que fazem uso desta bebida. Estas religiões [...] reelaboram as antigas tradições dos sistemas locais a partir de uma leitura influenciada pelo cristianismo. Tal releitura [...] é formulada a partir da herança de consumo da ayahuasca pelos sistemas de curandeirismo amazônicos, bem como outras fontes: a tradição afro-brasileira, o espiritismo kardecista e o esoterismo de origem europeia [...] (LABATE, 2002, p. 233).

Assim, além do uso ritualístico do chá, ressalva-se a aglutinação de elementos do cristianismo, mais especificamente do catolicismo popular, muito presente no culto daimista. Cemin (2002) relata que Mestre Irineu recebeu a missão de fundar a doutrina por meio da aparição, no interior da floresta, de Nossa Senhora da Conceição, considerada pelos daimistas, a Rainha da Floresta. Aqui já se nota um traço cristão, a presença de uma imagem fortemente associada e cultuada pelo catolicismo.

No que concerne às influências do catolicismo popular, Macrae e Moreira (2011, p. 59) afirmam que Mestre Irineu “[...] adotou o canto de hinos, e outras práticas mais próximas das tradições cristãs”. Goulart (2002) remonta às origens históricas do Santo Daime dando ênfase também às práticas religiosas católicas. A autora destaca a devoção aos santos, às festas cristãs, o

compadrio e o mutirão como práticas que influenciaram Irineu na composição de sua doutrina.

Cemin (2002, p. 347), ao estudar os sistemas de montagens simbólicas, descreve alguns elementos inscritos nos rituais daimistas que seriam associados ao catolicismo, como por exemplo: os trabalhos denominados missas; as rezas (Pai-Nosso, Ave-Maria, Salve-Rainha, o Terço); a devoção aos santos, entre outros.

Ainda sobre a composição ritualística daimista, outros elementos também são percebidos. Keifenheim (2002) descreve minuciosamente, na pesquisa que realizara com os índios Kaxinawá, localizados na fronteira entre o Brasil e o Peru, os aspectos do uso da ayahuasca, os rituais e os efeitos da bebida associada à prática xamânica. A autora retrata elementos simbólicos que remetem à cura, aos cantos, às visões/viagens astrais. Muitos desses elementos são percebidos no ritual daimista, conforme estudo de Couto (2002). Este autor, ao discorrer sobre a performance ritualística do Santo Daime, enfatiza a relação dos adeptos com a bebida, as dietas, as músicas, o ordenamento, e sugere que este sistema religioso encontrou no 'xamanismo coletivo' a forma para se manifestar.

No que tange às influências espíritas, Goulart (2002, p. 294) expõe que a noção de 'evolução' presente no kardecismo é muito usada pelos daimistas "para depreciar todo um conjunto de atitudes e sentimentos. Os comportamentos considerados excessivamente apegados à matéria passam a ser definidos, também, como 'menos evolutivos' [...]". Ou seja, a ideia de que o apego às coisas 'mundanas' afeta diretamente na evolução espiritual e moral de um indivíduo.

Macrae (2000) também dá enfoque às religiões mediúnicas. Ele afirma que o precursor do estreitamento com as doutrinas espíritas, especialmente a Umbanda, foi Padrinho Sebastião, da vertente Cefluris. Tal linha inseriu em seu estatuto oficial os trabalhos de mesa branca, "[...] as práticas de incorporação deixam de ser isoladas e/ou marginalizadas e ganham um espaço oficial e legítimo" (LABATE, 2002, p. 247). Esta última autora ressalta que na linha do Alto Santo a incorporação não é admitida.

Hay muchas similitudes entre la umbanda y el Daime [...] Ambos tienen sus orígenes en la mezcla sincrética de las tradiciones de *pajelanca* indígena, catolicismo popular, kardecismo y prácticas religiosas africanas. La sistematización de sus doctrinas es más o menos coincidente en el tiempo (década de 1920 para la umbanda, inicio de la de 1930 para el Daime) y ambos se expandieron entre las capas urbanas marginalizadas o de baja renta. Junto a esos sectores poblacionales estas sectas han desempeñado un importante papel de acomodar, ayudando a sus adeptos a encontrar maneras de lidiar con las ambigüedades del proceso de urbanización brasileño (MACRAE, 2000, p. 68).

Macrae (2000) ao associar similaridades das origens entre o Santo Daime e a Umbanda, destaca um ponto interessante: a expansão das doutrinas entre as populações urbanas marginalizadas e de baixa renda associada ao processo de urbanização brasileira.

Silva (1983) contextualiza a situação econômica, política e social da Amazônia no início do século XX. O pesquisador descreve o processo de migração de nordestinos para a região amazônica em função do Ciclo da Borracha, e também o seu declínio, meados anos 1920 e 1930, o que levou a um processo de urbanização, ou seja, o deslocamento de caboclos, mestiços e nordestinos dos seringais para as cidades; no caso de Raimundo Irineu, para Rio Branco – Acre, que na época ainda era território federal do Brasil. Foi mediante essa conjuntura socioeconômica e política que insurgiu a doutrina do Santo Daime.

Groisman (1991, p. 10), ao se referir sobre o processo de migração de nordestinos nesse período, aponta que esse contexto econômico e social “[...] suscitou fenômenos significativos de emergência de formas culturais peculiares, mais precisamente aquelas ligadas à religiosidade regional”.

Goulart (2002) explica que a maioria das pessoas que fizeram parte, inicialmente, do culto daimista eram ex-seringueiros e muitos se firmaram em colônias agrícolas na periferia rural da capital, Rio Branco. A autora destaca que no processo de formação da doutrina pode ser notada a presença de “[...] uma série de elementos que remetem às transformações sociais e culturais do meio rústico brasileiro” (GOULART, 2002, p. 281), devido às dificuldades advindas do período de adaptação a uma nova conjuntura socioeconômica. Assim, algumas práticas antigas rústicas são resgatadas e inseridas na modulação dos cultos daimistas, como por exemplo: o mutirão, o compadrio e as festas aos santos cristãos (GOULART, 2002).

Frente a esse processo de urbanização, observa-se, portanto, um movimento que reafirma o local, o regional, ainda ligado ao meio rural. Hall (2006, p. 84) alude sobre duas consequências possíveis da globalização: “a possibilidade de que a globalização possa levar a um fortalecimento de identidades locais ou à produção de novas identidades”.

Essas duas implicações expostas por Hall (2006) aparecem durante o contexto de formação e expansão do Santo Daime. A primeira, o fortalecimento de identidades locais, é percebida nesse momento inicial, ou seja, embora haja o processo de urbanização, as identificações desses sujeitos parecem estar ligadas ao meio rural, às práticas de convivência rurais, reforçando tradições locais/antigas. A segunda, produção de novas identidades, será debatida mais adiante, sendo associada ao grupo Clefuris.

Além desses apontamentos, o aspecto vivencial do próprio Mestre Irineu, sua história de vida atrelada a várias experiências e contatos culturais – sua passagem pelos seringais nas fronteiras entre o Brasil, Bolívia e Peru, o contato com os vegetalistas e povos indígenas foi marcante para a montagem do sistema de crenças que emergia.

Se refletirmos, imbuídos nessas fontes históricas, o processo de criação do Santo Daime se dá num contexto, que poderíamos dizer, ‘diaspórico’. As fronteiras, as migrações, as exclusões sociais dão sentido a este conceito.

Além das influências já mencionadas, Labate e Pacheco (2002) enfocam nas manifestações culturais maranhenses enquanto matrizes do Santo Daime. Os pesquisadores acreditam que, pelo fato de Mestre Irineu ser natural do Estado do Maranhão, talvez ele tenha levado consigo um pouco dessa herança histórica de sua terra natal. Apontam as semelhanças dos elementos simbólicos da doutrina daimista com os cultos do Tambor de Mina¹⁶; a Pajelança¹⁷; a Festa do Divino Espírito Santo¹⁸ e ao Baile de São Gonçalo¹⁹.

¹⁶ “Cultos de possessão de origem africana praticados em terreiros, versão maranhense dos cultos afro-brasileiros encontrados em outras regiões do Brasil, como o candomblé baiano, o xangô pernambucano ou o batuque gaúcho” (LABATE; PACHECO, 2002, p. 312).

¹⁷ “Também conhecida como cura ou linha de pena e maracá, é uma manifestação religiosa típica da cultura cabocla maranhense, formada a partir de elementos do catolicismo popular, das culturas indígenas, do tambor de mina, da medicina rústica e de outros componentes da cultura e da religiosidade maranhense” (LABATE, PACHECO. Op., cit., p. 315).

¹⁸ “Um dos mais antigos e difundidos festejos do catolicismo popular. Herança do catolicismo português, pode ser encontrada praticamente em todas as regiões do país” (LABATE; PACHECO. Op., cit., p. 324).

¹⁹ “A devoção a São Gonçalo [...] tem origem portuguesa e pode ser encontrado em diversos estados do Brasil, com características próprias em cada local. No Maranhão, ela aparece em várias regiões do estado

Mediante todo esse retrospecto histórico, cabe-se a seguinte reflexão: estaria Mestre Irineu – negro, maranhense, migrante nordestino que carrega no seu sobrenome ‘Serra’ a marca ‘hereditária’ da escravidão, pois de acordo com Macrae e Moreira (2011) os avôs maternos de Raimundo Irineu, que eram escravos, herdaram este sobrenome de seus donos -; no ‘entre-lugar’ referido por Bhabha? Estaria ele imbricado num *mister* entre a ‘tradição’ e a ‘tradução’, em um movimento entre as lembranças do passado, raízes históricas, origens da terra natal e o novo, se traduzindo, negociando, ressignificando esses elementos?

Bhabha (1998, p. 24) afirma que o entre-lugar

[...] é a história da migração pós-colonial, as narrativas da diáspora cultural e política, os grandes deslocamentos sociais de comunidades camponesas e aborígenes [...]. É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual *algo começa a se fazer presente* em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além que venho traçando [...].

Hall (2006, p. 88-89) aborda que o processo de tradução

[...] descreve aquelas formações de identidades que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas [...] porque elas são [...] o produto de várias histórias e culturas interconectadas [...].

O Santo Daime surge a partir de algumas tradições religiosas e espiritualistas (xamanismo, catolicismo, vegetalismo, etc.), mas atrelado ao movimento de tradução e ressignificações. Isso culmina, portanto, na formação de uma doutrina religiosa híbrida, que não é dotada de uma ‘pureza’ original.

O SANTO DAIME E O GLOBAL

Apesar de Mestre Irineu ter recebido sua missão na Floresta, na sua passagem pelos seringais, onde adquiriu os conhecimentos sobre o chá; ele

sob a forma de danças conhecidas como baile, jornada ou dança de São Gonçalo” (LABATE; PACHECO. Op., cit., p. 331).

fundou, de fato, a doutrina na cidade, com os reflexos da urbanização advinda com a crise da borracha. Assim, o daime (bebida) 'sai' da floresta e se territorializa no urbano.

Goulart (2002, p. 278) compreende que “[...] o culto daimista rompe com a antiga tradição de uso do chá, inaugurando uma nova forma de consumo da ayahuasca na sociedade do homem branco [...]”.

Com a morte de Mestre Irineu, em 1971, houve algumas disputas sobre quem assumiria o comando do Alto Santo. Nessa época, Padrinho Sebastião, que já estava inserido em tal doutrina e assumia uma posição relevante na comunidade, não concordou com a indicação de Leôncio Gomes da Silva para assumir o comando da igreja, então, Sebastião resolveu criar o seu próprio legado e sua própria comunidade, e fundou o Cefluris, em 1974 (LABATE, 2000).

Enquanto o Alto Santo se restringiu mais ao estado do Acre, sendo considerada a linha mais tradicional e regionalista, o Cefluris se abriu para o global. Isso se deve, também, aos vários deslocamentos desta vertente para as regiões urbanas. Couto (2002, p. 386) afirma que “[...] nos anos 1970 e 1980, a abrangência geográfica dessa doutrina religiosa foi ampliada [...] rompendo as fronteiras regionais e internacionais, com a instalação de filiais no sul do país e no exterior”.

Embora a sede do Cefluris, o Céu do Mapiá, esteja instalada em uma comunidade não urbana, no interior da floresta amazônica, Labate (2000) refere que isso não impediu sua expansão, pelo contrário, atraiu um número significativo de seguidores, que se identificavam com o novo estilo de vida comunitário, ligado à natureza, ao cosmo, à espiritualidade. Muitos mochileiros, andarilhos, pesquisadores e estrangeiros foram atraídos a esse universo e foram eles os responsáveis pelos deslocamentos da religião para outros territórios.

Aqui retomamos a citação de Hall (2006) que sugere que a globalização pode levar à produção de novas identidades. O Santo Daime é afetado pelo mundo globalizado, se insere na 'pós-modernidade', gerando novas identidades daimistas. Identidades estas que não estão mais ligadas exclusivamente aos ex-seringueiros ou caboclos, mas ao urbano, ao global e

isso leva, inevitavelmente, a negociações entre culturas, e como diria Burke (2006), aos encontros entre culturas.

Este autor examina que “se nenhuma cultura é uma ilha [...] deve ser possível empregar o modelo de encontro para estudar a história de nossa própria cultura, ou culturas, que devemos considerar variadas em vez de homogêneas, múltiplas em vez de singulares [...]” (BURKE, 2006, p. 257).

Observa-se, nesse ponto, o destaque de Burke (2006) com o termo ‘culturas’, sendo estas múltiplas e variadas, pois decorrem juntamente desses encontros e interações, que podem culminar em processos de resistências ou adaptações.

Ao longo destas explanações é possível perceber o movimento entre a tradição e a tradução, e como isso implica na formação da cultura daimista.

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 2008, p. 27).

Não é somente o caráter mesclado de vários elementos simbólicos (a ayahuasca, a dança, os hinos, trabalhos como missas, incorporação, mesa branca, entre outros) inerentes à doutrina daimista que nos chamam a atenção e que nos faz associá-los ao hibridismo cultural. Todos os processos acima exemplificados, o estar no ‘entre-lugar’, as migrações, os deslocamentos, as negociações, o movimento entre tradição e tradução reforçam a tese de que Santo Daime está imbricado no processo de hibridismo cultural.

Durante a pesquisa bibliográfica, foi percebida a existência de uma discussão teórica relacionada a conceitos que buscam definir essa mistura de elementos simbólicos, e os mais visualizados foram o sincretismo e ecletismo, este último é utilizado pelos próprios daimistas da vertente do Padrinho Sebastião, estando presente na denominação da sigla Cefluris – Centro Eclético da Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra.

Macrae e Moreira (2011, p. 41) fazem a seguinte observação:

[...] verificamos que esta religião brasileira, nascida no Norte, que hoje se difunde no país e no exterior, como toda religião e como toda manifestação cultural, apresenta características do **sincretismo** cultural e religioso, o que não retira sua autenticidade como prática religiosa, como julgam alguns que consideram o fenômeno do sincretismo como mistura indigesta **que diminuiria a pureza da religião** [grifos nosso].

Dois pontos na afirmação dos referidos autores chama-nos a atenção. Primeiramente, o termo “sincretismo”, e, posterior, o termo “pureza”.

Labate (2002, p. 237-238) afirma que:

a análise dos sistemas simbólicos das religiões ayahuasqueiras foi marcada por um debate em torno da noção de sincretismo [...] O conceito de sincretismo, entretanto, tem sido criticado pela literatura antropológica pois implica na idéia de que haveria uma colagem entre elementos supostamente puros. Em primeiro lugar, argumenta-se que esta pureza anterior ou original jamais existiu de fato. Em segundo, “sincretismo” denota não só a junção de elementos vindos de diversas fontes, mas também uma junção imprópria, heteróclita, desarticulada [...].

Compactuando com a citação de Labate (2002), atinente à crítica ao conceito de sincretismo; e não identificando a terminologia eclética como a mais apropriada no âmbito de reflexão teórica - embora seja utilizada pelos membros da doutrina; o que se propõe é a inserção do conceito de hibridismo, o qual abarcaria a amplitude da discussão acerca do processo histórico da religião, considerando os aspectos socioculturais envolvidos.

Engler (2011, p. 20) refere que o processo de hibridismo, correlacionado aos estudos de religião, “[...] reconhece mais diretamente as interações complexas entre os fenômenos religiosos e os seus contextos históricos, políticos, sociais e culturais”.

Bhabha (1998) expressa a não existência de culturas puras, mas sim híbridas. Culturas que se dão pela existência e afirmação da diferença. As ponderações atinentes ao termo ‘pureza’, também nos leva a uma discussão inscrita nos postulados de Hall (2006), o qual corrobora com as ideias de Bhabha, e defende não existir uma cultura que seja de fato ‘pura’. Compreende que o sujeito, pós-moderno, estaria em constante movimento, devido ao processo de globalização, assumindo identidades mais descentradas e não permanentes.

[...] Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que tiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são produto desses complicados cruzamentos que são cada vez mais comuns num mundo globalizado [...] (HALL, 2006, p.88).

Acoplando essa ideia às manifestações culturais do Santo Daime, podemos dizer que os aspectos desta doutrina se cruzam com elementos de outros segmentos religiosos, seja por meio de alguns símbolos, signos ou ritos com o potencial de ressignificá-los, reinterpretá-los; 'legitimando' assim uma 'cultura daimista', mas isso não quer dizer, que esta cultura seja dotada de 'pureza'. Pelo contrário, foi 'construída', é vivida por diferentes grupos, sendo constantemente ressignificada.

Em contrapartida, Burke (2006) lança uma problemática acerca do conceito ou uso do termo hibridismo. Assim,

[...] o conceito de "hibridismo" cultural e os termos a ele associados são igualmente problemáticos. É muito fácil escorregar [...] entre discussões de miscigenação metafórica e literal, seja apregoando os louvores da fertilização cruzada ou condenando as formas "bastardas" ou "mestiças" de culturas que surgem por si mesmas desse processo. Deve o termo "hibridização" ser descritivo ou explanatório? As novas formas surgem por si mesmas no decorrer de um encontro cultural ou são obra de indivíduos criativos? (BURKE, 2006, p. 265).

Acreditamos que as novas formas culturais surgem, sim, por meio de encontros e negociações. Talvez se não fosse pela história de vida de Mestre Irineu, atrelada aos vários encontros que tivera com a cultura indígena, seringueira, vegetalista e cristã, a doutrina não tivesse emergido.

Acerca das terminologias utilizadas por diversas correntes teóricas, para designar processos oriundos das relações entre culturas, Burke (2006, p. 263) afirma que

[...] emprega-se uma grande variedade de termos em diferentes lugares e diferentes disciplinas para descrever os processos culturais de empréstimo, apropriação, troca, recepção, transferência, transposição, resistência, sincretismo, aculturação, enculturação, inculturação, interculturação, transculturação, hibridização (*mestizaje*), creolização e interação e interpenetração de culturas [...].

Toda essa multiplicidade de termos revela problemas de ordem conceitual e empírico. A variedade destes termos “presta eloquente testemunho à fragmentação do mundo acadêmico atual” (BURKE, 2006, p. 263).

Retomando a discussão no âmbito da cultura, Hall (2003) argumenta que esta é uma produção. Surge a partir daquilo que fazemos com a tradição, e não o contrário, e que os sujeitos estão sempre em formação cultural.

Burke (2006) registra que a tradição se faz presente em todo em qualquer processo histórico e cultural. Explica ainda que à tradição foi associado o conceito de ‘reprodução’, e que este teria um ponto, digamos, positivo, pois denota que as tradições não são inertes, já que seria necessário certo empenho para que elas fossem transmitidas de geração a geração. No entanto, “a desvantagem do termo é que a ideia de “reprodução” sugere uma cópia exata ou mesmo mecânica [...] A ideia de reprodução, como a ideia de tradição, necessita de um contrapeso, como a ideia de recepção” (BURKE, 2006, p. 248).

Isso remete à questão da unidade e variedade, que, de acordo com o autor, não é um problema somente da história cultural, mas também da própria cultura. Assim, seria necessário evitar dois reducionismos opostos: “a visão de cultura homogênea, cega às diferenças e conflitos, e a visão de cultura essencialmente fragmentada, o que deixa de levar em conta os meios pelos quais todos criamos nossas misturas, sincretismos e sínteses individuais ou de grupo [...]” (BURKE, 2006, p. 267).

Aqui é pertinente considerar a ideia constante de movimentos que perpassam entre a tradição e tradução, unidade e variedade, recepção e resistência, adaptação e resignificação, sem extremismo, mas uma circulação desses elementos sob o ponto de vista das culturas envolvidas.

Embora utilizem terminologias diferenciadas, pôde-se perceber a similaridade de certas concepções entre os autores Bhabha, Hall, e Burke no que tange à concepção de cultura, ou melhor, de culturas. Algo que, embora não se tenha uma definição concreta, nem saberia se seria viável tal definição, mas que é permeada pela variedade, encontros, interações, fronteiras, tradições, traduções e recepções. Que não se preza a homogeneidade, embora se tenha relações de poder, mas que se concebe pelas diferenciações

e pluralismo, enfim, encontros de diferentes culturas, em que cada uma se define a partir da outra, em contraste com a outra, pela diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propositura do artigo teve como objetivo central trazer uma discussão em torno do Santo Daime, correlacionando-o ao processo de hibridismo cultural, embasado nos postulados teóricos de Stuart Hall e Homi Bhabha e Peter Burke.

Percebemos que a doutrina daimista, ao longo de sua formação histórica, agregou elementos simbólicos de outras culturas e tradições religiosas/ espiritualistas. No entanto, não é somente a junção desses elementos que dá o caráter híbrido a essa religião.

Observamos a existência de um contexto socioeconômico e histórico que reforça essa tese. No período entre o fim do século XIX e início do XX, o país viveu um processo de migração de nordestinos para seringais na Amazônia, seguido – com o declínio da borracha -, da urbanização no entorno desta região e a conseqüente marginalização dos ex-seringueiros e caboclos. É nesse ‘entre-lugar’, no ‘estar nas fronteiras’ que a figura do Mestre Irineu se posiciona e funda o Santo Daime – Alto Santo.

O movimento entre tradição e tradução foi percebido ao longo de todo o processo de construção desta prática religiosa, desde Mestre Irineu, com suas raízes históricas, sua trajetória de migrante nordestino, mas que constantemente tivera que se traduzir; até Padrinho Sebastião, o qual proporcionou a expansão e os deslocamentos da linha Cefluris, abrindo o Santo Daime para o global, gerando novas identidades daimistas.

Diante dessas conjecturas, enfatiza-se que a história do Santo Daime, desde Mestre Irineu a Padrinho Sebastião, foi marcada por encontros entre culturas. A visão que se tem da doutrina não é estática ou unitária, mas abrangente, marcada pela variedade e ‘impureza’.

Dessa forma, nota-se uma prática religiosa eminentemente traduzida e híbrida. Uma cultura que não é pura, porque se constitui pela diferença, pelo contato e negociação com outras culturas, num determinado tempo histórico.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BURKE, P. **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CEMIN, A. B. Os rituais do Santo Daime: “sistemas de montagens simbólicas”. In: LABATE, B. C.; ARAÚJO, W. S. (Org.). **O uso ritual da ayahuasca**. 2ª ed. (1ª reimpressão) São Paulo: Mercado de Letras, 2002, p. 347-382.
- COUTO, F. La R. Santo Daime: Rito da ordem. In: LABATE, Beatriz C.; ARAÚJO, W. S. (Org.). **O uso ritual da ayahuasca**. 2ª ed. (1ª reimpressão) São Paulo: Mercado de Letras, 2002, p. 385-412.
- ENGLER, S. **A Umbanda e a Globalização**. Porto Alegre: UFRGS - Debates do NER, 2011, ano 12, n. 20, jul/dez, p. 11-44. ISSN 1982-8136.
- GOULART, S. L. Estigmas de grupos ayahuasqueiros. In: LABATE, B. C. [et al], (orgs.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: Edufba, 2008, p. 251-287.
- _____. O contexto de surgimento do culto do Santo Daime: formação da comunidade e do calendário ritual. In: LABATE, Beatriz C.; ARAÚJO, W. S. (Org.). **O uso ritual da ayahuasca**. 2ª ed. (1ª reimpressão) São Paulo: Mercado de Letras, 2002, p. 277-301.
- GROISMAN, A. **“Eu venho da Floresta”**: Ecletismo e práxis xamânica daimista no “Céu do Mapiá”. 282 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75791>>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- KEIFENHEIM, B. Nixi pae como participação sensível no princípio de transformação da criação primordial entre os índios Kaxinawá no leste do Peru. In: LABATE, B. C.; ARAÚJO, W. S. (Org.). **O uso ritual da ayahuasca**. 2ª ed. (1ª reimpressão) São Paulo: Mercado de Letras, 2002, p. 97-128.
- LABATE, B. C. **A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos**. 375 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: < www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em janeiro de 2016.
- _____. A literatura brasileira sobre as religiões ayahuasqueiras. In: LABATE,

B. C.; ARAÚJO, W. S. (Org.). **O uso ritual da ayahuasca**. 2ª ed. (1ª reimpressão) São Paulo: Mercado de Letras, 2002, p. 231-273.

LABATE, B. C.; PACHECO, G. Matrizes maranhenses do Santo Daime. In: LABATE, B. C.; ARAÚJO, W. S. (Org.). **O uso ritual da ayahuasca**. 2ª ed. (1ª reimpressão) São Paulo: Mercado de Letras, 2002, p. 303-344.

MACRAE, E. **Guiado pela Lua**: xamanismo e uso ritual da ayahuasca no culto do Santo Daime. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **El Santo Daime y la espiritualidad brasileña**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

MACRAE, E.; MOREIRA, P. **Eu venho de longe**: Mestre Irineu e seus companheiros. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, C. M. **O palácio de Juramidam – Santo Daime**: um ritual de transcendência e despoluição. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

VILA CÉU DO MAPIÁ. Disponível em: <www.santodaime.org/site/a-comunidade/a-vila-ceu-do-mapia/a-vila>. Acesso em dezembro de 2015.

MOBILIDADE NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Mariane da Silva Reis²⁰

Aires José Pereira²¹

João Manoel de Vasconcelos Filho²²

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana é um assunto amplo, que trata de diversos tipos de acesso como também de diferentes formas de deficiências.

Trazendo essa temática para mais próximo de nosso cotidiano trataremos da mobilidade na cidade de Araguaína-TO, mas precisamente nas principais vias da cidade onde estão localizados estabelecimentos comerciais, que têm utilizados os espaços públicos, a exemplos das calçadas de maneira irregular, impedindo a livre circulação de pessoas que necessitam de um espaço maior ou adaptado para se locomoverem. Tais estabelecimentos utilizam muito das calçadas fazendo extensões e conseqüentemente bloqueando a passagem das pessoas.

Para alguns esse tema pode não ter muita importância, pois discutir esse problema em uma cidade que foi criada sem planejamento, que cresce cada dia de forma desordenada seria praticamente em vão. Mas é aí que reside o problema. A cidade precisa se reestruturar visando melhorias e conseqüentemente trazendo uma maior qualidade de vida para seus moradores de maneira geral. Observando ainda que se faça necessário uma maior atenção aos portadores de deficiência. Se eles necessitam de acessos especiais, a cidade tem que se adaptar a isso.

²⁰ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins.

²¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins.

²² Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, o estudo em tela traz em sua essência esta preocupação que não está exclusivamente se preocupando com as pessoas que precisam de cuidados especiais, mas esta abordagem coloca em discussão a necessidade de uma reconfiguração urbana que tenha esse perfil de pensar o espaço para as pessoas, para seus moradores, notadamente, aqueles que estão em uma situação de limitação diante das demais.

A MOBILIDADE URBANA BRASILEIRA: OS DIREITOS E AS NECESSIDADES DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

O programa brasileiro de acessibilidade urbana foi criado no dia 02 de junho de 2004 e tem por objetivo garantir meios acessíveis a toda a população portadora de deficiência. Tirar o direito de ir e vir do cidadão ou impedir que o mesmo transite de forma segura e a vontade pela cidade é uma forma de está excluindo o indivíduo do meio social e, conseqüentemente poderá acarretar outros problemas para a vida da pessoa.

Segundo o PlanMob (2007), as deficiências podem ser divididas em cinco grupos que são o da deficiência física, mental, sensorial, múltipla e orgânica. A deficiência física é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano e que acarreta o comprometimento da função física e é apresentado de diversas maneiras dependendo do tipo de lesão, por exemplo. A deficiência mental classifica-se como um conjunto de problemas que afeta o intelecto de um indivíduo e é caracterizado pelo déficit de inteligência, ou seja, quando o quociente de inteligência é inferior a 70. Do ponto de vista científico a deficiência sensorial é caracterizada pelo não funcionamento de alguns dos sentidos, ou seja, não é o indivíduo que não possui determinado sentido, mas que não o tenha desenvolvido. Já a deficiência múltipla é quando o indivíduo possui duas ou mais deficiências simultaneamente, que podem ser deficiências intelectuais, físicas ou ambas combinadas. E no caso da deficiência orgânica são todas aquelas que atingem um órgão ou função de um órgão, é a categoria mais difícil de definir e classificar por ser a menos assumida e a mais esquecida.

De acordo com o último censo do IBGE 14,5% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, número bastante considerável se fomos levar

em consideração as condições de vida que essas pessoas levam, sem as mínimas condições de uma vida confortável, quanto mais em se pensar em uma vida onde ela possa se sentir normal, com as devidas adaptações que elas necessitam. Pessoas que possuem restrições de locomoção, por exemplo, muitas vezes se sentem incapacitadas de realizarem determinadas tarefas, mas às vezes esse sentimento de incapacidade é gerado pela falta de acesso que é negado a ela.

Mas isso começou a mudar com a evolução do atendimento às pessoas com deficiência. De acordo com que o PlanMob diz houve três períodos importantes dessa evolução. O primeiro foi o da segregação social em que as pessoas eram isoladas em abrigos de instituições filantrópicas e era afastada da sociedade para receber cuidados médicos e alimentação. O segundo período foi o da reabilitação e integração social onde a pessoa com deficiência ainda era atendida em centros de atendimentos, só que ela deveria ajustar-se a padrões que eram impostos por essas instituições, ou seja, dessa forma acreditava-se que estavam inserindo a pessoa na sociedade. Só que ainda nesse período as pessoas com deficiência foram tendo acesso à informação aos direitos que elas possuíam, foram criadas leis, elas foram formando organizações de pessoas portadoras de deficiência e dessa forma chegaram ao terceiro período que é o da inclusão social, onde a pessoa com deficiência já tem autonomia e vida independente, ela mesmo toma suas próprias decisões.

No ano 2000, de acordo com o PlanMob (2007) foram aprovadas as Leis Federais 10.048 e 10.098 que estabelecem que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência tenham atendimento prioritário. Com a regulamentação dessas leis em 2004 já houve certo avanço para essas pessoas, uma vez que elas não necessitam esperar para serem atendidas em espaços públicos, sistemas de transportes e sistemas de comunicação. Esse foi o primeiro passo conquistado pela classe que tanto necessita de atenção para poder usufruir de uma vida “normal”.

Mas o fato de ter sido criado uma lei específica que garanta direitos diferenciados a pessoas com deficiência não quer dizer que essas pessoas devam ser tratadas como “coitadinhas”, com indiferenças, pois o que muitas vezes ocorre é que por falta de informação muitas pessoas acabam agindo de

forma errônea ao se depararem com uma pessoa portadora de algum tipo de deficiência, por não saberem como devem agir e isso muitas vezes acaba sendo um constrangimento para ambas as partes.

Muitas pessoas que são portadoras de deficiências desenvolvem habilidades próprias para lidarem com as situações do dia a dia, o que significa que não é porque elas têm uma deficiência que elas precisem de ajuda sempre, atitudes como essas podem gerar constrangimentos e o sentimento de inferioridade e incapacidade. Portanto, deve-se sempre perguntar se a pessoa precisa de ajuda e como que essa ajuda deve ser feita.

O atual modelo de mobilidade urbana que é adotado no Brasil tem seus efeitos negativos, por exemplo, poluição sonora, acidentes dentre outros. E o que deve ser feito é reverter esse modelo para que sejam usados os princípios da sustentabilidade ambiental e que seja voltado principalmente para a inclusão social. Esse novo conceito de mobilidade vai tratar de forma isoladamente de cada item, ou seja, do trânsito, da logística, da regulamentação do transporte coletivo, da construção de infraestrutura e outros, cada um com suas características e especificidades, garantindo dessa forma a melhoria dos serviços.

Falar de mobilidade engloba a interação entre as pessoas e bens com a cidade, ou seja, é a facilidade ou dificuldade que a pessoa vai ter para transitar pela cidade, sejam a pé, de ônibus, carros, bicicletas e as condições que irão está disponíveis a ela para que seja realizado o percurso desejado. Já a acessibilidade segundo o autor é:

A acessibilidade é mais que apenas construir rampas, embora seja um passo fundamental para sua efetivação. A acessibilidade é uma visão ampla da liberdade humana em sua essência diz respeito: à educação, ao lazer, ao esporte, ao trabalho, à cultura; à informações, englobando o ser humano como um todo dentro do espaço urbano, dando possibilidade de qualquer indivíduo sentir-se satisfeito ao está inserido na sociedade (OLIVEIRA, PEREIRA, 2011, p. 182).

Ou seja, é a possibilidade de acesso dentro de sua capacidade individual, de aproximação, no Brasil usa-se acessibilidade para dirigir-se a pessoas portadoras de deficiência. Portanto, são duas coisas que estão praticamente interligadas, mas com definições um pouco diferente.

A RELAÇÃO DA URBANIZAÇÃO COM A MOBILIDADE URBANA

Até certo tempo atrás parte da população brasileira vivia na zona rural, onde tinham maiores oportunidades de conseguirem sustento tanto para manter a família como para conseguirem dinheiro, pois através de plantações conseguiam cultivar diversos alimentos e posteriormente, vendê-los.

Mas com o passar dos anos esses dados foram mudando. Muitas pessoas começaram migrar do campo para a cidade por diversos motivos, um deles está explicado nesse trecho a seguir. CORRÊA diz que:

A migração campo-cidade realiza-se na direção daqueles centros urbanos onde a criação de atividades e empregos é mais dinâmica. São, via de regra, as grandes cidades. Esta migração pode fazer-se por etapas, mais ou menos de acordo com a hierarquia urbana: em um primeiro passo trata-se de uma migração do campo para a pequena cidade; um segundo passo, que no âmbito de uma mesma família camponesa pode se dar na geração seguinte, caracteriza-se por ser da pequena para a grande cidade (CORRÊA, 1989, p.57).

Como o autor descreve é via de regra os camponeses migrarem para grandes cidades onde a oferta de trabalho é maior, mas em outros casos a migração também acontece para pequenas cidades, e tanto na pequena como na grande cidade como o fluxo de pessoas foi crescendo muito rapidamente não houve um preparo para receber essas pessoas e com isso os problemas da cidade foram surgindo, e algumas vezes ocasionando uma superlotação.

A partir daí o que aconteceu foi o crescimento desordenado da cidade, o surgimento de cortiços, apropriação de áreas impróprias para construções e outros diversos problemas que surgiram por esse crescimento forçado.

Esse é um apanhado geral de como a maioria das cidades surgiram, mas há cidades com características específicas onde devem ser analisadas essas características para que possa ser criadas regras da mobilidade específicas a elas. De acordo com o PlanMob (2007), as cidades indústrias é um tipo de cidade com essas características, ou seja, o que é adotado em uma cidade comum não é o mesmo que vai ser aplicado em uma cidade industrial, pois o funcionamento em ambas é diferente, devido ela possuir características específicas. As cidades industriais como geram tráfego pesado, rodoviário ou

ferroviário o que deve ser feito é organizar estes fluxos por meio de infraestrutura adequada e regulamentação da circulação. O PlanMob diz que:

Restrições de vias ou de horários para a circulação de veículos pesados, regulamentação da circulação de produtos perigosos, adequação da legislação de zoneamento e de uso do solo, são algumas medidas que podem contribuir para minimizar os impactos indesejados desta condição (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007, p. 61).

Dessa forma, essas são algumas medidas apresentadas pelo PlanMob para tratar da mobilidade nas cidades industriais, pois o planejamento municipal sofre de algumas limitações de recursos humanos e financeiros e tem que envolver outras esferas do governo, algumas vezes. As cidades dormitórios são outro tipo de cidade que deve ser tratado à parte, devido as suas características, só que nesse caso como foge um pouco da administração do município por razão de que as pessoas se deslocam para irem trabalhar, por exemplo em outra cidade que ofereça melhores condições de emprego, o que deve ser feito é a Prefeitura procurar uma forma de atrair os empreendimentos e melhores condições de serviços para tal cidade, para que dessa forma as pessoas não precisem se deslocar tanto, para outros municípios buscando coisas que eles irão encontrar na própria cidade.

Existem outros tipos de cidades com características específicas onde devem ser elaboradas políticas de mobilidade para cada uma delas, esses dois tipos apresentados foram apenas para exemplificar como funciona cada cidade com sua especificidade.

A autora Raquel Rolnik destaca que “mesmo numa cidade perdida nos confins da história ou da geografia há pelo menos uma calçada ou uma praça que é de todos e não é de ninguém [...]” (ROLNIK, 1987, p.20), ou seja, não importa onde está localizada ou quanto tempo tenha uma cidade, seus instrumentos públicos são responsabilidades de todos, que por sua vez, devem cobrar melhorias e melhores condições, principalmente de acesso e locomoção.

Por isso, é tão importante a criação do plano da mobilidade para padronizar e criar regras específicas que garantam o direito de ir e vir de todos sem nenhum impedimento e sem nenhuma restrição.

A REALIDADE DA MOBILIDADE NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO: UMA QUESTÃO A SER ESTUDADA

Como já mencionado, antigamente a população do país vivia quase totalmente na zona rural, mas hoje essa situação está completamente diferente, pois 80% da população brasileira vive nas cidades e como a migração dessas pessoas foi de forma inesperada a cidade não comportou todo esse fluxo de gente, o que acabou acarretando loteamentos clandestinos, favelas e o crescimento desordenado da cidade, sem nenhuma preocupação com o bem-estar das pessoas.

Algumas cidades também foram surgindo de pequenos municípios que foram agregando pessoas e aumentando a população dos mesmos. Conforme os autores:

Mesmo as cidades que foram planejadas, como Palmas, a capital do estado do Tocantins, possuem áreas que pertencem à cidade ilegal, que são fruto de ocupações ilegais de lotes públicos ou privados, o que demonstra que não é a falta de planejamento urbano, a responsável pelo surgimento dessas áreas, e sim o grande abismo existente entre uma minoria da população com razoável poder aquisitivo e uma maioria que não possui renda suficiente para aquisição de moradias (PALMEIRA, PEREIRA, 2011, p.142).

Ou seja, a maior parte da população que não tem condições financeiras de comprar um terreno para fazer dele sua moradia acaba se apropriando de forma ilegal de áreas que não estão ocupadas, e nessa “expansão urbana” não planejada não foi levado em consideração saneamento básico, infraestrutura e muito menos a diversidade humana, as características específicas de uma pessoa que necessita de acesso diferenciado, o que acarreta a incapacidade de locomoção das pessoas, tirando o direito de ir e vir e excluindo a pessoa da sociedade.

O PlanMob diz que o Plano Diretor é obrigatório para cidades com 500 mil habitantes ou mais. Trazendo isso para Araguaína podemos verificar que a aplicação do mesmo não é obrigatória, mas é de suma importância que seja elaborado um plano para a cidade por diversos motivos, um deles é por a cidade possuir diversas deficiências de acesso, para a população em geral, e

principalmente para a população que, por possuir alguma restrição de locomoção, seja ela permanente ou temporária, necessita de um acesso diferenciado. Segundo o entendimento do PlanMob:

Deficiência é a redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. Todavia, os dados abordados no decorrer do trabalho são voltados para pessoas que se enquadram nessas características, que necessitam da acessibilidade na cidade, que precisam ser inseridas na mesma (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007, p.18).

Segundo o PlanMob (2007) todos são pedestres, mesmo que seja para pequenas distâncias. Só que o espaço para pedestres está cada vez menor, devido ao crescimento do trânsito de veículos que exige um espaço cada vez maior e também o abandono dos investimentos públicos nos espaços destinados à circulação a pé. A calçada era para ser um lugar seguro, onde todos pudessem transitar de forma livre e confortável, era para ser um lugar de passeio dentro da cidade.

Entretanto, o que ocorreu foi justamente o contrário, como a cidade a cada dia vem crescendo, o que ocorreu foi a redução do espaço dessas calçadas, tornando dessa forma a locomoção das pessoas muito difícil. Abordando um pouco mais sobre as calçadas onde podemos dizer que é a “rua do pedestre”, está cada dia com menos espaço e vários são os fatores que acarretaram para chegar a essa situação. O aumento de veículos automotores fez com que as calçadas fossem “espremidas”, dando lugar a ruas mais largas para suportar o fluxo dos mesmos e isso levou também ao abandono de investimentos públicos nos espaços onde estão destinados para a circulação a pé.

O fato das calçadas terem perdido espaço não prejudica somente uma pessoa que necessita de acesso diferenciado, mas toda a população que realiza seu percurso diário a pé, sendo que dessa forma ela vai ter que disputar espaço com os carros nas ruas e isso acaba gerando outro problema, que é o de ocorrerem acidentes. De acordo com a Prefeitura de Araguaína em seu código de edificações descreve que “uma calçada ideal e segura é aquela que

garante boa circulação, sem obstáculos; além de piso regular, deve estar livre de entulhos, mercadorias, contêineres e materiais de obras, entre outros”. Isso é o que está previsto para que haja uma boa circulação de toda a população que em algum momento faz uso das calçadas, mas não é o que se vê nas ruas da cidade. No código de edificações do município tem todos os modelos de como se construir uma calçada segura, adequada e que, principalmente, uma pessoa que possui alguma restrição possa se locomover com segurança; mas, então, por que a realidade da cidade é totalmente diferente? Será que não há fiscalização? Será que não é de conhecimento da população?

Segundo a Superintendente de Infraestrutura e Mobilidade de Araguaína não existe na cidade nenhum projeto de mobilidade urbana e que o atual prefeito, Ronaldo Dimas, está buscando recursos para que seja construído o Centro de Reabilitação e Readaptação – CRER, que é um hospital que oferece atendimento humanizado e especializado em reabilitação às pessoas com deficiência física, auditiva, visual e intelectual. O CRER existe em Goiânia desde 2002 e atende exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e conta com uma equipe médica bem ampla e diversificada para atender os pacientes no processo de reabilitação. Se forem conseguidas verbas para a instalação do CRER em Araguaína o município terá que disponibilizar de uma área de, no mínimo, 80.000 m² para a construção e implantação de toda a estrutura física necessária para o funcionamento do CRER.

Se o CRER for construído na cidade será uma grande conquista para as pessoas que realmente necessitam desse tipo de serviço, pois a cidade tem uma deficiência significativa em relação a isso. A APAE realiza procedimentos de fisioterapia a pacientes com deficiência física, porém esses atendimentos só são prestados a pessoas que também tem alguma deficiência intelectual, seja de nascimento ou que foi adquirida no decorrer do tempo, por exemplo, uma pessoa que tenha sofrido AVC.

Para melhor entendermos a dura realidade das pessoas que enfrentam obstáculos todo dia, seja devido à falta de infraestrutura ou mesmo pelo preconceito que a sociedade em geral tem, é de suma importância saber o que elas pensam e também o que seria de mais útil na infraestrutura da cidade para que suas vidas se tornem mais fáceis, ou seja, para que haja menos impedimentos.

Segundo os entrevistados, o que mais dificulta a locomoção é a falta de calçadas adequadas, transporte público que não é adaptado e também o preconceito que é gerado pelos próprios motoristas, ou seja, além dos ônibus não estarem de acordo com as necessidades dos deficientes os motoristas não são instruídos para atenderem os mesmos, o que acaba criando situações constrangedoras e que poderiam ser evitadas. Cerignoni e Rodrigues dizem que:

Reconhecer e respeitar os direitos da pessoa com deficiência é, em última análise, respeito ao próprio direito a ser tal como se é, sem necessidade de preencher todos os requisitos de *normalidade* impostos pela cultura dominante. Significa reconhecer o valor da diversidade, que nos diferencia uns dos outros, e da singularidade, que nos faz sermos todos e cada um de nós insubstituíveis (CERIGNONI, RODRIGUES, 2005, p.09).

Ou seja, respeito aos direitos do outro é estar respeitando o direito da pessoa ser como tal, que não é porque ela possui uma deficiência que não possua suas qualidades e que não se torne insubstituível como qualquer outra pessoa, e que mesmo existindo “padrões” a serem seguidos pelas pessoas impostos pela sociedade não quer dizer que quem não os siga seja menos pessoas do que os seguidores dos mesmos.

Para melhor entendermos essa questão de padrões, podemos observar o que diz o autor:

Assim, para podermos entender por que o outro é considerado diferente, estranho, é preciso que se compreenda que existem parâmetros socialmente aceitos que definem o que é, de certa forma, igual, ou, dizendo melhor, o que está dentro dos limites “aceitáveis” de diferença (BERTALOTTI, 2006, p.26).

Segundo a autora a sociedade impõem padrões que devem ser aceitos pelas pessoas e que as pessoas que não se encaixam nesses padrões são excluídas. De acordo com Bertalotti existem três critérios que distinguem as pessoas das que se encaixam e das que são excluídas. O primeiro é o critério estatístico que seria uma característica da maioria das pessoas sendo que a pessoa que possui deficiência visual, por exemplo, é uma minoria e esse fato o torna diferente da maioria. O segundo critério seria a determinação da

diferença significativa, ou seja, são diferenças que podem ocorrer no desenvolvimento da pessoa, na sua estrutura física ou mental o que caracteriza essa diferença significativa.

Já o terceiro critério impregnado de crenças, valores, ideologias que seria a comparação de uma pessoa com outras de grupos dominantes. Um exemplo é o padrão de beleza que a mídia destaca, tendo como modelo mulheres magérrimas e que é quase impossível de ser seguido. E um fato interessante é que se essas mulheres magérrimas são uma minoria, por que então elas não são excluídas como uma minoria que possui deficiência física, por exemplo? São questões que merecem atenção, pois na realidade quem sofre diariamente são as pessoas que mais merecem ser incluídas, já que o estado de deficiência não é escolha de quem a possui e todos são seres humanos que deveriam ser amparados com os mesmos direitos.

Portanto, a cidade de Araguaína como muitas outras cidades tem muito que ser mudada ainda, ela não é exemplo de cidade acessível e os deficientes ainda têm bastante o que reivindicar para terem as mínimas condições de circulação e acesso a todos os pontos. Não é uma luta fácil, mas é necessária para que todos possam viver de forma igualitária, para que todos possam desfrutar dos mesmos direitos e poderem viver uma vida digna sem demais impedimentos.

O QUE ARAGUAÍNA DEVE MUDAR E O EXEMPLO A SER SEGUIDO

A existência de barreiras nas cidades atinge a população mais carente e mais excluída da sociedade. Com isso, a política nacional de mobilidade urbana tem papel importantíssimo na construção e reformas em espaços públicos.

Segundo o PlanMob várias ações foram criadas em algumas cidades após a regulamentação de leis e decretos que asseguram acessibilidade a todos os cidadãos brasileiros. Ainda de acordo com o mesmo, muitos municípios ao criarem seus planos de acessibilidade ficam em dúvida por onde começar, e isso só mostra o quanto os municípios são pobres de acesso e o quanto é difícil mudar para que todos tenham seus direitos assegurados.

Porém, de acordo com o PlanMob, 21 municípios já começaram a mudar para se adequarem as leis que garantem acesso livre a todas as pessoas portadoras de deficiências, e esses municípios foram divididos em quatro categorias, de acordo com as práticas que cada um desenvolveu. As categorias são infraestrutura, legislação e programas municipais, transporte acessível e inovação tecnológica. Os municípios são os seguintes: Aracaju – SE, Barra Mansa – RJ, Belo Horizonte – MG, Blumenau – SC, Brasília – DF, Campinas – SP, Florianópolis – SC, Foz do Iguaçu – PR, Guarulhos – SP, Joinville – SC, Jundiaí – SP, Londrina – PR, Recife – PE, Ribeirão Pires – SP, Rio de Janeiro – RJ, São Bernardo do Campo – SP, São Paulo – SP, Suzano – SP, Uberlândia – MG, Vitória – ES e Votorantim - SP.

Cada um desses municípios desenvolveu ações que estão dentro das categorias citadas acima e um fato interessante é que nenhum município da região norte aparece na lista, os que desenvolveram alguma coisa estão concentrados na região sudeste. Será que são os governantes dos municípios dessas regiões que não estão fazendo valor ao direito do cidadão?

Fazendo uma comparação de um município da lista com o município de Araguaína dentro de cada uma das quatro categorias podemos perceber que a cidade tem que começar do zero, que não há nada feito para que os portadores de deficiência circulem livremente.

Na categoria de transporte público podemos citar o município de Aracaju – SE que desenvolveu a integração de duas zonas da cidade, criando os terminais com pisos adaptados à pessoa com deficiência física, foram adaptados também equipamentos públicos e adotaram também informações em braile. Fazendo uma comparação com Araguaína podemos verificar que o mínimo que poderia está sendo feito é adaptar os ônibus, mas segundo um dos entrevistados que utiliza esse tipo de transporte, de toda a frota de ônibus disponível na cidade apenas um é adaptado à pessoa portadora de deficiência física, problema que ele enfrenta todos os dias por ser um cadeirante.

Em Guarulhos – SP foram criadas iniciativas para adequar o centro da cidade fazendo com que o mesmo atenda toda a população, como por exemplo, calçadas para acessibilidade de pessoas com deficiência física. Novamente trazendo o assunto para Araguaína pode-se verificar que há bem poucas calçadas que possuem rampas e quando há, é no centro da cidade, na

maioria das vezes o piso é irregular e também tem a falta de bom senso da população que estaciona em frente às rampas, bloqueando assim a passagem de quem precisa delas.

Outro detalhe importante que causa transtornos principalmente às pessoas que usam cadeira de rodas são as grelhas de água pluvial, pois o espaçamento entre elas deixa as rodas das cadeiras presas. O PlanMob indica que o espaçamento entre as grelhas deve ter, no máximo, 15 mm de distância, mas não é o que está sendo cumprido em Araguaína, impedindo assim a locomoção com segurança das pessoas.

A foto 01 mostra uma grelha em péssimo estado na Av. Getúlio Vargas em Araguaína. E se uma pessoa de cadeira de rodas passar por ela vai ficar presa e ainda corre o risco de se machucar, pois o espaço entre as grelhas está muito grande. Uma grelha nesse estado não prejudica somente a pessoa com deficiência, mas qualquer outra pessoa que passe a pé por ela ou que esteja desatenta.

Outro problema que dificulta a circulação das pessoas e que já foi mencionado anteriormente são as calçadas. Na maioria das vezes a responsabilidade de construção das calçadas é transferida para os proprietários de lotes ou casa, cabendo à prefeitura somente fiscalizar essas construções o que raramente é feito, o que suscita construções irregulares, sem nenhuma padronização ou que garanta acesso a todos.

Foto 01 – Grelha de água pluvial.



Fonte: REIS, M. S. Pesquisa realizada em 20 de maio de 2014.

Outro fato que ocorre é que às vezes essas pessoas que constroem essas calçadas se acham proprietárias delas, podendo assim usá-las como extensão de suas casas.

Foto 02 – Calçada irregular I.



Fonte: REIS, M. S. Pesquisa realizada em 20 de maio de 2014.

Em Araguaína esse é um fato muito comum. Nas três principais avenidas onde fica concentrado o comércio araguainense é hábito os proprietários de lojas usarem as calçadas como continuidade de suas lojas, colocando nas mesmas bancas, os próprios funcionários às vezes ficam também de fora das lojas para chamarem os clientes. Já em outras as calçadas são muito irregulares que às vezes até uma pessoa de porte físico normal tem dificuldade de locomoção.

Fato importante que deve ter atenção também é a construção de fossas nas calçadas, hábito muito comum em Araguaína, e isso é um grande risco que a população corre por estarem localizadas em locais de constantes movimentos. Essas fossas na maioria das vezes são construídas de forma irregular ou não são feitas manutenção, e devido a isso acabam se desgastando com o tempo, aumentando ainda mais as chances de ocorrerem acidentes devido ao mau uso e a falta de zelo com as mesmas.

Foto 03 – Calçada irregular II.



Fonte: REIS, M. S. Pesquisa realizada em 07 de setembro de 2014.

Na foto 02 o poste de iluminação na Rua Sadoc Correia é o causador do impedimento da livre circulação e a calçada também está inclinada um pouco para esquerda e mais a frente já há a irregularidade de nível, sendo que a continuação desta calçada está mais baixa.

Na foto 03 podemos observar mais um caso de irregularidade em mais uma das principais avenidas da cidade. Localizada na Avenida 13 de Maio esta calçada possui rampa de acesso para cadeirantes, porém o poste de iluminação pública mais a frente não deixa espaço que caiba uma cadeira de rodas, ele está instalado bem no meio da calçada não deixando espaço nem de um lado nem de outro. É muito comum encontrarmos postes instalados nas calçadas não deixando espaço para a circulação dos pedestres.

Foto 04 – Calçada como estacionamento.



Fonte: REIS, M. S. Pesquisa realizada em 07 de setembro de 2014.

Na foto 04 o que acontece é mais um fato típico que ocorre na cidade. Constatamos uma motocicleta estacionada em cima da calçada na Avenida Cônego João Lima; talvez pelo fato de ser domingo e não haver muito movimento na rua isso possa ter acontecido, mas não quer dizer que não vá atrapalhar ninguém, pois as pessoas com deficiência vivem normalmente e também saem aos domingos.

Além do fato da cidade ser mal estruturada, falta educação e respeito por parte da população. As pessoas só pensam muito em si próprias e esquecem que a qualquer momento elas podem está em situações complicadas que uma simples atitude, como estacionar um veículo, pode fazer toda a diferença.

Na foto 05, tirada na Rua 02 no bairro São João, o fato se repete. Não é uma das principais ruas, mas é bem movimentada. Aqui tem dois fatores de complicação, a calçada que é toda de altos e baixos e, agregado a isso ainda foi constatado um veículo estacionado que ocupa toda a calçada, fazendo com que o pedestre que transite por esse percurso tenha que circular no meio da rua, juntamente com os outros veículos.

Foto 05 – Estacionamento irregular na calçada.



Fonte: REIS, M. S. Pesquisa realizada em 07 de setembro de 2014.

Portanto, o que se pode verificar são vários e vários impedimentos de circulação para as pessoas deficientes, mas que toda a população sofre também com essas irregularidades, pois o que foi apresentado causa

dificuldades à todos, sem exceção. Cabe às pessoas cobrarem, terem bom senso para, onde houver um lugar que facilite o acesso de pessoas com deficiência respeitá-lo e, aos responsáveis para que façam a mudança onde necessita.

A RELAÇÃO DE EMPREGO COM A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Quando se fala em emprego para uma pessoa com deficiência podemos encontrar tantas barreiras quanto as que existem na estrutura física de uma cidade, por exemplo. Incluir no mercado de trabalho uma pessoa que possua qualquer tipo de deficiência é fazer valer os direitos do cidadão e dar oportunidade dessas pessoas se desenvolverem e mostrar que não são inferiores a ninguém. Goldfarb destaca que:

A empresa, ainda que proceda à contratação de pessoas portadoras de deficiência apenas em face da imposição legal e/ou da assinatura de um termo de ajuste de conduta, tem, além da obrigação de contratar, a obrigação de dar trabalho (GOLDFARB, 2009, p.156).

Ou seja, as empresas têm a obrigação de contratar pessoas com deficiência, e que não deve haver de forma alguma qualquer tipo de discriminação. Muitas empresas só contratam pessoas com deficiência porque se sentem obrigadas a contratar, mas isso acaba gerando discriminação e fazendo com que o deficiente se sinta inferior às demais.

Goldfarb diz que:

A empresa deve contratar a pessoa portadora de deficiência apta para o desenvolvimento das atividades relacionadas à função que ocupará e, além de permitir que as atividades sejam desenvolvidas, deve propiciar os meios necessários para tanto, incluindo, sem limitação, as ferramentas laborais e as adaptações necessárias no local de trabalho. (GOLDFARB, 2009, p.157).

Quer dizer que, mesmo a pessoa portando deficiência ou não, a empresa deve fazer as devidas adaptações de que ela precisa e o serviço encarregado à mesma deve está dentro de suas limitações, não deve ser nem superior nem inferior a sua capacidade de desenvolvimento. Portanto, a relação empregado/empregador deve ser respeitada, prevalecendo

principalmente o cumprimento dos direitos que a pessoa com deficiência possui. E ainda segundo Goldfarb:

Assim, devem ser afastados os estigmas e as falsas crenças de que as pessoas portadoras de deficiência são incapazes para o trabalho e ofertar-lhes reais oportunidades de emprego, bem como possibilitar-lhes a participação na vida socioeconômica e, com isso, a chance de prover sua subsistência e conquistar o mesmo espaço que as demais pessoas possuem ou, igualmente, buscam na sociedade contemporânea. (GOLDFARB, 2009, p.183).

Dessa forma, as pessoas portadoras de deficiência têm direito ao emprego como qualquer outra pessoa, e é daí que vem a capacidade dela de se auto sustentar e ter o mesmo direito que as demais de serem inseridas na sociedade.

O QUE A TEMÁTICA CONTRIBUI PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA?

O tema abordado é de extrema importância para a sociedade em geral. Nele é trabalhada a questão da dificuldade que as pessoas com algum tipo de deficiência sofrem, seja por meio da locomoção ou mesmo para se inserir no mercado de trabalho.

Além das dificuldades que essas pessoas encontram na cidade como locomoção, elas ainda sofrem com o preconceito que a própria sociedade cria, fazendo com que tudo se torne mais difícil. Esse preconceito muitas vezes é gerado pela falta de conhecimento que as pessoas têm em relação há uma pessoa com deficiência.

Dessa forma o ensino de Geografia pode ser usado para explicar aos alunos que essa parte da sociedade que possui deficiência é normal e que possui os mesmos direitos e deveres que o restante das pessoas. Muitas vezes essas crianças e adolescentes já vêm de casa com esse preconceito formado por terem adquirido dos próprios familiares e os professores explicando que não há razão para existir esse preconceito, mostrando como essas pessoas vivem pode tirar da cabeça deles esse conceito ignorante em relação às pessoas portadoras de deficiência e que o mais importante é criar medidas para ajudar essas pessoas.

Portanto, a Geografia pode ser usada para várias finalidades e uma delas é mostrar para os jovens que quando se trata de deficiência não há o que temer, o que existe muito ainda é a falta de informação e dessa forma acaba criando conceitos mal formados que acaba atingindo as pessoas com deficiência tornando assim a vida delas mais difícil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da mobilidade urbana é uma questão complexa, mas que precisa de bastante atenção, pois quem mais sofre com a falta de acessibilidade é a parte da sociedade mais excluída. Com base no que foi apresentado no decorrer do texto podemos dizer que o Brasil, e trazendo mais para perto de nós, em Araguaína precisa muito ser feito algo para mudar a triste batalha que os deficientes enfrentam todos os dias.

Mais recentemente o prefeito de Araguaína anunciou que irá iniciar o processo de adequação nas calçadas da cidade; porém, essas adequações serão iniciadas na Av. Cônego João Lima, totalizando aproximadamente 1,5 km de calçadas. Apesar de ser realizado esse procedimento apenas na principal avenida da cidade já é um pequeno passo de muitos que precisam acontecer, esse serviço não pode e nem deve ser concentrado apenas nessa avenida.

Como a cidade não foi planejada será aos poucos que essas mudanças devem acontecer, às vezes pode até parecer nada, mas para quem realmente precisa qualquer detalhe que seja mudado ou que seja criado já faz uma grande diferença. E para quem tem qualquer tipo de deficiência outra barreira que eles batem de frente e talvez a mais difícil de ser quebrada seja a do preconceito.

As pessoas portadoras de deficiência merecem e tem direito igual ao de qualquer pessoa, elas não são inferiores a ninguém e podem ter uma vida como qualquer outra, e o fato delas precisarem de adaptações em determinados lugares, precisarem de alguns cuidados diferenciados não as tornam incapazes, elas apenas têm limitações que devem ser respeitadas por todos.

Portanto, a questão da mobilidade ainda será muito discutida. Infelizmente as pessoas ainda irão sofrer por falta de acesso, mas cabe às

peças as mudanças no seu ponto de vista em relação ao deficiente, que ele não é um incapaz e, no que se refere às infraestruturas, deverão ser aos poucos construídos ou adaptados espaços que facilitem a locomoção de todas as pessoas, e com isso as pessoas com deficiência poderem ter um pouco de qualidade de vida, que é o mínimo que elas merecem, não por possuírem deficiência, mas por ser essencial à vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CALÇADAS**. Disponível em <araguaina.to.gov.br/portal/pdf/código-de-edificações-araguaina.pdf> Acessado em janeiro de 2014.

_____. **CRER**: Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo. Disponível em: www.crer.org.br Acessado em fevereiro de 2014.

_____. **MINISTÉRIO DAS CIDADES PLANMOB**: Construindo a cidade sustentável. Disponível em: www.cidades.gov.br/imagens/stories/arquivos. Acessado em julho de 2013.

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência**: utopia ou possibilidades? 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2006.

CERIGNONI, F. N.; RODRIGUES, M. P. **Deficiência**: uma questão política? 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2005.

CORREA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

GOLDFARB, C. L. **Pessoas portadoras de deficiência e relação de emprego**: o sistema de cotas no Brasil. Curitiba: Juruá, 2009.

OLIVEIRA, A. H.; PEREIRA, A. J. A Relevância da Acessibilidade Frente à Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais: uma reflexão sobre a urbanização em Araguaína – TO. In: MACHADO, C. A.; SIEBEN, A. (Org.): **Desenvolvimento regional e urbano**. Goiânia: Kelps, 2011.

PALMEIRA, M. S. A.; PEREIRA, A. J. O processo desordenado de urbanização da cidade de Araguaína – TO e seus impactos socioambientais. In: MACHADO, C. A.; SIEBEN, A. (Org.): **Desenvolvimento regional e urbano**. Goiânia: Kelps, 2011.

PEREIRA, A. J. **Leituras de paisagens urbanas**: Um estudo de Araguaína – TO. Uberlândia: UFU, 2013. (Tese de Doutorado).

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E AS NOVAS CENTRALIDADES URBANAS: UM ESTUDO DE ARAGUAÍNA-TO²³

Reges Sodré²⁴

INTRODUÇÃO

Araguaína, com população estimada em 170 mil para 2015 (IBGE, 2015), tem passado por um importante processo de crescimento econômico e melhoria das condições sociais desde 1990. O Produto Interno Bruto a preços correntes saiu de 350 mil em 1999 para atingir em 2012 a cifra de 2,2 milhões. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal passou de 0,451 em 1990 para 0,752 em 2010. O Índice de Gini era em 1991 de 0,62 enquanto em 2010 alcançou 0,56, traduzindo na redução dos pobres de 43,36% para 11,18% (BRASIL, 2013a). Essa realidade foi acompanhada pelo aumento do mercado de trabalho formal, que empregava em 1990 apenas 5.725 pessoas, atingindo 25.005 em 2010 e um pouco mais de 30 mil em 2014 (RAIS, 2015a). Isso não significa que as desigualdades foram extintas, pois 61,01% da população se apropria apenas de 25,00% da renda gerada (BRASIL, 2013).

Tais dinâmicas conduzem e alicerçam um processo de urbanização mais robusto (para o contexto do Tocantins), manifesto na crescente instalação de empresas nacionais e internacionais na cidade; no aumento dos serviços, sejam eles públicos ou privados; no crescimento e expansão de empresas locais, que passam a explorar o mercado regional; expansão do tecido urbano; ampliação dos papéis e funções urbanas; aprofundamento das interações e articulações espaciais e surgimento de novos produtos imobiliários, como condomínios fechados e prédios residenciais.

²³ Artigo publicado originalmente na Revista Cerrados. Pesquisa realizada com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

²⁴ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Grupo de Estudos Geográficos sobre Amazônia e Tocantins – GEGATO. Desenvolve pesquisa sobre as dinâmicas territoriais no Tocantins. E-mail: regessodre@gmail.com.

Com isso, diversas transformações e dinâmicas foram impostas ao centro da cidade e a centralidade tornou-se mais complexa. O centro fortaleceu seus papéis, na medida em que aí se instalou um conjunto de bens e serviços, mas paradoxalmente deixou de ser o local exclusivo de consumo e realização da vida econômica na cidade, em razão do surgimento de novos espaços de concentração de bens e serviços, que acompanham e fortalecem o processo de reestruturação da cidade, inclusive com a consolidação de um subcentro no Bairro Senador, junto a Avenida Prefeito João de Souza Lima. Assim, não somente a localização dos agentes comerciais e dos serviços foi redefinida, mas muitas novas práticas espaciais são colocadas em curso.

Diante desse contexto e visando contribuir com a discussão da temática em Araguaína, esse texto tem por objetivo identificar e analisar o centro dessa cidade a partir da dimensão econômica, tendo como variáveis o comércio e os serviços. Baseado nas metodologias de Ribeiro Filho (2002), Murphy e Vance (1954) e Pereira (2014), delimitou-se o centro comercial e a espacialização dos estabelecimentos comerciais em rede²⁵, entre os quais, os de eletrodomésticos e supermercados/atacados. No âmbito dos serviços, estão as agências bancárias (incluindo os PAE e PAB), correios, cartórios e as lotéricas. O texto está organizado da seguinte maneira: primeiro levanta-se alguns aspectos conceituais da questão do centro e da centralidade para em seguida arvorarmos os resultados da pesquisa.

UMA REFLEXÃO SOBRE O CENTRO DA CIDADE E A CENTRALIDADE

De início, esclarece-se que seguindo as orientações de Castells (2014) sobre a necessidade de recortes conceituais no estudo dos centros citadinos e os níveis de sua apreensão por ele proposto (econômico, político-institucional e ideológico), nossa preocupação, seja em termos teóricos ou empíricos acerca do centro, se restringe nesse trabalho a sua dimensão econômica, em razão da afinidade do autor com essa temática e da importância por ela adquirida na constituição do centro da cidade em estudo. Isso não implica mutismo a

²⁵ Estabelecimentos comerciais em rede são aqueles que têm mais de uma unidade em Araguaína e/ou em outras cidades.

respeito de sua centralidade ligada aos aspectos simbólicos e políticos, até porque em muitos casos essas dimensões são indissociáveis.

Segundo Castells (2014), o centro da cidade tem sido visto em três categorias, *integrador e simbólico*, que *faz as trocas e coordena* e, finalmente, como *núcleo lúdico*. No primeiro aspecto, aparece como elemento fundante da análise a ideia de comunidade urbana, materializada em características que favorecem a comunicação entre as pessoas, a acessibilidade ante a estrutura urbana e divisão interior do espaço central. O centro que *faz trocas e coordena* se expressa pela concentração comercial, das atividades administrativas, financeiras e políticas. Tem um caráter funcional, seja pela objetivação da espacialização da divisão técnica e social do trabalho, ou especialização em segmentos de comércio e serviço. Por último, na categoria de *núcleo lúdico*, o centro se constitui como um espaço do lazer e diversão, mas também como sublimação da vida urbana.

Castells (2014, p. 313) adverte, no entanto, que “nenhuma dessas três categorias de centros, que possuem uma forte carga de expressão concreta, existe por si, mas sim enquanto resultado de um processo social de organização do espaço urbano”. O autor pretende com isso evidenciar que o centro assim como a cidade não são neutros – a-históricos, mas frutos de tensões e lutas sociais que, por vez, expressam suas contradições, tendo como pano de fundo as bases pelas quais se reproduz o sistema capitalista, coexistindo diversas temporalidades e espacialidades, que se complementam e se contradizem.

Segundo Sposito (1991, p. 6),

O centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde essa cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo.

Nesse sentido, o centro da cidade é o local onde a atividade econômica atinge maior densidade, com concentração, centralização e valorização do solo, sendo um elemento fundamental do processo de acumulação e da própria

reprodução da sociedade capitalista. Nele é possível encontrar dos mais sofisticados produtos e serviços aos mais comuns e pueris, representado em corporações multinacionais e no mercado informal. É o espaço no qual os ruídos, as cores e a diversidade de encontros e tempos possíveis atinge o pináculo na cidade.

Para Lefebvre (1999, p. 44) “o centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode”, isto é, o centro contém em si, sua negatividade, sendo uma realidade mutável no tempo. Tal fato pode ser exemplificado com a crescente dimensão adquirida pela urbanização ao longo do tempo, que impõe novas dinâmicas à questão do centro da cidade, como o surgimento de subcentros, eixos comerciais, ruas comerciais, expansão da área central e os shoppings centers (CASTELLS, 2014; SPOSITO, 1991). Esses processos se materializam de forma distinta no espaço em razão dos motivos e finalidades que os orientam, mas todos são frutos das novas formas de localização das atividades econômicas na cidade.

Entre os fatores que podem causar descentralização de atividades centrais do centro (advinda de seu “apodrecimento”) e que está diretamente relacionado ao surgimento de novas áreas de centralidade, estão, conforme Corrêa (1979); a) aumento excessivo das despesas com a ocupação do espaço, como o preço da terra, aluguéis, impostos, etc.; b) dificuldades com o transporte em vista do aumento dos congestionamentos e maiores custos com as comunicações; c) escassez de espaço para expansão das atividades; d) restrições legais de controle do espaço; e) pressão contra determinados tipos de usos do solo e perda de amenidades que afetam a população de maior renda. Ainda segundo Corrêa (1979), as áreas procuradas pelos agentes econômicos para fugir desses problemas possuem qualidades opostas a do centro.

De acordo com Sposito (1991, p. 9) a expansão da área central caracteriza-se pela “absorção de áreas/setores limítrofes ao centro, através do afastamento de sua população residencial e a transformação de seu uso do solo em comercial e de serviços”; enquanto os subcentros, que estão localizados geralmente distantes do centro, “são áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades

especializadas” (ibidem, p. 10); já os eixos comerciais são definidos como a “localização de atividades terciárias tipicamente centrais [mas de forma especializada], ao longo de vias de maior circulação de veículos” (ibidem, p. 10).

Castells (2014) afirma que assiste-se, no contexto metropolitano, cada vez mais a uma diminuição dos papéis comerciais dos centros, à medida que a cidade se estende, a mobilidade das pessoas aumenta (com o uso do automóvel), e novas formas de comprar pela internet entram em cena. A tendência, segundo ele, é que o velho centro se defina cada vez mais pelas suas funções de gestão, informação e mercados populares. Para Sposito (2013) amplia-se, de um lado, o uso do centro nas metrópoles pelo setor informal, de outro, cada vez mais as populações que o frequentam são aquelas que não conseguem visitar cotidianamente os shoppings centers.

Tourinho (2006) argumenta que a centralidade rompeu com o discurso urbanista que considerava a centralidade um atributo exclusivo do lugar central, sendo possível o surgimento de centralidade sem Centro. Segundo a autora a centralidade tornou-se independente do Centro, distanciou-se dele, conceitual e fisicamente falando. Em outras palavras, a centralidade pode se expressar em outras áreas fora do Centro principal, como em shoppings centers e eixos comerciais, sem que os mesmos sejam ou se tornem centros, nem estejam a ele hierarquicamente subordinados – todo centro é dotado de centralidade, mas nem toda centralidade se manifesta através de um centro.

Para compreender essas transformações que os centros das cidades vêm sofrendo é fundamental “trabalhar com a articulação entre escalas” (SPOSITO, 2013, p. 46), pois a complexidade do centro e da centralidade está intimamente relacionada ao nível hierárquico da cidade, a situação geográfica, a inserção em aglomerações e as temporalidades que sobre elas atuam (SPOSITO, 2013). Se de um lado, como vimos, o centro das metrópoles vem perdendo importância e assumindo características mais especializadas, o mesmo não se pode dizer de forma generalizada para as cidades médias, o que dirá as cidades pequenas. Essas últimas, aliás, tem seus centros restritos, grosso modo, a uma rua principal, formada em muitos casos pela rodovia estadual/federal que corta a cidade ou às margens de um rio.

Whitacker (2010), tratando das cidades médias, e reforçando os processos propostos por Sposito (2013), afirma que a presença de empresas multinacionais de atuação no terciário fomenta nessas cidades não apenas o consumo, como permite a constituição de novas áreas centrais dotadas de conteúdos distintos. Nesse prisma ele destaca que “as redes de lojas e magazines, os hotéis de redes tendem a se localizar em shopping centers e novas áreas centrais periféricas e/ou em eixos, contíguos ou não, ao centro tradicional, ancoradas ou não, por hipermercados” (WHITACKER, 2010, s/p).

Em um esforço de síntese Sposito (2013) aponta dois grupos de cidades médias nas quais as dinâmicas no centro são distintas; o primeiro, formado por cidades que passam por processo de reestruturação da cidade²⁶, com a instalação de shopping centers e grandes redes de hipermercados; o segundo grupo, é formado por cidades que vivem um relativo declínio dos papéis urbanos, nelas há ausência dos grandes investimentos, e quando redes de lojas se instalam as escolhas locacionais acabam por reforçar a centralidade do centro.

Em suma, centro e a centralidade como um dos elementos principais da vida urbana estão submetidos a diversos graus de dinamismos em escala espacial e temporal. Desse modo, no esforço de compreendê-los, é premente a definição de recortes conceituais e territoriais, sem perder de vista as múltiplas articulações necessárias à apreensão desses mesmos recortes, incluindo-se o papel do tempo.

CENTRO E CENTRALIDADE NA CIDADE DE ARAGUAÍNA: SERVIÇOS E COMÉRCIO EM REDE

Para a delimitação do centro da cidade de Araguaína considerou-se as ruas e trechos que apresentam concentração de atividades comerciais e serviços acima de 70%, desde que fosse marcada pela contiguidade. Esse procedimento é baseado naqueles elaborados por Ribeiro Filho (2002) e Murphy e Vance (1954), concernente ao uso do solo, e principalmente o

²⁶ Essa autora vem trabalhando com dois pares: reestruturação da cidade e reestruturação urbana, o primeiro reservado ao plano intra-urbano, enquanto o segundo está mais relacionado a escala interurbana, ainda que possua uma dimensão mais complexa. Quando nesse trabalho for citado o termo reestruturação da cidade, é nessa autora que está baseado.

adotado por Pereira (2014). Assim como a pesquisa de Pereira (2014), e diferentemente das outras citadas, que delimitaram a área central da cidade, com o seu *hard core*, zona periférica e zona mista, tem-se aqui apenas o objetivo de delimitar o centro comercial, pois nosso foco está na distribuição das atividades selecionadas pela cidade, que se mostrou suficiente para entender o centro e as dinâmicas da centralidade.

Em termos operacionais utilizou-se de vários instrumentos para o levantamento dos dados, que podem ser divididos em dois momentos. O primeiro consistiu no acesso as imagens disponíveis no Google Earth, através de sua ferramenta Street View, do ano de 2012, que possibilitou a quantificação de estabelecimentos por ruas e, por conseguinte, a delimitação do centro. Para efeito de seleção, os trechos de uma rua (quadra) que não possuíssem até 70% de estabelecimentos comerciais foram desconsiderados. No segundo momento, que viabilizou a localização das lojas em rede e dos serviços, foi usado além de imagens do Street View, acesso a sites de jornais/empresas e visita a campo para identificação e anotações de pontos para levantamento de coordenadas e nome das empresas.

Na tabela 1 encontram-se as ruas (e seus trechos) que foram consideradas como fazendo parte do centro de Araguaína. Nelas foram contabilizados um total de 513 estabelecimentos comerciais e de serviços; 46 residências e 59 classificados como outros, que inclui unidades não identificadas e lotes vazios. As ruas que possuem maior taxa de uso produtivo são as Ruas Gaúcho (100%), Rua das Mangueiras (95%), Rua Dezenove de Novembro (93%) e Avenida Cônego João Lima (91%). Os altos índices que apresentam essas primeiras ruas se devem muito em função dos pequenos trechos selecionados, ao contrário da última, que de fato possui grande densidade econômica em todo seu trajeto.

Tabela 1: Ruas/trechos que fazem parte do centro de Araguaína.

Ruas	Estabelecimentos	Residência	Outros	% de estabelecimentos
Av. Cônego João Lima	170	4	12	91%
Av. Primeiro de Janeiro	77	11	11	78%
Rua Santa Cruz	21	8	0	72%
Rua 13 de Maio	58	9	9	76%

Rua Ademar Vicente Ferreira	35	1	7	82%
Rua 25 de Dezembro	10	3	0	77%
Rua 15 de Novembro	30	2	6	79%
Rua das Mangueiras	35	2	0	95%
Rua Sadooc Corrêa	17	-	3	85%
Rua Dezenove de Novembro	14	-	1	93%
Av. Presidente Castelo Branco	6	2	-	75%
Rua Dom Orione	7	1	1	78%
Rua Zico Monteiro*	11	0	6	65%
Rua Floriano Machado	9	3	0	75%
Rua Gaúcho	5	0	0	100%
Rua 7 de Setembro	8	0	3	73%
Total	513	46	59	-

Fonte: Google Earth (2012). * a rua foi inserida por estar entre outras ruas que atingiram o percentual de 70%, o que cartograficamente tornaria inviável sua exclusão. Essa rua se apresenta como um enclave do centro, com casas herdadas de outro período histórico.

No centro de Araguaína encontra-se uma variedade ampla de serviços e produtos encontrados em hospitais, clínicas, laboratórios, lojas de roupas (simples e de marcas), farmácias, restaurantes, relojarias, cartórios, escritórios de advocacia e contabilidade, serviços administrativos (prefeitura e câmara dos vereadores), judiciário, instituições de crédito e seguro, óticas, perfumarias, camelódromo, cabeleireiros e serviços de estética, agências bancárias e caixas eletrônicos, lojas de eletrodomésticos, supermercados, galeria com cinema, hotéis, lojas de móveis novos e usados, materiais para construção, igrejas, praças, etc.

Os papéis e funções do centro são fortalecidos pela convergência das principais avenidas da cidade em sua direção, como a Av. Castelo Branco, que liga diversos setores à norte da cidade; Av. Neblina, ligando a parte sudoeste e os fluxos que passam pela rodovia TO-222; Av. Prefeito João de Souza Lima, que direciona fluxos da parte sudeste e também de trechos da TO-222. Além dessas avenidas não se pode deixar de mencionar o trecho do eixo comercial da Av. Cônego João Lima na sua parte oeste (depois do córrego Neblina), e a Av. Primeiro de Janeiro, que na parte leste cumpre a função de ligação dessa área da cidade com o centro. Somam-se a isso a confluência das linhas de

transporte público, uma vez que o terminal central está localizado na Praça das Bandeiras, entre as avenidas Cônego João Lima e Primeiro de Janeiro. Destaca-se, por último, a existência de 4 pontos de táxis no centro, e 6 pontos de moto táxis (serviço muito usado em Araguaína).

Deve-se considerar que a morfologia das ruas (estreitas), aliado a esse papel de nó nos fluxos de transporte, gera lentidão no trânsito e congestionamento no centro de Araguaína. Ademais, tem-se a crescente dificuldade de encontrar lugar para estacionamento, o que leva muitos consumidores a outras escolhas locais que atendam suas demandas com mais comodidade, compondo mais uma justificativa para o surgimento de novas áreas com centralidade.

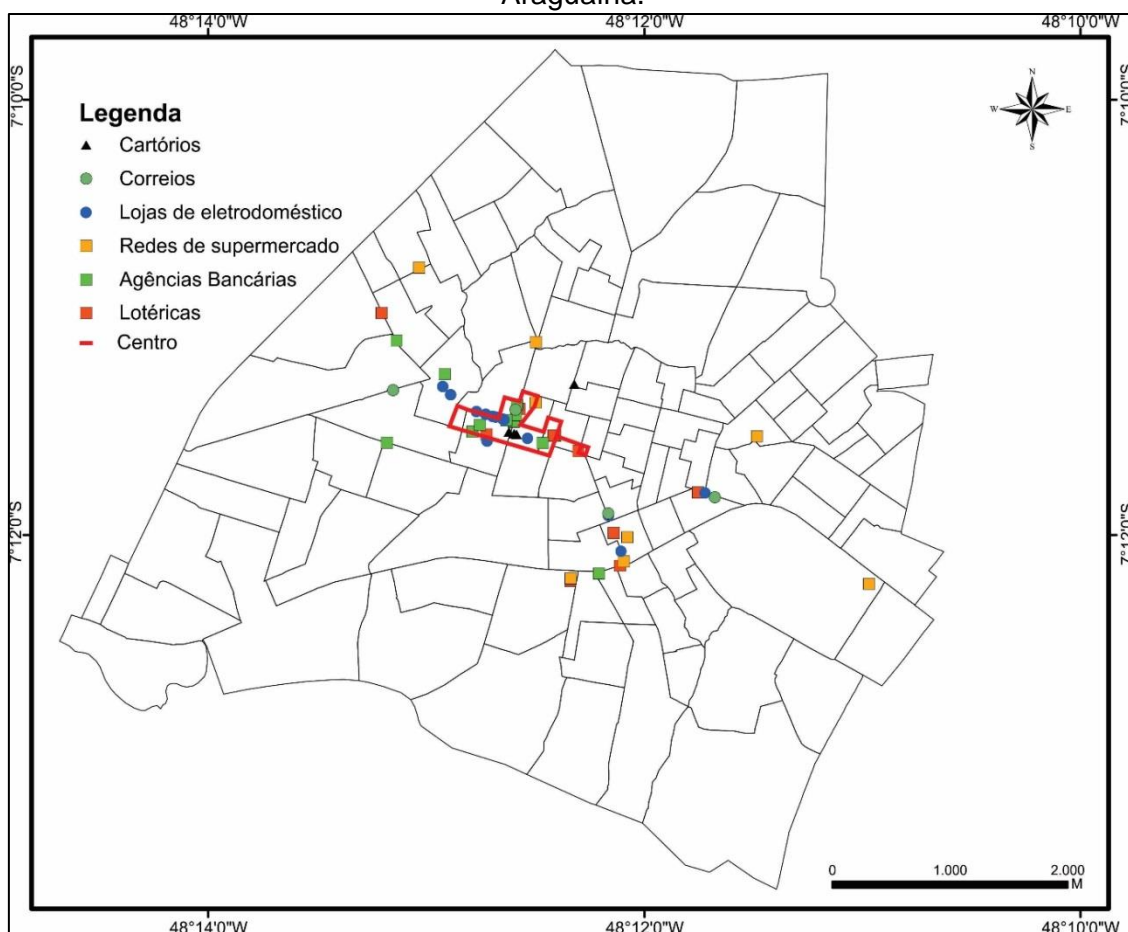
Adentrando as variáveis escolhidas para analisar o centro e a centralidade em Araguaína, elaboramos o mapa 1, no qual aparece a delimitação do centro e a espacialização das variáveis analisadas. Verifica-se que das 12 agências bancárias da cidade, 8 encontram-se no centro, mostrando que sua primazia em termos absolutos se comparado à outras áreas da cidade é significativa. Não obstante, deve-se lembrar de que no centro estão localizadas todas as agências do Banco do Brasil e do Itaú, além de duas do Bradesco (inclusive o Bradesco Prime), o que confere a essa área da cidade em termos qualitativos importância fulcral no segmento financeiro.

Segundo Garrocho-Rangel e Campos-Analís (2010, p. 417), os bancos não se distribuem de maneira aleatória no espaço urbano, mas segundo sítios estratégicos, que estão diretamente ligados ao reconhecimento de que “la distribución espacial de su mercado (por ejemplo, sus clientes, sus sucursales y la sucursales de la competencia) no se distribuye de manera homogénea em el territorio”. Além disso, os bancos vão se instalar em lugares que permitam a fácil acessibilidade a clientela; oferta de serviços bancários e atendimento as ambições das firmas (GARROCHO-RANGEL e CAMPOS-ANALÍS, 2010).

Nessa perspectiva, o centro de Araguaína ainda se mostra uma posição estratégica (conforme Souza [2013], em Geografia, sítio está associado a uma concepção de espaço absoluto, enquanto posição a espaço relativo, por isso preferimos o termo posição) para a localização das atividades bancárias, ou pelo menos era de modo quase que único até o final do século XX. A partir de então, outras áreas passaram a ser atraentes, como decorrência de novas

tendências de produção da cidade, expressando maior fragmentação do tecido urbano e da própria sociedade. Excetuando o Banco da Amazônia, instalado fora do centro ainda em 1973, as outras três agências bancárias localizadas fora do centro se instalaram a partir de 2007 (BRASIL, 2015), em áreas/eixos que tem apresentando forte dinamismo econômico. Incluindo-se a agência da Caixa Econômica Federal instalada no sub-centro do Bairro Senador.

Mapa 1- Distribuição de atividades do comércio em rede e serviço na cidade de Araguaína.



Base cartográfica adaptada do IBGE (2010) para uma escala maior.

Fonte: Google Earth (2012). Trabalho de Campo, 2015. Elaboração: Reges S. (2015).

A oferta dos serviços financeiros vem se complexificando nas últimas décadas, em razão de um movimento no interior dessas atividades, mas também como manifestação de uma transformação mais ampla na própria sociedade. Aparecem novos elementos que precisam ser considerados, como os Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAEs) e os Postos de Atendimento Bancário (PABs). O papel do centro na oferta desse tipo de

serviço é limitado, pois dos 51 postos existentes na cidade, apenas 12 estão nele localizados (BRASIL, 2015).

A maior pulverização dos PAEs e PABs ocorre pela facilidade de localização que os mesmos usufruem, prescindindo de uma estrutura própria em favor de instalações em supermercado, indústrias, postos de gasolina, estabelecimentos públicos, de ensino, hospital, etc. No caso dos supermercados terem esses serviços, fomenta até mesmo à atração de clientes, que além de fazer transações simples, aproveitam a oportunidade e consomem nesses locais.

Ainda em relação aos postos de atendimento de Araguaína, é relevante notar que esses serviços (dado que são oferecidos em quantidade pequena em cada ponto) nem sempre funcionam, é recorrente a falta de dinheiro, manutenção nos aparelhos, notas de dinheiro em poucos valores e alguns serviços indisponíveis, como depósitos (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

Além dos PAEs e PABs é necessário lembrar dos diversos aplicativos desenvolvidos pelos bancos para uso nos smartphones, tablets e computadores de uso pessoal, que permitem a resolução de diversas demandas, sem que a pessoa necessite sair de casa. No conjunto, esses serviços e os postos de atendimento evitam muitas viagens ao centro, relativizando a centralidade e o centro sob o prisma da atividade financeira. O uso dos aplicativos são extremamente segmentados, pois envolvem além do acesso (econômico) e o conhecimento (capacidade de manipulação) dessas ferramentas, questões de cunho subjetivo, como confiança, medos, gostos e outros fatores (PEREIRA, 2014; SPOSITO, 2001; Trabalho de campo, 2015).

No tocante as lotéricas, constatou-se 9 unidades na cidade, das quais 4 estão presentes no centro. Esse serviço tem se deslocado nos últimos anos para os eixos comerciais, ainda que o centro seja a área da cidade com maior número de lotéricas, ele deixou de ser primaz. Além do centro, as lotéricas formam um padrão de concentração no centro-sul da cidade, no sub-centro do Bairro Senador, com três unidades (ver mapa 1).

Em relação aos correios, existem 4 agências na cidade e apenas uma delas está localizada no centro. A última agência foi inaugurada em abril de 2015 no Bairro São João, mostrando a emergência de novas áreas com centralidade em relação a essa atividade. Todavia, cabe ressaltar que a

agência do centro oferece o serviço de Banco Postal, que nenhuma das outras agências o fazem, reforçando a centralidade dessa área em termos qualitativos.

Já os cartórios têm localização extremamente concentrada, com 3 unidades localizadas na Av. Primeiro de Janeiro (Cartório do 1º ofício de notas de Araguaína; Cartório de Registro de Imóveis de Araguaína; Cartório do 2º ofício de notas de Araguaína) e somente 1 localizada fora do centro, na rua Santa Cruz (Cartório de Registro Civil de Araguaína). Nota-se que os serviços mais usados e imprescindíveis para pessoas físicas e jurídicas são oferecidos apenas pelos cartórios do centro, já que o localizado em alhures se limita a registros civis. Uma prova disso pode ser vista na arrecadação, enquanto os cartórios do centro arrecadaram em 2014 em média 1,3 milhões cada, o “periférico”, atingiu um pouco mais de 100 mil (Trabalho de campo, 2015; CNJ, 2015).

Quanto às empresas que atuam em rede no segmento dos supermercados e atacados, existem em Araguaína 3 empresas – Campelo, Atacadão e Baratão – as quais têm 8 unidades de atendimento. A Rede Campelo possui 3 supermercado na cidade, localizados em diferentes áreas, o primeiro de 1993 está situado no setor Dom Oriente, o segundo criado em 2007 no Setor Central e, o terceiro em 2008 no sub-centro do Bairro Senador (Trabalho de Campo; Site da Empresa). Além dos supermercados a rede criou em 2011 um atacarejo localizado as margens da rodovia TO-222, também no sub-centro. O Supermercado Baratão possui 3 estabelecimentos, sendo 2 supermercados e 1 atacarejo, localizados, respectivamente, nos setores Noroeste, São João, Araguaína Sul. Complementa esse segmento econômico o Atacadão do Grupo Carrefour que se instalou na cidade em 2015, com localização na TO-222 (ver mapa 1).

Essas redes de supermercado, tal como as conhecemos hoje, são uma realidade nova em Araguaína, apesar de estarem no mercado local a mais de 15 anos, Baratão e Campelo se consolidaram nos últimos 7 anos, com a criação de várias unidades pela cidade. Essas redes oferecem num mesmo local uma maior complexidade de serviços (principalmente o Campelo e Baratão), agregando em seus estabelecimentos caixas eletrônicas, lotéricas, franquias de roupas e de perfumes, como o boticário, farmácias, revistaria,

restaurante, padarias, etc. Possuem cartões de compra para seus clientes e vendem serviços a preços diferenciados, como ingressos para o Cinema. Logram de estacionamentos próprios, segurança privada e de ambiente climatizado. Essas condições, que lembram de longe os shoppings centers, os levam a ter grande aceitação na cidade e exercer notável atração sobre extensa área do tecido urbano (a influência desses estabelecimentos também ocorre em nível regional).

Como era de se esperar o centro não tem participação importante nesse segmento. Apenas uma loja do grupo Campelo se localiza nas “bordas” do centro. Tais equipamentos precisam de grandes superfícies e de vias de trânsito rápido, coisas que o centro não mais oferece. A Avenida Filadélfia (trecho da rodovia 222) tende a ser o local que vai concentrar os principais estabelecimentos desse ramo, já que conta atualmente com três grandes varejistas e atacadistas.

Em relação às redes de eletrodomésticos, foi possível identificar 7 lojas, sendo as Lojas Nosso Lar, Liliani, Novo Mundo, Casas Bahia, Larissa Móveis, Lojas Americanas e a City Lar. Apenas as lojas Americanas não estão localizadas no centro, juntando-se a um estabelecimento da loja City Lar. Essa constatação é apenas estática, sendo necessário ir além dela, o que pressupõe uma mínima reconstituição da cronologia de instalação dessas lojas. Nesse sentido, verifica-se uma expansão a partir de 2008, quando chegam às lojas Novo Mundo e em 2013 as lojas Nosso Lar fizeram uma nova inauguração de sua planta, que atinge um pouco mais de 7000 m² e no ano seguinte instala-se as Casas Bahia, todas localizadas no centro. Somente as Lojas Americanas inauguradas em 2011 e 2014 instalaram-se fora dessa área (Site das Lojas; trabalho de campo, 2015).

As lojas Leolar, com sede em Marabá, se instalaram no centro de Araguaína em 2008, e fecharam seu estabelecimento em 2015. Esse fator indica a perda da concorrência para as “conceituadas” lojas Nosso Lar e Casas Bahia. Essas duas lojas são aquelas do ramo que mais movimento apresentam em seus estabelecimentos. As lojas Nosso Lar, de origem local, atua em 11 cidades e quatro estados, além de ter expandido seu capital nos últimos anos para os ramos de alimentação e distribuição de peças.

Assim, além de concentrar a maior parte das lojas no segmento de eletrodoméstico o centro tem tido sua centralidade reforçada, pois a maioria das escolhas locacionais dessas lojas o possui como destino preferido, mas não exclusivo. Essas grandes lojas compram terrenos onde outras de pequeno porte estavam instaladas, demonstrando que o preço da terra no centro, embora seja alto, ainda se mostra viável para novos investimentos, pelo retorno que a loja pode ter nessa localização, se comparado a outras áreas com preço menores.

Segundo Pereira (2014, p. 126) “a redefinição da centralidade no espaço urbano, bem como as alterações das formas e dos conteúdos do centro e da periferia nas cidades, faz parte do processo de reestruturação” já que o “surgimento de novas áreas de concentração de comércio e serviços [...] acabam por alterar as lógicas de estruturação da cidade que até então estavam postas”.

Tendo isso em mente e os dados analisados, aponta-se dois processos em Araguaína que são a princípio contraditórios: de um lado, o centro tornou-se mais complexo, pela maior oferta de bens e serviços que oferece, inclusive por meio da atuação de capitais de origem nacional, por outro lado, ele deixa de ser a área procurada de forma exclusiva no tocante ao consumo de diversos bens e serviços, emergindo novas áreas com centralidade. Entendemos que esse quadro indica uma reestruturação da cidade fortalecida pelo surgimento de novas centralidades.

As novas centralidades surgem, de um lado, para atender as áreas da cidade que estão cada vez mais distantes do centro, diante da notável expansão do tecido urbano de Araguaína nos últimos 30 anos, de outro, para satisfazer as demandas da classe média. No setor Costa Esmeralda (criado em 2010), localizado a 9 km do centro, começa a ter uma rua comercial localizada na Av. Palmas, contando com 3 supermercados, 2 farmácias, lojas de material de construção, consultório odontológico e salão de beleza. Outra área que já expressa centralidade ligada a expansão urbana é a avenida Perimetral Oeste, que corta o Setor Maracanã (criado em 1981) e a Vila Couto Magalhães (criado

em 1980)²⁷. Essa avenida conta com supermercados, farmácias, posto de combustível, lojas de roupas, entre outros estabelecimentos.

Além disso, destaca-se que o subcentro da avenida prefeito João de Souza Lima se consolida com a instalação de uma agência bancária da Caixa Econômica Federal, duas unidades da rede Campelo e das Lojas Americanas, tendo em menor proporção praticamente todos os serviços oferecidos pelo centro principal. Tal subcentro está voltado para um público de baixo poder aquisitivo.

Ressalta-se ainda que a avenida José de Brito vem se tornando a cada dia uma rua especializada em consumo para um público de maior poder aquisitivo – a classe média de Araguaína. Nessa avenida estão, para citar alguns exemplos, as principais grifes de roupas, bons restaurantes, óticas de atuação nacional e salões de beleza de alto padrão. Nesse sentido, mesmo que o centro tenha recebido lojas de renome, e ampliando a quantidade de oferta, volta-se mais a um público com menor poder aquisitivo, enquanto que para a classe média surgem espaços com caráter mais segregado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na estrutura urbana de Araguaína vistas a partir da centralidade condizem com uma reestruturação da cidade, pois as permanências frente às mudanças não são tão predominantes. Se por um lado, é verdade que o centro tornou-se mais complexo, pela maior oferta de bens e serviços que passou a oferecer, inclusive por meio da atuação de capitais de origem nacional, por outro lado, ele deixa de ser a área procurada de forma exclusiva pela população, em vista do surgimento de novos pontos de consumo.

Os fluxos para consumo foram parcialmente redefinidos, pois, importantes serviços se encontram relativamente pulverizados pela cidade, como correios, agências bancárias, lotéricas, redes de eletrodomésticos, Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAEs), Postos de Atendimento

²⁷ As informações sobre a data dos loteamentos foram retiradas de Vasconcelos Filho (2013).

Bancário (PABs) e redes de atacarejo/supermercado. Os que apresentam-se menos susceptíveis a descentralização são os cartórios.

O surgimento de uma área com concentração comercial ao longo da Av. Prefeito João de Souza Lima e parte da Av. Filadélfia se configura como um subcentro, já que praticamente todos os bens e serviços do centro principal aí estão localizados, em menor proporção e complexidade. Para citar alguns exemplos, nessa área se localiza agência bancária da Caixa Econômica, redes de eletrodomésticos, representado na unidade da Novo Mundo e outra das Lojas Americanas.

Igualmente surgem pontos mais distantes, em ruas comerciais, nos bairros como Costa Esmeralda e Setor Maracanã, que atendem a população local e dos setores vizinhos. Além disso, nota-se que a Avenida José de Brito vem concentrando a oferta de produtos e serviços para um público mais elitizado – a classe média de Araguaína.

A análise realizada necessita de aprofundamento, notadamente no que tange a investigação das práticas espaciais dos cidadãos em relação ao centro e as novas áreas que emergem com centralidade. Certamente uma pesquisa nessa direção revelará resultados mais profundos e, inclusive uma estruturação a partir de tais práticas, diferente da que se encontrou nesse trabalho. É razoável também um estudo detalhado das avenidas Prefeito João de Souza Lima e seu entorno, Avenida José de Brito e nas ruas comerciais do setor Costa Esmeralda e Maracanã, visando oferecer elementos que qualifique a centralidades desses espaços, cujos serviços instalados visam públicos dispares.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Atlas do Desenvolvimento Humano. **Araguaína**: caracterização do território. 2013a.

BRASIL, Banco Central. **Relação de Agências e postos bancários 2015**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>> acesso em 07/09/2015.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Justiça Aberta**. 2015.

CORRÊA, R. L. Processos espaciais e a cidade. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 41, nº 3, p. 100-110, 1979.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARROCHO-RANGEL, C. F.; CAMPOS-ALANÍS, J. Organización espacial del sistema bancario dentro de la ciudad: estrategia territorial, accesibilidad y factores de localización. In: **Economía, sociedad y territorio**, Toluca, v. 10, nº 33, p. 413-453, 2010.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MURPHY, R. E.; VANCE, J. E. Jr. Delimiting the CBD. **Readings in Urban Geography**. MAYER, R.; KOHN, C. (eds). Chicago: University of Chicago Press, 1954. p. 418-446.

PEREIRA, C. S. S. **Centro, centralidade e cidade média: o papel do comércio e serviço na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE**. 2014. 329 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2014.

RIBEIRO FILHO, V. **A Configuração da Área Central de Manaus e sua Dinâmica Recente**. 2004. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. **Vínculos Tocantins, 1990, 2010, 2014**. 2015a.

TOURINHO, A. O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, A. U.; CARLOS, A. F. A. **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 277-299.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista geografia**, São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.

_____. Centros e centralidades no Brasil. In: FERNANDES, J. A. R.; SPOSITO, M. E. B. **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Porto, CEGOT, 2013. p. 45-59.

WHITACKER, A. M. Centralidade intraurbana e morfologia em cidades médias: transformações e permanências. In: **XI seminário internacional Red Iberoamericana de investigadores sobre globalización y territorio; Red Iberoamericana de editores de revista**. Argentina: Mendoza, 2010. n.p.

VASCONCELO FILHO, J. M. **O direito à moradia e o discurso de implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de**

construção de cidades saudáveis e democráticas: reflexões sobre a Araguaína-TO. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFU, Uberlândia, 2013.

RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS POR DEPÓSITOS TECNOGÊNICOS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA (TO)

*Carlos Augusto Machado*²⁸

INTRODUÇÃO

A ação humana em nosso planeta nos últimos 200 anos resultou em grandes modificações na superfície terrestre, de forma direta e indireta, através do uso e desenvolvimento de máquinas e do aparato tecnológico resultante da revolução industrial. A possibilidade de alterar o ambiente com a retirada, translocação e deposição de enormes quantidades de materiais acrescentou elementos orgânicos e inorgânicos na camada pedológica, além de alterar e criar novas formas de relevo, principalmente dentro do contexto urbano.

A geração e o descarte de resíduos para preenchimento de erosões e fundos de vale e o aplainamento do relevo resultou na criação dos chamados Depósitos Tecnogênicos (DTs), assim chamados em função de serem compostos por artefatos criados pelas atividades humanas e da movimentação dos sedimentos. Os DTs em alguns casos podem ser uma fina camada de materiais sobre o solo ou grandes corpos artificiais com uma dinâmica diferente e influente nos processos ambientais em relação ao material adjacente, tanto horizontalmente como verticalmente.

Os DT são formados em função da constante criação, destruição e reconstrução de edificações e pela adequação dos elementos do ambiente em áreas urbanas e rurais. O entendimento da influência de tais depósitos na estruturação e dinâmica do ambiente pode demonstrar os efeitos negativos

²⁸ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins. Coordenador do Laboratório de Geologia e Solos (LABGESOL). e-mail: delagnesse@mail.uft.edu.br.

sobre os elementos solo, água, relevo, vegetação e clima e fornecer subsídios para os gestores e equipes voltados ao planejamento urbano.

Além dos impactos ambientais, os DTs em sua grande parte estão localizados em áreas urbanas devendo ser analisados também sobre a perspectiva econômica e social, visto que, devido a falta de moradias e o alto valor imobiliário do espaço urbano fazem as edificações de populações expandir para estas áreas sem os devidos cuidados.

O foco central deste trabalho reside na discussão dos problemas ambientais, sociais e econômicos gerados por DTs com vista à elaboração de propostas de recuperação e revitalização do ambiente urbano da cidade de Araguaína.

As propostas de recuperação e revitalização de ambientes tecnogênicos enfocada neste estudo pretendem melhorar as condições de uso do solo urbano, seja este para fins de recreação, preservação, criação de áreas verdes ou de assentamentos urbanos com o uso de técnicas e métodos voltados para minimizar os problemas.

A alteração da geomorfologia e pedologia do sítio urbano com a criação e alteração de novas formas deposicionais como os depósitos tecnogênicos devem ser acompanhadas para dar suporte aos projetos de engenharia civil e eventos problemáticos como movimentos de massa, desabamentos de edifícios públicos, entre outros.

O desenvolvimento deste trabalho iniciou-se com a caracterização ambiental da área de estudo destacando os aspectos geológicos, geomorfológicos e pedológicos dos estudos de Tocantins (2001), Menck et. al. (2004) e CPRM (1974).

A classificação dos tipos de DTs está baseada no trabalho de Ter-Stepanian (1988), o qual distingue em quatro classes conforme a composição do material, como materiais terrígenos (solos), químicos (resíduos industriais), orgânicos (resíduos domésticos), inorgânicos (resíduos da construção civil), acrescidos do fator ambiente de deposição (terrestre, fluvial, lagunar e marinho) segundo Machado (2011).

Na identificação e mapeamento das áreas com DTs fez-se uso de imagens de satélite IKONOS em escalas variadas disponíveis pelo programa Google Earth PRO V. A interpretação de imagens de satélite além de auxiliar

na localização e identificação dos DTs colaborou para avaliação dos impactos ambientais.

Os trabalhos de campo foram essenciais para auxiliar no dimensionamento dos DTs e na coleta de materiais para análise em laboratório para determinar qual o tipo de material predominante e posterior classificação. As profundidades dos DTs foram obtidas através do uso de trado.

A escolha das medidas de recuperação/revitalização seguiu as propostas enfocadas nos trabalhos de Boscov (2003), John (2009) e Pavao-Zuckerman (2008), além de medidas de recuperação e conservação do solo proposta por Bertoni; Lombardi Neto (1993) e Machado (2011).

IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DE DT

O ambiente urbano e sua remodelação para os assentamentos alteram as formas topográficas provocando o aumento no transporte de sedimentos, os quais formarão depósitos coluviais e aluviais nos fundos de vale. No caso dos solos, a compactação promove a impermeabilização aumentando o fluxo do escoamento superficial com aporte de matéria e energia que os cursos d'água transportam. As interferências nos elementos e processos ambientais constituintes de um ambiente promovem a aceleração do transporte de matéria e energia criando eventos de intensa capacidade que o ambiente não consegue absorver.

Os materiais alocados em DTs são fontes de desastres ambientais em inúmeras cidades do mundo. Em função deste fato, Rogachevskaya (2006) discute como cada ambiente reage à incorporação, mobilização e afirma que a retirada destes materiais no meio urbano pode imprimir acidentes em contexto local, regional e global, segundo sua composição e extensão. Dentre os impactos ambientais cita-se a influência de construções de grande porte com grande incorporação de material alheio ao ambiente local, que acaba causando subsidências, colapsos e movimentos de massa.

Segundo Herzog:

ao meditar sobre a prática da revitalização em seu trabalho, defende que a mesma deve se traduzir em uma proposta “eficiente, holística e sistêmica” inserida em um processo participativo e de ampla

visibilidade. A autora destaca ainda que os benefícios desse tipo de intervenção urbana devam ir além de propiciar lazer e recreação, e afirma que a eficiência de um processo de revitalização reside na diversidade de usos e na geração de “benefícios abióticos, bióticos e sócio-culturais concretos e inovadores”, proporcionando assim “um alto desempenho e baixo impacto na paisagem no longo prazo. (apud JARDIM, 2012, p. 43).

O entendimento do comportamento dos solos urbanos é importante para o planejamento do uso da terra, pois a enorme variedade que compõem estes corpos auxiliam na definição da função adequada a cada área, como por exemplo: criação de áreas verdes, agricultura urbana, infiltração das águas pluviais, entre outras. Na maior parte dos casos é impossível a retirada do material acrescido ao solo natural, em função deste fato é fundamental entender as características e a dinâmica dos processos pedológicos segundo Lehmann; Stahr (2007).

A adequação e criação de novas formas topográficas para a expansão do uso do solo na cidade de Budapeste (Hungria) segundo Csima (2010) acelerou os trabalhos de engenharia civil em micro formas para edificação doméstica no centro urbano e macro formas para grandes assentamentos humanos em área de várzeas na periferia desta cidade. Apesar do desenvolvimento tecnológico da engenharia civil em vencer os obstáculos topográficos, os custos em alguns casos excedem os possíveis valores de venda de lotes urbanos tornando as operações inviáveis do ponto de vista econômico. Somente com a agregação de valor em função da beleza paisagística em áreas de relevo inclinado como serras, lagos e depressões seria possível validar as operações de criações de formas antrópicas de relevo.

A intensa urbanização verificada nas metrópoles e cidades médias resultou na gênese de áreas de descarte e acumulação de materiais humanos, os quais são chamados de depósitos tecnogênicos representando inúmeros problemas ambientais, sociais e econômicos constituindo entraves na expansão do uso do solo urbano, gerando desvalorização econômica destas áreas. No caso específico tratado por Peloggia (1998) correlaciona-se a identificação e composição dos depósitos de origem antrópica com os problemas ambientais da grande metrópole paulista, mais especificamente, eventos de deslizamentos, enchentes e assoreamento dos canais fluviais, bem como a discussão das medidas preventivas e corretivas destas questões.

De acordo com Machado (2005) os impactos ambientais resultantes da rápida expansão da malha urbana da cidade de Araguaína assemelham-se a outras cidades acima de 100.000 habitantes no Brasil. Nesta cidade especificamente destacam-se o descarte dos resíduos sólidos resultantes da construção civil, os quais são depositados em ravinas, voçorocas ou em ruas sem pavimentação para compactação no leito, em certos casos até pelas equipes de restauração do pavimento da administração local. Além deste fator observa-se que o escoamento pluvial, principalmente concentrado nos meses de janeiro e fevereiro, arrasta quantidades significativas de resíduos sólidos para o vale dos rios, aumentando sensivelmente a acumulação de materiais no leito e nas pequenas planícies de sedimentação constituindo o que se chama de depósitos tecnogênicos induzidos.

De acordo com Gomes et. al. (2006) as intervenções humanas além de alterar e influenciar a dinâmica de inúmeros processos ambientais pode resultar na formação de solos antropogênicos, os quais se constituem em corpos individualizados em uma determinada área. A maior parte dos Antropossolos analisados no estudo era constituída por materiais de construção civil e de resíduos sólidos conhecidos como lixões, na maior parte abandonados, que com o passar do tempo formavam distintos horizontes apresentando maior ou menor compactação, menor estabilidade, identificada como áreas impróprias a edificações humanas.

IMPACTOS AMBIENTAIS POR DT NA CIDADE DE ARAGUAÍNA

A rápida expansão urbana da cidade de Araguaína na última década favoreceu a ocupação de novas áreas, principalmente próximas aos fundos de vales dos diversos cursos d'água que atravessam a cidade. Este crescimento ocorreu sem o planejamento e fiscalização por parte das administrações municipais, tendo os agentes econômicos como imobiliárias e incorporadoras liberdade para criar loteamentos sem a devida estrutura como, por exemplo, rede de drenagem, pavimentação e áreas verdes. Os loteamentos para sua implantação necessitaram de adequação do relevo e dos solos, sendo o aterramento de várzeas e o preenchimento de erosões com resíduos da construção civil as técnicas mais utilizadas para a preparação da área.

Devido ao desmatamento e as queimadas no entorno da área urbana de Araguaína, processos erosivos como ravinas e voçorocas surgiram nos Neossolos quartzarênicos e Latossolos amarelos que dominam a região. Visando eliminar as erosões tornou-se prática corrente preencher as valas com resíduos da construção civil e lixo urbano e posteriormente cobrindo com uma camada de solo para o aplainamento do terreno criando inúmeros DTs.

A maior parte dos DTs contém resíduos da construção e demolição compostos por inúmeros elementos químicos que ao entrar em contato com a camada pedológica e com a água são dissolvidos e incorporam-se ao ambiente podendo ser absorvidos pelas plantas, micro organismos, peixes e seres humanos. Os DTs na cidade de Araguaína apresentam-se na maioria dos casos uma camada superficial de espessura média de 30 cm, porém de grande expressão areal, que com a compactação, decomposição e sedimentação mistura-se com a camada pedológica formando um horizonte superficial endurecido.

A recuperação ou revitalização de uma área em ambiente tecnogênico é onerosa e requer um tempo considerável para restabelecer as condições anteriores da área e devido às variadas composições do material exigindo técnicas e métodos adequados a cada situação.

De acordo com Jardim (2012):

a revitalização ou reconversão urbana é tema de diversos estudos, os quais atribuem à origem de sua prática diferentes motivos – a existência de áreas deterioradas, a mobilidade prejudicada de uma região, a escassez de terrenos vacantes e infraestruturados em outras áreas da cidade, etc. (JARDIM, 2012, p.39).

A recuperação ou revitalização da maior parte dos projetos ambientais visam a recuperação de bacias hidrográficas, porém o reestabelecimento de uma bacia hidrográfica, principalmente em áreas urbanas, é dificultada pela infraestrutura como ruas, casas, prédios, pontes, entre outros e que na maioria dos casos para uma recuperação/revitalização requer a retirada destas estruturas.

Os resíduos depositados irregularmente causam enchentes, proliferação de vetores nocivos à saúde, interdição parcial de vias e degradação do ambiente urbano. Além destas consequências, a remoção de resíduos

acumulados irregularmente onera os cofres públicos municipais. Os DT mais antigos da cidade de Araguaína apresentam uma decomposição avançada dos materiais e com formação de crostas, principalmente nos que contém resíduos da construção civil. Devido à decomposição, o material sofreu uma acomodação proporcionando maior estabilidade contra a ação das águas pluviais, principalmente em áreas mais planas.

As áreas urbanas afetadas por DT causam uma série de problemas ao planejamento e a administração municipal segundo Machado (2011), dentre os quais podem ser citados:

- A expansão urbana, em geral da classe baixa, acabará se realizando sobre ambientes tecnogênicos.
- Subsidência ou movimento do solo afetando as estruturas de casas e edifícios.
- A qualidade das águas superficiais e subterrâneas afetada por metais pesados e acidificação (pH).
- Flora e fauna adaptada a espécies invasoras (exóticas).
- Elevação dos custos dos terrenos.
- Elevação dos custos de construção com a retirada do material.
- Inutilização de áreas para assentamentos urbanos.
- Diminuição da infiltração e aumento do escoamento superficial.
- Em algumas áreas o depósito é amplo (contínuo), mas em outras o material pode formar “manchas”, ou seja, um mosaico de materiais diversos recobrando os solos, dificultando ainda mais projetos de recuperação.

Na cidade de Araguaína existe um bom exemplo de recuperação e revitalização ambiental implantada na área da Instituição do Serviço Social da Indústria (SESI), unidade do Centro de Atendimento do Trabalhador (CAT) no bairro Cimba. A área conta com diversas atividades administrativas e esportivas e um grande fluxo de pessoas. A instituição implantou diversas técnicas ambientais, como por exemplo, o uso de passagens e rua internas com bloquetes de rochas permeáveis, preservação da mata ciliar no entorno da nascente, ampla área com grama para infiltração das águas pluviais, entre outros.

Em contraponto ao bom exemplo anteriormente citado, a recuperação e revitalização das cabeceiras do córrego Cimba por parte da administração municipal não foi bem sucedida, pois, o recém criado Parque Ecológico Cimba não resolveu o problema com os DTs existentes na área. Apresentando quatro áreas com DTs, vide Figura 01, as obras não incluíram a retirada do material contaminante que se acumulou durante três décadas no local. O terreno foi aplainado e coberto com uma camada de solo e com plantio de gramíneas. Com o passar do tempo, o material continuará o processo de decomposição provocando o afundamento do terreno, facilitando o aparecimento de fendas e a possibilidade de reativação dos processos erosivos existentes. O córrego Cimba e o fundo de vale do Parque Ecológico não tiveram nenhuma obra ou ação para reverter o assoreamento e a retirada de uma grande quantidade de lixo e resíduos da construção civil que existem em seu leito.

O CONAMA (2006) afirma que:

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público “o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”.

O Parque Ecológico conta com uma boa estrutura de lazer, tendo pistas para prática de Cooper, parque infantil, aparelhos de ginástica, cercas e o solo foi revegetado com gramíneas do tipo esmeralda (*Zoysia japonica*), a qual por ser espécie exótica merece inúmeros cuidados como poda, irrigação e controle de ervas invasoras.

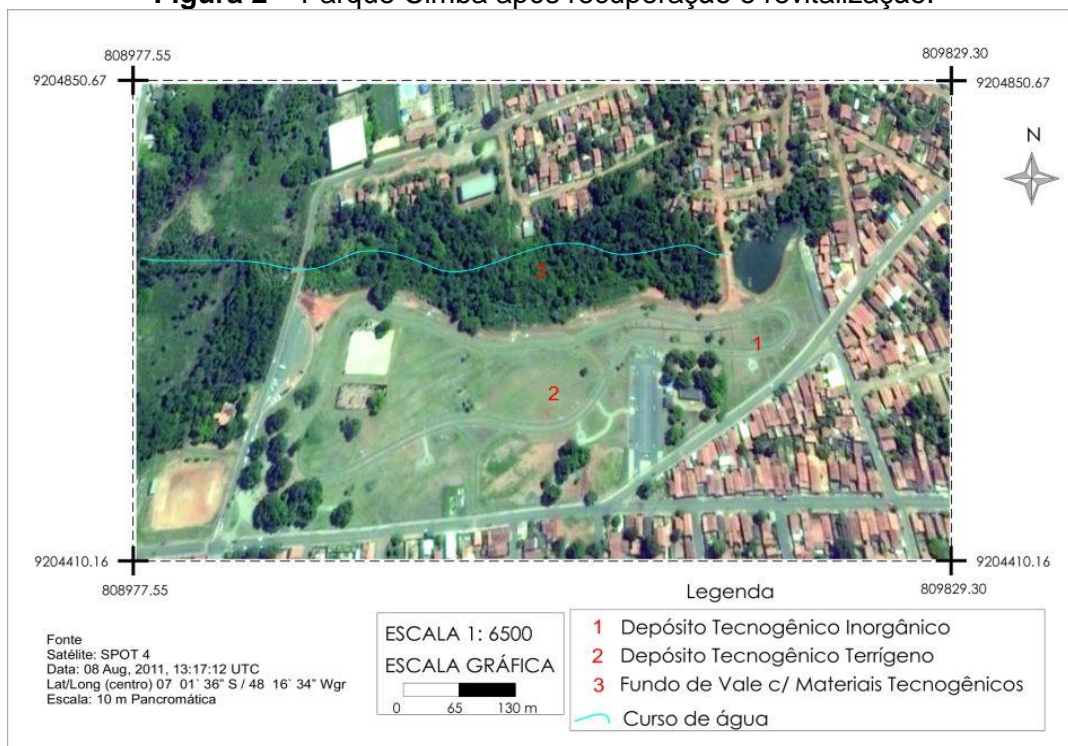
As soluções existentes para resolver os problemas de ordem ambiental, econômica e social causadas pelos DT são variadas conforme aumenta a heterogeneidade de materiais e o tempo de existência do depósito. As soluções adequadas nem sempre são executadas em função dos altos custos de remediação e tratamento, da extensão do problema e principalmente por falta de interesse por parte das administrações públicas. Ressalta-se ainda a falta de conscientização da população que costumeiramente descarta resíduos em lotes e erosões.

Figura 1- Depósitos Tecnogênicos no Parque Cimba.



Arte: MACHADO, C. A. (2011).

Figura 2 – Parque Cimba após recuperação e revitalização.



Arte: MACHADO, C. A. (2017).

Inúmeras áreas com DTs em Araguaína representam entraves ao crescimento urbano e provocam perdas econômicas com a não ocupação destes espaços que, somados, perfazem uma área de 95.041 m², com exceção

dos DTs existentes em APPs. Tendo em média o metro quadrado no valor de R\$ 75,00 obtêm-se o valor de R\$ 7.128.075,00 perdidos em negociação de lotes urbanos, de acordo com valores levantados em 2010 por Machado (2011).

Apenas em três áreas existem depósitos de grande porte e com moradias edificadas, tornando inviável a realocação do material, sendo a medida mais aceitável a retirada dos moradores e o isolamento da área para o emprego de técnicas de engenharia no isolamento e estabilização do corpo. Posteriormente, podem-se empregar técnicas ambientais para revitalização de áreas com menor periculosidade utilizando o plantio de espécies usadas em fitoremediação que podem ser aproveitadas para fins de lazer.

Deve-se ressaltar que a maior parte dos DT localizados em trabalhos de campo possui dimensões menores que 500 m² e de pouca profundidade, apresentando pouco volume e baixo custo para retirada pelos proprietários de lotes particulares e em áreas públicas pela Prefeitura Municipal. Infelizmente, inexistente a fiscalização e penalização por parte do poder municipal, sendo visível a proliferação de DT na área urbana de Araguaína.

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/REVITALIZAÇÃO EM AMBIENTES TECNOLÓGICOS

Medidas sociais

O rápido crescimento do núcleo urbano de Araguaína na última década aumentou o preço de lotes, sendo inviável a compra pelas populações pobres, as quais acabam por invadir ou adquirir terras em locais impróprios como os fundos de vales, encostas e com DTs. No tocante às áreas tecnológicas seria essencial que a administração pública adota-se as seguintes alternativas:

- Retirada dos moradores e realocação em áreas adequadas.
- Proibição de aterros em lotes urbanos com resíduos da construção civil e lixo urbano.
- Mapeamento e disseminação da informação sobre as áreas de risco.

- Fiscalização para o combate a invasão de terras e deposição ilegal de resíduos.

Medidas ambientais

Na cidade de Araguaína, principalmente nas áreas periféricas e na maioria dos casos de populações de classe baixa, a maior parte dos depósitos é de pequeno porte (100 – 200 m²) podendo ser retirados e descartados na área do Aterro de Resíduos Sólidos do município, que se localiza na estrada estadual TO-222 em direção ao município de Filadélfia.

Nos casos em que os DTs constituam em uma área de risco devido à instabilidade da encosta e do material tecnogênico, a área deve ser isolada e cercada para evitar trânsito ou construção de novas edificações. Após a análise do material tecnogênico e se este conter em sua composição a maior parte de elementos orgânicos (restos de árvores, madeiras, entre outros), a área pode ser isolada e com o plantio de árvores e gramas o processo de decomposição será acelerado e o material será estabilizado pelo crescimento das raízes. No caso da predominância de materiais tecnogênicos que contenham elementos químicos tóxicos (tintas, embalagens, entre outros), o material e o solo contaminado adjacente devem ser retirados e realocados em aterros adequados.

Para cada tipo de DT é necessário um tratamento diferenciado, principalmente aqueles localizados em terrenos inclinados e próximos a fundos de vale, os quais possuem maior periculosidade para construções civis. Em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, a solução geral para depósitos de maiores dimensões e que tem como maiores componentes materiais terrígenos e orgânicos tem sido a adequação destes locais para áreas verdes como parques e bosques em cidades como New York e Tucson, ressaltando-se que as espécies de gramíneas, arbustos e árvores são escolhidas de acordo com as novas condições do local, sendo uma mescla de nativas e exóticas (Pavao-Zuckerman, 2008).

A retirada de materiais tecnogênicos para a destinação em áreas adequadas como os aterros de resíduos sólidos ou o reaproveitamento dos resíduos da construção civil/doméstico resolveria parte do descarte ilegal e

esta medida seria viável para cerca de 12 depósitos em função de serem áreas de pequenas dimensões e com pouco volume de materiais sem custos elevados para tal operação.

Segundo Pavao-Zuckerman (2008), áreas com depósitos tecnogênicos nos Estados Unidos apresentaram significativas melhoras nas condições físicas, químicas e biológicas quando isoladas e estabilizadas por espécies vegetais (gramíneas, arbustos ou árvores para fins paisagísticos), resultando após alguns anos em áreas com disponibilidade para uso no lazer e com custos diminutos na recuperação.

As técnicas de engenharia para tratamento dos resíduos urbanos podem ser *in situ*, na qual as ações são realizadas para tratamento do contaminante no próprio solo, como por exemplo, o encapsulamento geotécnico confinando o material com barreiras de baixa permeabilidade, coberturas impedindo a entrada de águas das chuvas e o uso de barreiras verticais impedindo os fluxos horizontais para o solo adjacente. As técnicas *ex situ* compreendem a retirada do material para posterior tratamento, dentre as quais: a remoção e tratamento do solo por fito e bioremediação, incineração ou solidificação segundo Boscov (2008).

As técnicas de bioengenharia compreendem o uso de vegetação, produtos a base fibras vegetais, entre outros para proteção de encostas contra a erosão, as quais em substituição as obras de engenharias com o uso de concreto tornam-se mais economicamente e ambientalmente viáveis. Quando existem inclinações acentuadas e solos arenosos mais susceptíveis as águas pluviais, deve-se empregar o uso combinado de vegetação, biomantas e estruturas de madeiras para amenizar o volume e impacto das águas vertente abaixo.

Medidas econômicas

A retirada do material contido nos DTs requer o uso de verbas públicas, mas, o reaproveitamento dos resíduos já é realidade em algumas cidades brasileiras contando com a colaboração das empresas coletoras de resíduos

na destinação do material para moagem e produção de agregados para diversos fins.

Tais resíduos segundo Ângulo; Zordan; John (2001) são empregados com o devido tratamento na fabricação de tijolos, pavimentos, concreto simples, entre outros fins. Algumas cidades no Brasil como Belo Horizonte, Ribeirão Preto e São Paulo já possuem unidades para produzir artefatos com restos da construção civil e com preços menores que os similares comumente usados em casas e edifícios.

Os resíduos da construção civil podem ser aproveitados para diversos fins e de acordo com John (2009) a reciclagem de resíduos como material de construção, envolve os seguintes aspectos: a caracterização física, química e da microestrutura dos resíduos incluindo o seu risco ambiental; busca de possíveis aplicações dentro da construção civil, considerando as características dos resíduos; o desenvolvimento de diferentes aplicações, incluindo o seu processo de aplicação; análise do impacto ambiental do novo produto e a viabilidade financeira do produto desenvolvido.

O macro-complexo da construção civil envolvendo a retirada, transformação e uso de matérias-primas naturais consome entre 20 e 50 % dos recursos naturais da sociedade Sjöstrom (1996) apud John (2009), ressaltando que alguns recursos têm reservas limitadas. Atualmente, os resíduos da construção civil e de outras atividades são dispostos em aterros que permanecerão por tempo indefinido causando problemas a camada pedológica e águas subterrâneas, sendo a reciclagem a melhor forma a reduzir ao mínimo a quantidade de resíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Araguaína passa por um processo de crescimento acelerado sem que haja um planejamento adequado, o qual acarreta diversos problemas, principalmente os relacionados à infraestrutura e uso do solo com as técnicas adequadas. Devido à falta de planejamento urbano da cidade de Araguaína pelas diversas administrações, o tratamento dado à problemática dos depósitos tecnogênicos vem sendo negligenciado.

Cada projeto de recuperação e revitalização tem suas características próprias, sendo importante um diagnóstico detalhado dos problemas existentes e posteriormente o planejamento para minimizar e solucionar os impactos ambientais, sociais e econômicas de cada área, sendo possível empregar técnicas e métodos de outros casos testados anteriormente.

A dinâmica dos processos ambientais é variável no tempo e no espaço e as modificações mais acentuadas são o produto do processo de evolução de uma determinada área, as quais podem ser incorporadas ao ambiente local pelos componentes físicos ou biológicos, mesmo em áreas sob intensa atividade antrópica.

Para cada tipo de depósito tecnogênico é necessário um tratamento diferenciado, principalmente para aqueles localizados em terrenos inclinados e próximos a fundos de vale, os quais possuem maior periculosidade para construções civis. Em alguns países da Europa e nos Estados Unidos a solução geral para depósitos de maiores dimensões tem sido a adequação destes locais para espaços de recreação e áreas verdes.

REFERÊNCIAS

ANGULO, S. C.; ZORDAN, S. E.; JOHN, V. M. Desenvolvimento Sustentável e a Reciclagem de Resíduos na Construção Civil. In: **IV Seminário Desenvolvimento Sustentável e a Reciclagem na Construção Civil: Materiais Reciclados e Suas Aplicações**. São Paulo, 2001. p. 43-56.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do Solo**. Campinas: Ícone, 1993.

BRASIL . Departamento Nacional de Produção Mineral. **Projeto Radam**. Folha SB.22 Araguaína e parte da Folha SC.22 Tocantins. Rio de Janeiro: DNPM, 1974.

BOSCOVI, M. E. G. **Geotecnia Ambiental**. São Paulo, Oficina de Textos, 2008.

CSIMA, P. Urban Development and Anthropogenic Geomorphology. In: Szabó, J. et al. **Anthropogenic Geomorphology**, London: Springer, 2010, p. 179-187.

COSTA, I. A. A.; POTHIER-PARENT, S.; NASCIMENTO, M. B.; BRITTO, A. L. N. P. **Revitalização Urbana e Ambiental de Rios Urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: O caso do Rio Dona Eugênia em Mesquita**. Disponível em

<http://www.cchla.ufrn.br/appsurbanas/arquivos/Anais_APPS_2012/GT4-62-16-20120213093751.pdf>. Acessado em junho de 2017.

Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) **Resolução CONAMA** n° 369/2006. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>>. Acessado em junho de 2017.

JARDIM, R. M. **Revitalização de espaços urbanos ociosos como estratégia para a sustentabilidade ambiental: o caso do High Line Park no contexto do PlaNYC**. Dissertação de mestrado, PUC: Rio de Janeiro, 2012.

JOHN, V. M. **Desenvolvimento Sustentável, Construção Civil, Reciclagem e Trabalho Multidisciplinar**. Disponível em <www.reciclagem.pcc.usp.br/des_sustentavel.htm>. Acessado em junho de 2009.

LEHMANN, A.; STARH, K. Nature and Significance of Anthropogenic Urban Soils. In: **Journal os Soils and Sediments**, n° 07 (4), 2007. p. 247-260.

MACHADO, C. A.; OLIVEIRA, V. M. de Planejamento Ambiental Para a Cidade de Araguaína – TO. In: **Revista Interface**, Porto Nacional (TO), v.02, n° 02, maio 2005. p. 52-65.

MACHADO, C. A. **Gênese e Morfologia de Depósitos Tecnogênicos na Área Urbana de Araguaína (TO)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2012.

MENCK, J. R. F.; ROSSI, M; BERTOLANI, F. C.; COELHO, M. R.; FERNÁNDEZ, G. Á. V. **Projeto de Gestão Ambiental Integrada da Região do Bico do Papagaio**. Zoneamento Ecológico-Econômico. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN). Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). Araguaína. Solos da Folha SB.22-Z-D. Estado do Tocantins. Escala 1:250.000. Org. por Gonzalo Álvaro Vázquez Fernández. 2ª ed. Palmas, Seplan/DZE, 2004.

PAVAO-ZUKERMAN, M. A. The Nature of Urban Soils and Their Role in Ecological Restoration in Cities. In: **Restoration Ecology**. Vol. 16, n° 04, Dez. 2008. p. 642-649.

PELOGGIA, A. U. G. **O Homem e o Ambiente Geológico: Geologia, Sociedade e Ocupação Urbana no Município de São Paulo**. São Paulo, Xamã, 1998.

TER-STEPANIAN, G. The Beginning of Technogene. In: **Bulletin of International Association of Engineering Geology**. n° 38, 1988. p. 133-142. TOCANTINS (ESTADO) Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Diagnóstico dos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Lontra e Corda, na Região do Bico do Papagaio-TO**. Palmas: SEPLAN, 2001.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TIC: POSSIBILIDADE DIDÁTICA PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO NORTE DO TOCANTINS

Antônia Márcia Duarte Queiroz²⁹

Dislaine Dias dos Santos³⁰

INTRODUÇÃO

A sociedade e a educação estão encontrando dificuldades para adaptarem-se ao ritmo da evolução tecnológica e suas alterações no dia a dia das pessoas. Em um ritmo muito rápido e constante, essas tecnologias estão sendo incorporadas ao ensino. A título de exemplificação, a Educação a Distância (EAD) tem se tornado, no Brasil, uma forma de ensino muito popular nos últimos anos.

O papel do professor em cursos de educação a distância aos poucos se transforma e produz novas formas de mediar conhecimento, também no ensino regular pela utilização das plataformas Moodle, em parte da carga horária de muitos cursos presenciais. O professor se torna um organizador, orientador e facilitador de informação pedagógica. Atualmente, os estudantes se interagem, utilizando as mais diferentes formas para troca de informação e comunicação por meio de instrumentos digitais de acesso à internet, como as redes sociais Facebook, Whatsapp e outros.

Portanto, a universidade extramuros virtual é uma realidade que se desenvolve no Brasil e impetra novas modalidades de partilha de conhecimento, entre elas está a educação a distância. No entanto, os cursos presenciais ainda estão mais distantes de aderirem a processos de ensino-aprendizagem com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

²⁹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: amdqueiroz@yahoo.com.br.

³⁰ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: amdqueiroz@yahoo.com.br.

Nesse contexto e considerando as diversidades que constituem a realidade educacional do país, a educação de maneira geral, mais especificamente a educação em sua prática dialógica e interativa, vem enfrentando mudanças significativas em sua didática, seja na forma de avaliar, seja quanto à metodologia.

O papel da educação é bem significativo na e para a contextualização do conhecimento. As mudanças são expressivas com a inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como forma de partilhar informações, que são importantes para o processo de ensino-aprendizagem. Através de ferramentas tecnológicas, o tempo e o espaço já não são mais apropriados da mesma maneira, o que proporciona uma educação sem distância e tempo pré-determinado.

Nesse sentido, Santos (2006) vislumbra um novo período da história, o período técnico-científico informacional, composto por: a informação, o conhecimento instantâneo, o desenvolvimento da microeletrônica e da informática.

Santos (1994), em suas análises, considera que, por *tempo*, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama; por *espaço* vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos e em cada momento, mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo. Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, ou seja, como mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora.

Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. “Na verdade, o tempo e o espaço, por meio do lugar e do cotidiano, também incluem a multiplicidade infinita de perspectivas. Basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade” (SANTOS, 1994, p. 17).

Portanto, o tempo e o espaço adquirem novas formas de análise na medida em que o uso das TIC, por meio do computador e as redes virtuais,

produzidas pela internet, permitem o tempo de construção e partilha de conhecimento instantâneo, em espaços distintos, em qualquer parte do mundo. O que significa uma separação entre tempo/espaço; ou pode apresentar a troca de experiências e de conhecimentos em um mesmo espaço, ligado por redes virtuais ao mesmo tempo.

De acordo com o Ministério da Educação – MEC, o manuseio das tecnologias de informação e comunicação pode viabilizar processos educacionais, inserindo ferramentas que auxiliam e somam aos estudos “tradicionais” e que podem proporcionar novas práticas pedagógicas, com mais liberdade de ação. A apropriação das tecnologias de informação e comunicação pode ressignificar o conceito de conhecimento. Pois é notório que as novas tecnologias já estão inseridas em vários momentos no dia a dia das pessoas e com contribuição relevante no ensino. Assim, o conceito dos recursos didáticos assume um novo papel diante dos meios tecnológicos aplicados à educação.

Diante da apropriação das tecnologias, o conhecimento e a informação educativa suscitam um novo papel profissional docente. Esse veículo de conhecimento e informação assume papéis educativos e fornece conhecimentos sobre os elementos que viabilizam práticas pedagógicas relevantes na construção do conhecimento. Nesse sentido, urge repensar uma pauta de ensino de forma contextualizada à prática docente nos espaços virtuais.

O advento das TIC revolucionou a relação com a comunicação e a informação, pois, se antes a questão-chave era como ter acesso às informações, hoje elas estão por toda parte, sendo transmitidas pelos diversos meios de comunicação. Desse modo, a informação e a comunicação para produzir conhecimento podem deixar de ficar limitadas ao âmbito das instituições de ensino, tornando-se mais democratizada, e possibilitar maior acessibilidade para a sociedade como um todo.

O novo desafio que se apresenta na educação geográfica, frente a esse contexto, é de como orientar o aluno de forma a internalizá-lo na condição de conhecimento e, principalmente, como fazer para que ele saiba aplicar esse conhecimento de forma independente. O processo de ensino-aprendizagem em Geografia, nesse contexto, assume uma teoria que pode configurar ou

modificar seu comportamento e levá-lo a uma nova forma de ação de comunicação e informação. O professor dirige a experiência do aluno para que ele atinja, com a inter-relação das novas tecnologias, o objetivo principal – a aprendizagem. A natureza e a extensão dessa aprendizagem são particularizadas pelas categorias curriculares.

O fator principal do processo de ensino-aprendizagem em Geografia com as novas tecnologias é, sem dúvida, a presença de um estímulo que leve o aluno à ação. Esse estímulo pode ser por meio de diferentes códigos de comunicação utilizados para despertar no aluno os impulsos necessários para expressar e receber mensagens, com eficiência. Nesse caso, a sistemática de trabalho do professor de Geografia com as mídias abrange metodologia e critérios pormenorizados, visando a desenvolver no aluno habilidades básicas de inter-relações com o meio geográfico: transmitir e receber ideias sobre o universo geográfico.

As consequências culturais e sociais provocadas por uma nova tecnologia emergente não podem ser compreendidas isoladamente, pois, assim como os meios de comunicação, ora se integram e complementam, ora competem entre si. Na verdade, o uso da tecnologia no processo de aprendizagem do aluno, dependendo da concepção educacional, pode favorecer as diferentes formas de comunicação e representação de ideias. A característica de propiciar a interação e a construção colaborativa de conhecimento da tecnologia de informação e comunicação evidenciou o potencial de incitar o desenvolvimento de habilidades de escrever, ler, interpretar textos e de comunicação.

Um aspecto importante é levantado por Moran (2008), quando salienta que a informática e a internet enquanto ferramentas pedagógicas, precisam ser apropriadas e incorporadas pelos professores em suas práticas pedagógicas. Com o novo instrumento de trabalho fica garantido o acesso à informação, às novas mídias de comunicação e informação.

Nesse contexto, Pires (2012) afirma que a comunidade organizada dos geógrafos do Brasil e da América Latina precisa ter um posicionamento claro sobre qual é a alternativa mais viável no embate. Certamente, devemos atuar e garantir a liberdade de uso da tecnologia do software, em nosso meio, no exercício ético e cotidiano de nossas atividades profissionais, para não nos

excluímos, voluntariamente ou involuntariamente, das tendências futuras de crescimento e aperfeiçoamento de nossa formação científica e cidadã.

O autor conclui que é necessária a defesa dos direitos à universalização do acesso à Internet para inserção no ciberespaço, através da promoção de políticas públicas favoráveis à redução de custos para aquisição de equipamentos (hardware), implantação do software livre e expansão do acesso público.

Assim, as tecnologias educativas podem contribuir para a educação como uma proposta didático-pedagógica capaz de permitir o estabelecimento da interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem.

Além disso, viabiliza a construção de novos conhecimentos, articulando-os com os demais espaços que trabalham igualmente com a sua produção e divulgação. O professor de geografia, por exemplo, tem como vantagem o acesso mais rápido às novas configurações espaciais e territoriais, às transformações geopolíticas e imagens em tempo real, que se transformam, mais rapidamente, em ferramentas para uso didático na educação. Daí a necessidade de um compromisso coletivo por meio do qual se possa passar aos discentes um novo sentido das tecnologias educacionais, como fonte de renovação do método de ensino.

É imprescindível compreender as novas ideias e os conceitos digitais, visto que visualizam as extremidades das práticas geográficas do mundo, dando um sentido novo ao conhecimento. Desta forma, implica um conhecimento crítico da realidade na qual se desenvolve o trabalho do professor, com a criação de novas e diferentes formas de ensinar a geografia, com conteúdos suscetíveis de diferentes interpretações. Como enfatiza Cavalcanti (2002):

Esse enriquecimento das diferentes interpretações na Geografia conduz à necessidade de reformular categorias e conceitos para compreender melhor o movimento da sociedade, para refletir sobre a problemática espacial à luz das contribuições de uma teoria social crítica. Conceitos como os de estado, nação, cultura, imperialismo, dependência, centro, periferia, marginalidade, muito importante no pensamento geográfico, estão sendo colocados em questão, sobretudo com a globalização da sociedade, seja por ganharem conotações substancialmente novas, seja por terem perdido seu poder explicativo (CAVALCANTI, 2002, p. 16).

O mundo em movimento reflete na ação educativa e, através disso, cria influências múltiplas, que exigem do professor um redimensionamento de sua ação, já que o trabalho envolve o conteúdo da geografia e a preocupação em trabalhar com diferentes e complexos tipos de valores.

Com o avanço da tecnologia, o ensino nas mais diferentes áreas, especialmente na Geografia, tem como pano de fundo a perspectiva de processos que são evidenciados com as mudanças na estrutura epistemológica. Sobre esse aspecto, Castrogiovanni (1998) destaca:

Com as tecnologias modernas, os meios de comunicação passam a orientar, a conduzir o comportamento social. Eles ultrapassam as fronteiras políticas e culturais. Rompem com as barreiras lingüísticas, com os regimes políticos e religiosos, com as desigualdades e diversidades socioeconômicas (CASTROGIOVANNI,1998, p. 83).

Essa ferramenta de integração do aluno ao ensino da Geografia pode ajudar no desenvolvimento do ambiente problematizador, em que questões são colocadas para discutir e refletir sobre assuntos variados. Constituindo esse ambiente, o contato dos estudantes com as leituras dos textos veiculados pelas mídias precisa ser orientado de modo a possibilitar que se possa distinguir o contexto em que os artigos foram produzidos. Pelo viés da didática, através de meios de comunicação de massa e enciclopédias ao trabalhar o senso crítico nos relacionamentos estabelecidos por meio das mídias, Castrogiovanni (1998) ressalta:

Com a globalização há uma tendência de tornarem-se tudo representações estilizadas, realidades pasteurizadas e virtuais. O específico precisa ser homogeneizado, integralizado nos padrões universais. Tudo se globaliza, como se as coisas, as pessoas e as idéias se transfigurassem pela magia da multimídia. É preciso perceber não mais pelas emoções, pelas experiências, mas pelas sensações provocadas pelos meios de comunicação. São eles que nos robotizam os sentimentos (podem existir ainda sentimentos?). [...] É básico que o ensino da geografia, principalmente no ensino fundamental, analise e textualize o locacional, as diferenças, os conflitos e as ansiedades dos alunos (CASTROGIOVANNI,1998, p. 84).

Seguindo nessa premissa, nota-se que a globalização anuncia tendências midiáticas que podem transformar os docentes e discentes reprodutores de padrões universais globalizantes, em todas as áreas de

atuação, inclusive interferir na subjetividade do ensino/aprendizagem, transformando-os em meros reprodutores de informações e não em produtores de novos conhecimentos.

Desse modo, a educação geográfica está diante de grandes desafios. Entre eles, está a necessidade de criar dinâmicas capazes de estabelecer o diálogo entre as diferentes formas de linguagem, bem como compreender as diferentes formas de representação e comunicação que as novas tecnologias possibilitam e que estão disponíveis.

DA TEORIA À PRÁTICA: INICIAÇÃO ÀS TIC PARA O ENSINO, AOS ESTUDANTES DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UFT

Na modernidade, surgem novos paradigmas oriundos das TIC, os quais transformam a concepção de tempo e espaço para o ensino e aprendizagem geográficos virtuais. Revelando diferentes metodologias, gera um processo de transformação didático-pedagógico constante, em que todos têm um papel importante a desempenhar. Esse papel na Geografia virtual se apresenta a partir da compreensão do método de análise escolhido pelo pesquisador, que, necessariamente, não precisa ser rigoroso e complexo, mas servir para apontar linhas de reflexão.

A importância dessa análise deve-se ao fato de possibilitar refletir sobre o paradigma da geografia defendido por alguns autores, qual seja, considerar o tempo indissociável do espaço, pois, na atualidade, haveria uma transformação possível para outra construção. A partir das TIC, essa construção pode tecer redes virtuais que podem separar o tempo e o espaço.

Em outro momento, fizemos essa discussão mostrando que “o docente ou discente pode estar em qualquer espaço do planeta em tempo real, com contato instantâneo que permite que aconteça o ensino a distância, por meio da produção e troca de conhecimento geográfico *on-line*” (QUEIROZ & SANTOS, 2015, p.157).

A produção de conhecimento nos espaços virtuais interessa a vários setores da sociedade, mas, principalmente, atende aos interesses de produção de modo geral, de ensino, da economia e aos anseios políticos sociais.

Seguindo nesse propósito, faz-se necessário traçar estratégias para a formação inicial dos professores. Essa formação deve priorizar, a princípio, o contato do estudante da graduação com o instrumento, o computador e, posteriormente, conduzi-lo a refletir sobre as possibilidades de aprendizagem disponíveis no espaço virtual disponibilizado pelas TIC.

De acordo com o Censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, o computador, em domicílios no Brasil, mais que triplicou, subindo de 10,6% para 38,3%, contudo não representa nem a metade das casas do país. Já no concernente ao acesso à internet, 30,7% dos domicílios têm acesso a essa ferramenta. No contexto regional, o Sudeste tem 39,6% dos domicílios com computador que acessa à internet, e o Norte, com 15,4%.

Tabela 01 – Computador e acesso à internet em domicílios no Brasil.

Brasil/ Computador	38,3%
Brasil/Computador com internet	30,7%
Região sudeste/computador com internet	39,6%
Região norte/computador com internet	15,4%

Fonte: IBGE (Censo-2010).

Os números da tabela 01 revelam que, no Brasil, nem 40% da população possuem computador e computador com acesso à internet em domicílio. Em relação ao acesso ao computador com internet nas regiões do país, a região Sudeste, se comparada à região Norte, apresenta um percentual significativo. Isso mostra a necessidade de inclusão digital no Norte e, sobretudo, a importância do projeto supracitado na formação inicial dos professores do norte do Tocantins.

Tabela 02 – Brasil: infraestrutura digital das escolas no campo (2011).

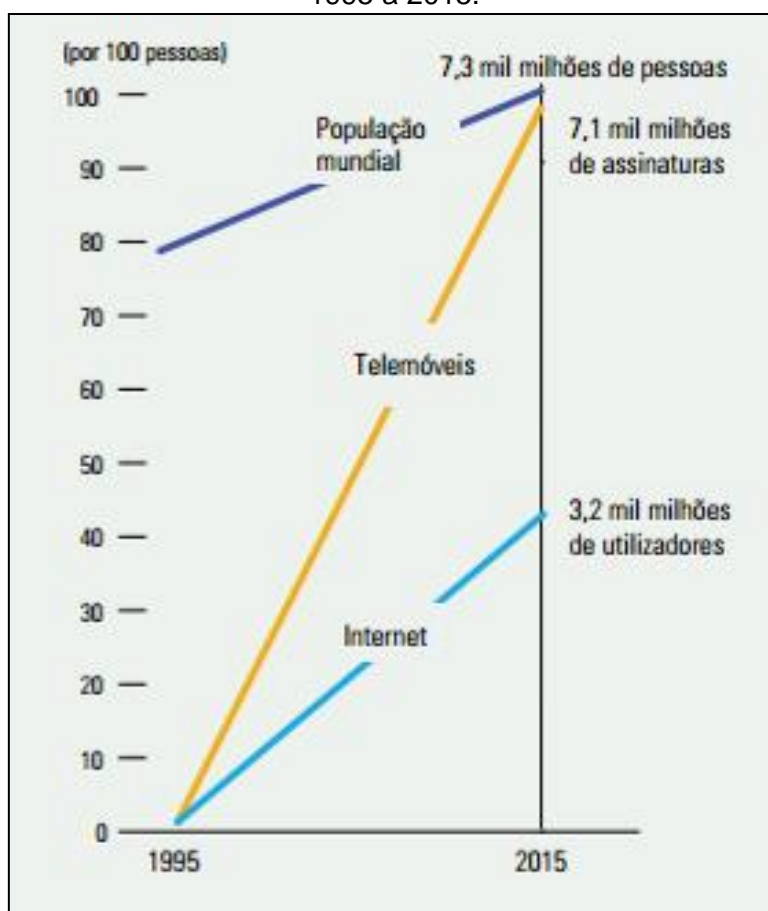
Recursos e Infraestrutura	Nº de Escolas Campo	%
Escolas	76.229	100
Sem Internet	68.651	90,06
Sem Internet Banda Larga	71.759	94,14

Fonte: PNAD/INEP/DPECIRER.

Os dados da tabela 02 nos permitem identificar a falta de acesso às TIC para a educação. Isso porque revela que nem 40% da população brasileira

possuem computador com internet em domicílio. Portanto, verificamos que a situação do acesso ao computador e à internet para a educação e ensino é ainda mais alarmante nas escolas rurais. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 74% das escolas urbanas possuem banda larga. Porém, isso não significa acesso à educação e ao ensino.

Figura 01 – Evolução do uso do telefone móvel e internet pela população mundial, 1995 a 2015.



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano (2015). Disponível em: <http://report.hdr.undp.org/>. Acesso em dezembro de 2016.

Os dados da Figura 01 revelam que o acesso à internet por telefones móveis segue em crescimento constante. Assim, torna-se evidente o uso das TIC por intermédio das redes sociais. Isso pode ser significativo para a educação na construção didático-pedagógica direcionada aos processos de ensino-aprendizagem. Portanto, o acesso mediado pelo professor às TIC pode contribuir, de maneira efetiva, na formação docente como um todo.

Desse modo, é fundamental que o estudante de graduação tenha contato com os instrumentos digitais, percebendo suas potencialidades educativas. Com o escopo de alcançar maior contato com o instrumento digital no ensino-aprendizagem, iniciamos o projeto no primeiro semestre de 2017, colocando-o em prática com os estudantes do terceiro período de Geografia, que cursam a disciplina Didática, no laboratório de informática - LABGEO na UFT. De posse do material teórico, direcionamos a produção do jogo QUIZ.

Destacamos que, para alguns estudantes, o computador já faz parte do seu dia a dia, todavia, para muitos, o manuseio desse instrumento ainda é um grande desafio. Apesar do significativo aumento do acesso à internet, notamos que o acesso às TIC e às mídias para a educação e o ensino, de modo geral, ainda é deficiente em muitas regiões do Brasil.

Fotografia 01 – Abordagem teórica: caminhos para a construção do jogo.



Fonte: Arquivo pessoal (QUEIROZ, A. M. D., 2017).

A fotografia 01 mostra a abordagem teórica, na qual iniciamos falando sobre a importância do lúdico para o ensino-aprendizagem. Apresentamos os caminhos para acesso aos comandos do computador, como encontrar os programas, nesse caso, o PowerPoint, as ferramentas, como inserir os botões de ação, som. Enfim, buscamos direcioná-los, passo a passo, para a construção de um QUIZ.

Pudemos perceber que, mesmo a tecnologia estando cada vez mais desenvolvida e presente na vida do homem moderno, e as TIC se interligando com as pessoas, poucos estudantes possuem habilidades com o uso do computador. As crianças e adultos, de modo geral, têm contato com o

computador e telefones móveis, contudo desconhecem a maioria das funções desses aparelhos digitais. Além disso, não sabem utilizar sua potencialidade para a formação e o crescimento intelectual. As crianças, com toda sua capacidade cognitiva e curiosidade voltadas ao uso da informática, vêm se desenvolvendo parcamente, quando se trata do ambiente de aprendizagem.

É importante destacar que, a despeito do contato com o mundo virtual, muitas pessoas ainda têm dificuldades em dominar o básico da informática. Nos ambientes acadêmicos, muitos dos universitários não conseguem dominar ou, simplesmente, manusear de forma adequada os básicos softwares. Mas não só apenas os universitários, muitos dos graduados e professores de ensino básicos ainda sofrem desse “pânico” de computadores.

Em outras palavras, constatamos que, mesmo tendo contato diariamente com a informática através das redes sociais, vários docentes ainda sentem medo de aderirem às nuances oriundas da era digital. Mas fato indiscutível é que o ambiente virtual é uma das formas que podem ser utilizadas para melhorar o processo educativo de crianças e adolescentes nas escolas públicas.

Fotografia 02 – Apresentação do modelo do jogo digital.



Fonte: Arquivo pessoal (QUEIROZ, A. M. D., 2017).

Ao analisarmos a Fotografia 02, percebemos que muitos universitários ainda sentem dificuldades quanto aos sistemas operacionais na educação, ou seja, aversão aos meios tecnológicos do Word e PowerPoint. Podemos notar

que as dificuldades com os ambientes virtuais estão relacionados, não raras vezes, com o histórico pessoal do estudante. Parte significativa dos universitários teve seu primeiro contato direto com computadores quando adentraram no ensino superior. Isto é, no ensino básico, não lhes oportunizaram um contato mais direto com tais máquinas. Com isso, muitos ainda não conseguem desenvolver trabalhos acadêmicos com o uso da informática.

A propósito, não somente os professores de escolas públicas sentem dificuldades quando se trata de fazer uso da tecnologia na área de educação, muitos docentes das academias brasileiras, inclusive profissionais com pós-graduação, ainda se sentem inseguros em usar os aparelhos digitais.

Muitos dos estudantes que dominam o básico da informática são vindos de cidades consideradas de portes médios ou grandes, oposto dos estudantes provenientes de assentamentos rurais, cidades relativamente pequenas e de interiores.

Fotografia 03 – Construção do jogo Lúdico: QUIS.



Fonte: Arquivo pessoal (QUEIROZ, A. M. D., 2017).

A Fotografia 03 mostra que os estudantes estavam atentos e interessados na apresentação dos direcionamentos para o desenvolvimento do jogo lúdico a partir das TIC. Isso só agrega à disciplina de Geografia, a qual é considerada por muitos dos estudantes da rede básica uma matéria "chata e sem vida", porém, quando começamos a utilizar os meios tecnológicos de

formas diversas, o estudante passa a conhecer outros caminhos para o conhecimento, dentro e fora da sala de aula. Logo, o discente começa a perceber que a Geografia não é apenas mapas para decorar.

O momento do desenvolvimento do projeto foi bastante relevante, pois nos permitiu reafirmar a importância da inserção das TIC na formação inicial e continuada dos professores na região norte do Tocantins e Amazônia. Essa importância se faz presente porque muitos professores, ao longo de sua trajetória, nunca tiveram oportunidade de se capacitar ou aperfeiçoar para o uso das diversas tecnologias voltadas para o ensino. Tal cenário é responsável por privar aos estudantes de uma sala de aula diferenciada e mais atrativa.

Para o ensino da Geografia, o ambiente virtual é uma “porta” para o aluno conhecer um mundo totalmente diferente, um mundo diferente da sua realidade cotidiana e distante da monotonia com a qual, muitas vezes, é apresentado ao universo geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho vem contribuir no debate das TIC para a educação, na medida em que traz à luz o debate em torno da formação inicial e continuada de professores de Geografia, com o intuito de que sejam mais providos de habilidades para a atuação profissional, em meio às transformações de uma sociedade regida por diversificados e modernos aparatos tecnológicos.

Já se vislumbra um novo cenário, uma vez que as políticas públicas para a educação no Brasil começam a se orientar para a importância das TIC na educação, distribuindo, por exemplo, computadores para os estudantes e para professores. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura admite a importância de uma reflexão no momento em que o país tem investido em TIC nas escolas públicas. Estas, por sua vez, começaram a perceber a necessidade de infraestrutura e corpo docente capacitado para as novas tecnologias. A distribuição do equipamento faz parte da política de tecnologias da informação e da comunicação (TIC), por isso as escolas e os professores estão sendo estimulados a investir na sua qualificação.

Não obstante, há pouco a se comemorar. Não bastassem as dificuldades que muitos professores têm em relação a alguns softwares básicos na sala de aula, existem outros problemas que acometem o Brasil, tais como a falta de recursos necessários para se utilizarem os materiais virtuais dentro e fora da sala de aula. Além disso, algumas escolas possuem esses recursos, mas faltam profissionais adequados e professores capacitados para atuar nos laboratórios de informática.

Na verdade, o conhecimento geográfico inserido nesse contexto pode se orientar para outras reflexões em busca de estratégias educativas de interpretação e problematização dos fenômenos inseridos ou disponibilizados nas TIC.

Dessa forma, a relevância dessa análise para a Geografia evidencia estudantes que, apesar de dominarem as redes sociais por meio dos telefones móveis, estão desconectados das possibilidades geradoras das TIC na construção de novos conhecimentos.

Sendo assim, a iniciação do projeto de pesquisa com os estudantes do terceiro período do curso de Geografia da UFT, realizado no laboratório de informática, que culminou na construção de um QUIZ, serviu para reafirmar a base teórica e uma análise *in loco* sobre como o estudante se comporta no ambiente das TIC. Portanto, foi possível identificar dificuldades dos estudantes e, principalmente, pudemos verificar possibilidades de construção didática na formação inicial e continuada dos professores de Geografia no norte do Tocantins.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC - Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental - PCN: **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTROGIOVANNI, A. et. al. (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

MORAN, J. M. Interferências dos meios de comunicação no nosso conhecimento. In: **Revista INTERCOM** - Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, v. 17, nº 2, jul./dez. de 1994.

PIRES, H. F. A. Geografia da internet e do ciberespaço na América Latina. Inserção da América Latina no mundo contemporâneo. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, São Paulo, 2004. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/93782882/Geografia-da-Internet-e-do-Ciberespaco-na-America-Latina-Artigo>>. Acessado em agosto de 2015.

QUEIROZ, A. M. D.; SANTOS, R. J. Produção de Conhecimento Geográfico Virtual: Abordagens sobre tempo/espaço. In: **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, nº 26, 2015, p. 152-168. Doi: 10.12957/geouerj.2015.6826

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo. Hucitec, 1994.

TORNERO, J. M. P. **Comunicação e Educação na sociedade da informação: Novas Linguagens e consciência crítica**. Portugal: Porto Editora, 2007.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015**. Palmas: Conselho Universitário (CONSUNI); UFT, 2011.

_____. **Projeto Pedagógico-Institucional (PPI)**. Palmas: UFT, 2007.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE ARAGUAÍNA (TO)

Luciano da Silva Guedes³¹

INTRODUÇÃO

Comumente, nos meios acadêmicos e instituições de pesquisa, a escolha de áreas de trabalho recai em bacias hidrográficas, que compõem áreas em geral facilmente individualizáveis e de simples caracterização. Todavia, no Brasil, o uso de limites político-administrativos (municípios, regiões) é comum em planejamentos ou estudos ambientais, quando coordenados ou realizados por instituições governamentais. Tais limites são justificados pela disponibilidade de dados socioeconômicos, censitários e de infraestrutura.

Para este trabalho adotou-se como unidade espacial a Microrregião Geográfica de Araguaína. A escolha se justifica pelo fato do Estado do Tocantins não adotar oficialmente essa divisão territorial para fins administrativos, o que resulta em pouca produção bibliográfica quando se refere aos dados em nível de microrregião no estado.

Segundo o IBGE (1990), as microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tão pouco o caráter de serem únicas devido a sua articulação a espaços maiores à Mesorregião à Unidade da Federação, quer a totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estruturação de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da

³¹ Universidade Federal do Tocantins – UFT. Curso de Geografia/Campus de Araguaína. Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire. E-mail: lucianoguedes@uft.edu.br.

presença de elementos do quadro natural ou de relações socioeconômica particulares.

Para efeito de divisão territorial e administrativa, o governo do estado do Tocantins está criando e implantando dezoito Regiões Administrativas cuja conclusão está prevista para 2020.

O estado do Tocantins é o mais jovem da república federativa brasileira, resultado da divisão do estado de Goiás por determinação da Constituição de 1988, sendo efetivamente implantado em 1º de janeiro de 1989. Está localizado entre os paralelos 5º 10' 06" e 13º 27' 59" de latitude sul e entre os meridianos 45º 44' 46" e 50º 44' 33" de longitude oeste. Apresenta uma extensão territorial de 277.620,914 km² e uma população estimada em 1.383.453 de habitantes, distribuída em 139 municípios. Limita-se com os estados de Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso (IBGE, 2010).

O estado exibe características climáticas e físicas comuns à Amazônia Legal e à zona central do Brasil, caracterizado no contexto como uma área de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado, com predomínio desse último que cobre uma área de 90% e representa 12% da área total do cerrado brasileiro. Apresenta um regime sazonal pluviométrico tipicamente tropical, com máximas no verão e mínimas no inverno, onde 70% das chuvas se concentram entre os meses de novembro a março com maior concentração no trimestre janeiro, fevereiro e março (TOCANTINS, 2003).

O relevo é resultante da evolução de fatores morfoclimáticos e caracteriza-se pela presença de diversas superfícies distribuídas em níveis altimétricos diferenciados, constituindo quatro grandes compartimentos geomorfológicos, a saber: Planaltos da Bacia Sedimentar do São Francisco, Depressões do Araguaia-Tocantins, Planície do Bananal e Planaltos Residuais do Interflúvio Araguaia-Tocantins (TOCANTINS, 2003).

Segundo Cavalcante (1999), o processo histórico de ocupação do território tocantinense, antigo norte goiano, é muito antigo e tem marcas da colonização portuguesa, fortemente voltada à mineração e posteriormente à agricultura e pecuária. Com o declínio da mineração, a Coroa Portuguesa procurou reestabelecer o fluxo comercial da região por meio da ligação comercial com o litoral, via capitania do Pará, usando a navegação nos rios Tocantins e Araguaia.

Ainda de acordo com Cavalcante (1999), tal alternativa de desenvolvimento da região levou ao estímulo da agropecuária e ao povoamento das margens dos rios Tocantins e Araguaia. Esse modelo de ocupação foi dinamizado com o avanço da fronteira econômica induzido pela implantação da rodovia BR-153 (conhecida também como BR-010, Belém-Brasília ou Transbrasiliana) e de vias transversais. Esse caráter indutor da rodovia BR-153 possibilitou a implantação e o crescimento de inúmeros núcleos urbanos ao longo de seu traçado, fundamentando a estruturação daquela que, mais tarde, seria a rede urbana do estado do Tocantins. Este eixo rodoviário passou posteriormente a concentrar a disponibilidade de infraestrutura econômica, ligações de estradas e energia elétrica.

Para Ajara et. al. (1991) a construção da BR-153 trouxe um incremento populacional e intensificou o fluxo de migrantes. Nos anos 1970, alterou-se significativamente o sentido “espontâneo” das frentes migratórias, deixando de ser essencialmente maranhense e incorporando as frentes goianas, mineiras e paulistas. Isso projetou a privatização das terras e a mercantilização da economia regional.

Duarte et. al. (2010), coloca que a rodovia BR-153 não teve somente um sentido de integração, mas também de viabilizar a expansão de atividades agropecuárias através de incentivos fiscais para os grandes empresários (goianos, paulistas, mineiros). Esta rodovia possibilitou articulação entre “os de fora” e as elites locais de Tocantins para melhor usufruir da região, principalmente com a expansão da fronteira agrícola. Em decorrência disso, uma boa parte das comunidades locais sofreu um amplo processo de migração forçada se aglomerando em núcleos urbanos ao longo da BR-153, alterando significativamente seu modo de vida, buscando agora, na cidade uma nova forma de sobrevivência.

Após a implantação da BR-153, segundo Duarte et. al. (2010) o processo de urbanização ocorreu de forma heterogênea no Tocantins privilegiando as cidades localizadas ao longo da rodovia, principalmente na margem esquerda do rio Tocantins, cidades estas, que em função do (des)envolvimento trazido pela rodovia, sofreram intensas transformações sócio-espaciais. A rodovia Belém-Brasília também vai ter um papel de suma

importância para a agropecuária sendo a principal via de escoamento da produção, o que dinamiza ainda mais esta atividade.

No final dos anos 1980, a criação do estado do Tocantins e a construção da capital (Palmas) promoveram melhorias na distribuição e na qualidade da infraestrutura básica (adensamento da malha de transportes, geração e distribuição de energia elétrica). Os indicadores socioeconômicos foram sendo melhorados com o continuado processo de implantação de infraestrutura e de programas sociais.

A economia tocantinense é fundamentalmente baseada em serviços, setor que vem perdendo espaço para o setor secundário, em função das mudanças fundamentais na matriz produtiva, em direção a uma maior industrialização. A dinâmica agropecuária é marcada pelo aumento da produção agrícola de grãos de arroz e soja (principal produto de exportação) e pelo aumento da exportação de carne bovina (pecuária de corte).

De acordo com o IBGE (2010), no último quinquênio o Tocantins teve crescimento urbano, de 3,8% ao ano, enquanto a população rural decresceu 0,9% anualmente. Os ritmos de crescimento populacional e do Produto Interno Bruto (PIB) superaram as médias nacionais. Entretanto, o Tocantins continua com baixa densidade populacional (4,5 hab./km²) e renda per capita (R\$ 3.776,00/ano).

A fim de ilustrar as transformações impostas ao estado do Tocantins após sua criação, fez-se uma breve caracterização da microrregião geográfica de Araguaína a partir de dados socioeconômicos, como forma de compreender a sua importância no processo de consolidação e desenvolvimento do estado.

DADOS SOCIOECONÔMICOS DA MICRORREGIÃO DE ARAGUAÍNA

O Tocantins está dividido em duas mesorregiões e oito microrregiões (Tabela 01), sendo cinco microrregiões pertencentes a mesorregião Ocidental e três a mesorregião Oriental.

Tabela 01 – Microrregiões do Estado do Tocantins

Nome da Microrregião	Área em km²	População	Número de Municípios
Bico do Papagaio	15.767,856	198.388	25
Araguaína	26.493,499	278.709	17
Miracema do Tocantins	34.721,860	145.535	24
Jalapão	53.416,435	65.705	15
Porto Nacional	21.197,989	304.110	11
Rio Formoso	51.405,340	112.020	13
Gurupi	27.445,292	127.816	14
Dianópolis	47.172,643	118.377	20
Total	277.621,858 km²	1. 350.660	139

Fonte: IBGE/SIDRA, 2010.

A Microrregião Geográfica de Araguaína pertence à Mesorregião Ocidental do Tocantins e está localizada na porção norte do Estado (Figura 01). Possui uma área entorno de 26.000 Km² e uma população estimada em 278.709 mil habitantes (IBGE/SIDRA, 2010). É composta por 17 municípios (Tabela 02), entre eles o de Araguaína, que dá nome a microrregião e é o 2º mais importante centro econômico e populacional do Estado do Tocantins, ficando atrás apenas da capital Palmas.

Figura 01 – Localização da Microrregião Geográfica de Araguaína no contexto estadual



Fonte: elaboração do autor.

Tabela 02 – Municípios que compõem a Microrregião de Araguaína com suas respectivas populações.

Municípios	População
Aragominas	5.882
Araguanã	5.030
Araguaína	150.484
Arapoema	6.742
Babaçulândia	10.424
Bandeirantes do Tocantins	3.122
Carmolândia	2.316
Colinas do Tocantins	30.838
Filadélfia	8.505
Muricilândia	3.154
Nova Olinda	10.686
Palmeirante	4.954
Pau d' Arco	4.588
Piraquê	2.920
Santa Fé do Araguaia	6.599
Wanderlândia	10.981
Xambioá	11.484
Total	278.709

Fonte: IBGE/SIDRA, 2010.

Para melhor explicitar as diversidades da Microrregião de Araguaína, levantou-se alguns dados dos municípios que a compõem, com ênfase na população total por sexo, PIB, ano de criação dos municípios e distribuição da população urbana e rural.

Sendo assim, na Tabela 03, tem-se o número de habitantes total, bem como sua distribuição de acordo com o sexo (homens e mulheres), dos 17 municípios da microrregião.

Tabela 03 – Distribuição da População total e por sexo nos municípios da Microrregião de Araguaína.

Municípios	Homens	Mulheres	Pop. Total
Aragominas	3.138	2.744	5.882
Araguanã	2.584	2.446	5.030
Araguaína	73.587	76.897	150.484
Arapoema	3.447	3.295	6.742
Babaçulândia	5.540	4.884	10.424
Bandeirantes do Tocantins	1.692	1.430	3.122
Carmolândia	1.206	1.110	2.316
Colinas do Tocantins	15.288	15.550	30.838
Filadélfia	4.470	4.035	8.505
Muricilândia	1.697	1.457	3.154
Nova Olinda	5.576	5.110	10.686
Palmeirante	2.659	2.295	4.954
Pau d' Arco	2.459	2.129	4.588
Piraquê	1.626	1.294	2.920
Santa Fé do Araguaia	3.417	3.182	6.599
Xambioá	5.907	5.577	11.484

Fonte: IBGE/SIDRA, 2010.

Diante dos dados acima, percebe-se que a maior população está concentrada no município de Araguaína, um dos maiores em extensão territorial da microrregião. Ressalta-se, ainda, que este município apresenta certo grau atrativo no que diz respeito às demais atividades, nos ramos industrial, transporte e educação, atrelados à sua posição estratégica, ou seja, a localização junto às margens da BR-153.

Ajara et. al. (1991) afirma que, com a implantação da BR-153, Araguaína ganhou importância devido à expansão e consolidação da pecuária na região, responsável pelo aparecimento de pequenos núcleos urbanos. Dessa forma, fica claro que a economia rural reflete diretamente na formação do urbano na medida em que direciona os processos econômicos e financeiros do estado do Tocantins.

Araguaína é uma área em crescente expansão urbana, com uma economia pautada principalmente na pecuária extensiva e nos setores secundário e terciário. Devido ao crescimento acentuado entre as décadas de 1970 a 2000, passando de aproximadamente 38.000 para 150.000 habitantes, um aumento de 394%, num intervalo de 50 anos, a cidade constitui-se num pólo de atração regional provocando o surgimento de problemas sociais e ambientais (GUEDES & ROCHA, 2008).

Em relação à distribuição da população de acordo com a situação, rural e urbana (Tabela 04), os números apresentam-se bastante diferenciados, principalmente nos municípios Araguaína, Xambioá, e Colinas do Tocantins. Nestes, a grande maioria da população reside na área urbana, chegando a uma taxa de urbanização de aproximadamente 95%, fato esse diferenciado nos municípios de menores extensões territoriais, onde grande parte de sua população está localizada no meio rural, em virtude principalmente de terem sido emancipados politicamente nos últimos 15 a 20 anos. Estes eram distritos rurais dos municípios mais antigos, como Araguaína, Xambioá e Filadélfia, permanecendo ainda uma característica rural bastante forte nesses municípios.

Neste sentido, pode-se observar na Tabela 05, que na microrregião em questão, o processo emancipatório (criação de novos municípios) foi acentuado a partir de 1993, destacando-se, que o município de Araguaína foi um dos que mais perdeu área na criação dos novos municípios, porém continua sendo o maior em área territorial da microrregião.

Tabela 04 - Distribuição da população urbana e rural nos municípios da Microrregião de Araguaína.

Municípios	Urbana	Rural	Total
Aragominas	2.230	3.652	5.882
Araguanã	3.386	1.644	5.030
Araguaína	142.925	7.559	150.484
Arapoema	5.455	1.287	6.742
Babaçulândia	4.929	5.495	10.421
Bandeirantes do Tocantins	1.685	1.437	3.122
Carmolândia	1.824	492	2.316
Colinas do Tocantins	29.607	1.231	30.838
Filadélfia	5.538	2.967	8.505
Muricilândia	2.017	1.137	3.154
Nova Olinda	7.465	3.221	10.686
Palmeirante	1.926	3.028	4.954
Pau d' Arco	2.900	1.688	4.588
Piraquê	1.122	1.798	2.920
Santa Fé do Araguaia	4.374	2.225	6.599
Xambioá	9.738	1.746	11.484

Fonte: IBGE/SIDRA, 2010.

Tabela 05 - Ano de criação dos municípios da Microrregião de Araguaína e suas respectivas origens administrativas.

Municípios	Data da Fundação	Desmembramento	Município desmembrado
Aragominas	20/02/1991	01/01/1993	Araguaína
Araguanã	20/02/1991	01/01/1993	Araguaína
Araguaína	14/11/1958	01/01/1989	Araguaína
Arapoema	07/11/1963	01/01/1989	Arapoema
Babaçulândia	23/07/1953	01/01/1989	Babaçulândia
Bandeirantes do Tocantins	26/05/1994	01/01/1997	Arapoema
Carmolândia	20/02/1991	01/01/1993	Araguaína
Colinas do Tocantins	23/10/1963	01/01/1989	Colinas de Goiás
Filadélfia	08/10/1948	01/01/1989	Filadélfia
Muricilândia	20/02/1991	01/01/1993	Araguaína
Nova Olinda	10/06/1980	01/01/1989	Nova Olinda
Palmeirante	20/02/1981	01/01/1993	Filadélfia
Pau d' Arco	20/02/1991	01/01/1993	Arapoema
Piraquê	20/02/1991	01/01/1993	Xambioá
Santa Fé do Araguaia	20/02/1991	01/01/1993	Araguaína
Xambioá	14/11/1958	01/01/1989	Xambioá

Fonte: IBGE/SIDRA, 2010.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), Tabela 06, destacou-se o valor adicionado na agropecuária, indústria e serviços, permitindo diferenciar entre os municípios de acordo com a importância que ambos os segmentos exercem na economia da microrregião de Araguaína.

Tabela 06 - Distribuição do PIB na agropecuária, indústria e serviços nos municípios da Microrregião de Araguaína (2009).

Municípios	Valor adicionado bruto da agropecuária*	Valor adicionado bruto da indústria*	Valor adicionado bruto aos serviços*
Aragominas	16.520	3.227	18.354
Araguanã	13.335	4.271	19.127
Araguaína	59.302	319.076	1.013.261
Arapoema	24.234	6.251	29.929
Babaçulândia	15.879	40.097	33.874
Bandeirantes do Tocantins	23.321	11.816	13.327
Carmolândia	8.407	4.474	10.998
Colinas do Tocantins	22.914	41.123	158.688
Filadélfia	18.676	8.203	29.921
Muricilândia	14.981	2.187	11.849
Nova Olinda	25.850	20.609	63.362
Palmeirante	18.121	31.036	17.331
Pau d' Arco	15.495	2.988	16.897
Piraquê	15.377	2.672	12.290
Santa Fé do Araguaia	29.463	5.002	23.306
Xambioá	19.537	37.312	48.322

*Valor expresso em mil reais/PIB, referente ao ano de 2009.

Fonte: IBGE (cidades@), 2012.

A partir da tabela acima, observa-se que grande parte dos municípios tem seu PIB oriundo da atividade agropecuária. No caso de Araguaína e Colinas do Tocantins, o setor de serviços, em convergência com a indústria ligada à agroindústria, apresenta-se hegemônico, apesar da importância da pecuária para o primeiro. Isso evidencia que o município de Araguaína possui um mercado consumidor de razoável proporção, considerando-se a economia do estado como um todo, o que vem a favorecer a expansão de diversas atividades prestadoras de serviços pessoais e empresariais.

Outro ponto que pode ser destacado é a infraestrutura de transporte rodoviário na Microrregião de Araguaína, que é composta principalmente pelas estradas federais, BR-226 e BR-153, que cortam todo o estado do Tocantins. A BR-226 liga a microrregião de Araguaína à cidade de Estreito, no estado do Maranhão que, pela BR-153, chega-se à cidade Imperatriz e pela BR-230 chega-se a Balsas, ambas no mesmo estado. A BR-153, ao sul, possibilita a ligação da microrregião com o estado de Goiás e ao norte do Brasil.

Outra importante infraestrutura de transporte que já está em funcionamento ao longo da TO-335, que liga os municípios de Palmeirante e Colinas do Tocantins, é segundo Madruga (2009), a plataforma multimodal de transporte (Figura 02) pela VALEC (Engenharia, Construções e Ferrovia S/A),

que tem como proposta interligar a Hidrovia Tocantins-Araguaia, a BR-153 (rodovia Belém-Brasília) e a ferrovia Norte-Sul. Esta última tem a intenção de interligar o Centro-Oeste à Região Norte do Brasil a fim de escoar a produção (de soja especialmente) de toda essa região, sul do estado do Pará e norte do estado de Mato Grosso aos portos de exportação do litoral norte e nordeste do Brasil.

Figura 02 – Ponto de escoamento de grãos interligado a Plataforma multimodal construído na TO-335 entre os municípios de Palmeirante e Colinas do Tocantins.



Fonte: Foto do autor. Data: 30/06/2011.

A IMPORTÂNCIA DA PECUÁRIA PARA MICRORREGIÃO DE ARAGUAÍNA

A Microrregião de Araguaína tem na pecuária o elemento fundamental de sua produção socioeconômica, relacionada, sobretudo, à ocupação dessa região por meio da expansão da fronteira agrícola da região norte do país. Desta forma, a diversidade existente nos municípios é demonstrada nas várias formas de uso e ocupação da terra.

O rebanho bovino do Tocantins representa apenas 3,0% e 19,0% do efetivo nacional e da região Norte (Tabela 07), respectivamente, o equivalente a aproximadamente oito milhões de cabeças. Porém, a importância econômica da pecuária no estado é indiscutível. Estima-se que o valor do efetivo bovino no

estado seja superior a R\$ 6 bilhões (BANCO DA AMAZÔNIA, 2002). Além disso, existem 5,3 animais per capita, em contraste com cerca de 1,0 por habitante para o país como um todo. Este fato sugere a existência de dotações naturais favoráveis ao desenvolvimento da pecuária bovina no estado.

Embora a atividade pecuária esteja presente em praticamente todo o estado, é na mesorregião ocidental do Tocantins que está concentrada cerca de 80% do efetivo bovino. A Microrregião de Araguaína possui 20% do rebanho do estado, ou seja, 1,6 milhão de cabeças, como mostra a tabela 17 a seguir. Destas, 237 mil cabeças estão no município de Araguaína, o que equivale a 14% do total da microrregião. O município de Santa Fé do Araguaia, com o segundo maior efetivo, possui 141 mil cabeças, o que representa 8% do rebanho da microrregião.

Entre 1990 e 2000 há uma queda de aproximadamente 55% no número de bovinos no município de Araguaína, em virtude do desmembramento de alguns de seus distritos, dentre eles o de Santa Fé do Araguaia, ao qual coube boa parte do rebanho de Araguaína. Contudo esse número vem aumentando significativamente, dando à pecuária extensiva de corte o status de principal produto econômico do município.

Tabela 07 - Efetivo Bovino do Estado do Tocantins (2010).

	TOCANTINS (A)	MICRORREGIÃO ARAGUAÍNA (B)			ARAGUAÍNA (C)	SANTA FE DO ARAGUAIA (D)	
		(B)	(B/A) (%)	(C)	(C/B) (%)	(D)	(D/B) (%)
Efetivo	7.994.200	1.620.247	20,0	237.300	14,0	141.770	8,0

Fonte: IBGE/SIDRA, Pesquisa Pecuária Municipal, 2010.

No período de 1980 a 1990, Araguaína sofreu uma grande transformação no seu espaço agrário com a diminuição considerável das florestas naturais, que foram devastadas para dá lugar às pastagens e plantio de grãos. Este último utilizado, em sua maioria, para subsistência.

De acordo com Guedes e Rocha (2008), no ano de 1970, a quantidade de pastagens plantadas em Araguaína era de 76.763 ha, sendo que a quantidade de pastagens naturais era de apenas 22.786 ha. No ano de 1980 a quantidade de pastagens plantadas passa para 372.140 ha, havendo um crescimento de mais de 400%. Este aumento está associado à evolução do

efetivo de bovinos que teve um crescimento bastante significativo no período de 1970 a 1990, atingindo um crescimento de mais de 1000%.

Em relação Microrregião de Araguaína, essa apresentou um expressivo crescimento do efetivo bovino no período de 1990-1995 e 1997-2010 da ordem de 40,65% e 63,52%, respectivamente, como pode ser observado na Tabela 11. Em relação ao município de Araguaína, a trajetória foi distinta; no período 1990-1995 houve um decréscimo no rebanho, de 55%, em virtude da sua divisão territorial. No período seguinte, 1997-2010, contudo, registrou-se um crescimento de 48,31%. Já o município de Santa Fé, criado em 1993, experimentou um crescimento no seu efetivo bovino de 167,49% no período 1997-2010.

Tabela 11 – Taxa de Crescimento do Efetivo Bovino da Microrregião de Araguaína, Araguaína e Santa Fé do Araguaia. Períodos 1990-1995 e 1997-2010.

Variável	Microrregião de Araguaína		Araguaína		Santa Fé do Araguaia	
	1990-95	1997-10	1990-95	1997-10	1990-95	1997-10
	40,65%	63,52%	-55%	48,31%	-	167,49%

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal – 1990, 1995, 1997 e 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados levantados da microrregião geográfica de Araguaína, observa-se que o município de Araguaína é o principal indutor de crescimento da microrregião devido a sua importância econômica dentro do estado do Tocantins. Em virtude da sua localização estratégica, Araguaína é um atrativo para as atividades do ramo industrial, transporte, educação e saúde. Cabe citar também o município de Colinas do Tocantins que vem crescendo economicamente dentro da microrregião.

Em relação à distribuição da população rural e urbana, nos municípios de Araguaína, Xambioá e Colinas do Tocantins, a grande maioria da população reside na área urbana, atingindo uma taxa de urbanização de aproximadamente 95%. Nos demais municípios ainda permanecem características rurais.

A atividade agropecuária é principal elemento do PIB da maioria dos municípios. No entanto, em Araguaína e Colinas do Tocantins os setores de

serviços e indústria ligados à agroindústria se apresentam hegemônicos, apesar da importância da pecuária para o primeiro.

De forma geral, a microrregião de Araguaína tem na pecuária o elemento fundamental de sua produção socioeconômica, relacionada, sobretudo, à ocupação dessa região por meio ao estímulo à agropecuária e ao povoamento das margens dos rios Tocantins e Araguaia e que posteriormente foi dinamizado com o avanço da fronteira econômica impulsionado pela implantação da rodovia BR-153 e de vias transversais.

REFERÊNCIAS

AJARA, C.; BARBOSA, J. G.; BEZERRA, V. M. C. O Estado de Tocantins: reinterpretção de um espaço de fronteira. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53 (4): 5 – 48, outubro/dezembro. p 5–48, 1991.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Projeto de Contribuição ao Desenvolvimento dos Principais Arranjos Produtivos Locais Potenciais dos Estados da Amazônia: Estado do Tocantins**. 2002.

CAVALCANTE, M. E. S. R. **Tocantins: o movimento separatista do norte de Goiás 1821-1988**. São Paulo: Anita Garibaldi/Editora da UCG, 1999.

DUARTE, G. A.; LEMOS, L. C. S.; SOZINHO, R. B.; SENA, T. M. As (trans) formações sócio-espaciais no estado do Tocantins e o (des) envolvimento a partir da implantação da rodovia Belém-Brasília (BR-010). In: **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre-RS, p. 01-10. 2010.

GUEDES, L. S.; ROCHA, L. S. Elaboração de um banco de dados demonstrativo das alterações do quadro ambiental e socioeconômico do município de Araguaína –TO no contexto histórico temporal das décadas de 1970 a 1980. In: **IV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Araguaína. Anais**. p. 12-16. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 137p. 1990.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geociências. **Malha digital dos municípios, microrregiões e mesorregiões/Base 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em setembro de 2011.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acessado em agosto de 2010.

Madruga, W. L. **Levantamento da biodiversidade vegetal nos limites da lavoura da soja com o cerrado no Município de Palmeirante - TO.** Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2009.

TOCANTINS. **Anuário Estatístico do Estado do Tocantins.** Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente: Diretoria de Pesquisa e Informação. Palmas: Seplan, 2003.

AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM ARAGUAÍNA-TO: EXPRESSÕES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DESIGUAL

Roberto Antero³²

INTRODUÇÃO

A presença de seis núcleos de aglomerados subnormais ou favelas, identificados na cidade de Araguaína, é revelador de contradições resultantes das desigualdades socioespaciais, exemplificando situação de precariedade da habitação e da deficiente infraestrutura urbana.

A conceituação e identificação de aglomerados subnormais é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que generaliza no uso deste único termo, uma variedade de assentamentos habitacionais com situação fundiária irregular, com precariedade dos domicílios, dos serviços urbanos e dos padrões urbanísticos.

A coleta censitária de 2010 isenta desse fenômeno as demais cidades do Tocantins, o que é polêmico, pois conforme este critério, não haveria problemas urbanos relacionados à moradia precária ou de carência econômica nos demais centros urbanos tocantinenses.

Os especialistas nessa temática, tais como Marques e outros (2009), Costa e Nascimento (2005), concordam que para quem realiza pesquisa sobre cidade, favela e assemelhados a classificação censitária é uma profícua fonte de dados com abrangência nacional e que expressam confiança. Mas também direcionam críticas, sobretudo em relação ao termo empregado (subnormal) e sua generalização, bem como apontam limitações na metodologia de seleção destas áreas.

O processo de formação dos aglomerados subnormais nas cidades está vinculado, principalmente, ao contexto econômico, e neste sentido, quanto

³² Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína, TO, Brasil. E-mail: robertoantero@uft.edu.br.

maior a concentração de capital, maior também a capacidade de produção da riqueza e pobreza, que evidencia desigualdades socioespaciais.

Ao considerar aglomerados subnormais como unívoco de favelas, e nesta perspectiva, como conteúdo de desigualdades socioespaciais em Araguaína, não significa afirmar que a pobreza urbana e/ou precariedade de moradia é exclusiva destes espaços, pois ao contrário, é muito numerosa por toda a cidade.

Neste trabalho de investigação, argumenta-se sobre a ocorrência dos aglomerados subnormais em Araguaína, caracterizando-os e comparado com outras áreas empobrecidas da cidade, que conjuntamente são consideradas expressões do crescimento econômico desigual na produção de espaços urbanos. Para tornar mais clara e compreensível essa questão, dados censitários foram sintetizados e categorizados como indicadores de desigualdades socioespaciais.

Araguaína, a cidade investigada, está localizada ao norte do estado do Tocantins (Figura 1). Em pesquisa anterior de Silva (2012), foi apurado que esta cidade é centro regional de apoio à pecuária estadual, e principal fornecedora de carne bovina ao mercado mundial, acumulando ainda funções de distribuição de bens e serviços para população local e de cidades circunvizinhas; mas também, portadora de problemas urbanos, contradições urbanas e regionais.

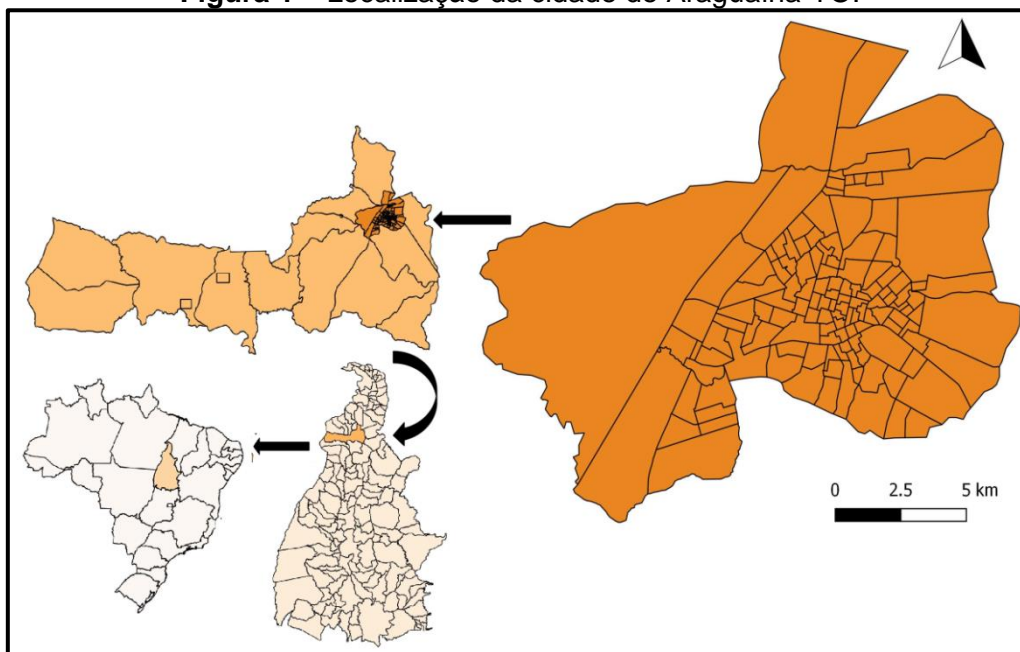
A metodologia operacional consistiu na revisão de bibliografia, dados secundários e pesquisa de campo. A revisão bibliografia teve como base como Bueno (2009), Costa e Nascimento (2005), Gondim (2009), IBGE (2001), Marques e outros (2009) dentre outros.

Os dados secundários foram coletados no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e categorizados como indicadores de desigualdades socioespaciais. Utilizou-se variáveis constantes em microdados do Censo Demográfico 2010, apresentadas pelo setor censitário sobre abastecimento de água, serviço de coleta do lixo, o tipo de esgotamento sanitário, e a existência de sanitário na residência, renda e escolaridade do chefe do domicílio.

O setor censitário é a compartimentação da cidade em pequenas áreas geográficas, correspondente à menor unidade de coleta censitária, que pode

ou não coincidir com o território de um bairro. O setor censitário pode abranger apenas parte de um bairro, assim como pode ser formado por mais de um bairro, ou também pode ocorrer a existência de um bairro formado por diversos setores censitários. Isto exigiu que os resultados dos indicadores socioespaciais fossem contextualizados conforme as principais divisões internas da cidade, como bairros, setores, vilas, loteamentos, zonas, etc.

Figura 1 – Localização da cidade de Araguaína-TO.



Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor.

Os temas sintetizam informações para os dez setores censitários e seus bairros correspondentes, que apresentaram os piores percentuais de renda e alfabetização dos chefes de domicílio, de oferta dos serviços públicos de água por rede, coleta de lixo e esgotamento sanitário, e aqueles com maior percentual de domicílios sem aparelho sanitário.

A pesquisa de campo realizada visou um reconhecimento dos aglomerados subnormais (entre fevereiro e março de 2014), procedendo com registro fotográfico e em diário de anotações.

Este trabalho, ao fazer uso do parâmetro utilizado pelo IBGE para classificar aglomerados subnormais, revela limitações, mas que podem contribuir para o aperfeiçoamento da metodologia, ao apresentar discussão sobre a particularidade do fenômeno em Araguaína.

O estudo está estruturado da seguinte forma: após parte introdutória, apresenta-se brevemente a formulação do conceito e a metodologia utilizada para identificação de aglomerados subnormais, contextualizando o fenômeno no panorama nacional, regional e em Araguaína. Na sequência, argumenta-se sobre os aglomerados subnormais como expressões do crescimento econômico desigual, subsidiado por dados censitários e pesquisa de campo.

PANORAMA NACIONAL DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS

Aglomerado subnormal é um termo genérico para designar áreas de moradia popular mais conhecidos por favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. A denominação, conceituação e identificação é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza como base os seguintes critérios:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais (IBGE, 2011, p. 19).

O critério referente ao número de habitações aparece em destaque. A irregularidade fundiária dos assentamentos combinada com precariedade de urbanização e/ou de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) também é decisivo na identificação dos aglomerados subnormais.

Na classificação de aglomerados subnormais são consideradas características como precariedade dos domicílios, dos serviços urbanos e dos padrões urbanísticos, a densidade de ocupação, a situação fundiária e o número de domicílios, que aparece em destaque, pela exigência de um

quantitativo superior a cinquenta domicílios constituídos de maneira contígua (SILVA, 2014).

O recorte territorial designado como Aglomerado subnormal é formado por um ou diversos setores censitários, que são assim classificados de modo prévio ao censo demográfico. Por sua vez, setor censitário é a desagregação mínima para coleta de informações durante o censo, correspondente a área a ser percorrida por um só recenseador (IBGE, 2011; MARQUES et. al., 2009).

Foram identificados aglomerados subnormais em todas as grandes regiões brasileiras, nos 26 estados e no Distrito Federal. O maior quantitativo de setores subnormais e população residente está nas metrópoles e regiões metropolitanas, mas há presença em cidades de porte médio e pequenas.

As características do sítio urbano da cidade interferem no padrão de distribuição dos setores subnormais. A maior parte está localizada em áreas inadequadas para a urbanização e moradia, “como encostas íngremes no Rio de Janeiro (RJ), áreas de praia em Fortaleza (CE), vales profundos em Maceió (AL), manguezais em Cubatão (SP), e igarapés e encostas em Manaus (AM)” (IBGE, 2011, p. 34).

No País foram identificados 6.329 setores subnormais localizados em 323 municípios. Eles concentravam 6% da população brasileira, distribuída por 3,2 milhões de domicílios dentre os quais, 88,6% agrupados em 20 regiões metropolitanas. No comparativo entre as grandes regiões brasileiras, o maior agrupamento de domicílios é na região Sudeste com 49,8% do total nacional, seguido pelo Nordeste que detinha 28,7%, e a região Norte, concentrando 14,4%. Registra-se menores ocorrências nas regiões Sul, com 5,3%, e Centro-Oeste com 1,8% (IBGE, 2011).

A distribuição quantitativa de aglomerados subnormais por regiões é de 145 localizados na região Sudeste, 70 na região Nordeste, 51 na região Sul, 48 na região Norte e 9 na região Centro-Oeste (IBGE, 2011).

Na região Norte, a maioria dos aglomerados subnormais é formada em áreas ribeirinhas sujeitas a inundações periódicas, localizados em municípios do interior dos estados do Pará e Amazonas. Na região Nordeste, 74,3% estão localizados em municípios pertencentes à região metropolitana. As regiões Sudeste e Sul apresentam padrões semelhantes com metades das ocorrências em regiões metropolitanas. Já no Centro-Oeste, dos nove municípios

identificados com setores subnormais, apenas um não compõe recorte metropolitano (IBGE, 2011).

A dimensão do problema torna-se mais complexa com a identificação de setores subnormais em municípios de pequeno quantitativo populacional, e que não formam regiões metropolitanas. É o caso de Bandeira (MG), com população de 4.984 habitantes, Ibirarema (SP) com 6.709, e Japaratinga (AL), com 7.727 residentes.

Em termos relativos, a maior taxa de residentes em aglomerados é do estado do Pará, com 16,7%, seguido pelo Amapá, com 16,2% da população estadual. O Rio de Janeiro, que se tornou conhecido nacionalmente pelas belezas naturais e pelas favelas concentradas na sua capital, possui 12,7% de sua população residindo nestes setores (IBGE, 2011).

Em praticamente todas as capitais estaduais são contabilizados setores subnormais. A única exceção foi Palmas, capital do Tocantins, pois neste estado, a ocorrência, registrada pelo IBGE em 2010, é apenas na cidade interiorana de Araguaína.

Ciente de críticas apontadas relativas à definição e identificação censitária pelo IBGE, optou-se em verificar a ocorrência do fenômeno aglomerado subnormal em outras cidades da rede urbana estadual (Palmas e Gurupi) e em cidades do Sudeste da Amazônia Oriental (Marabá-PA e Imperatriz-MA), em condições econômicas e demográficas similares as de Araguaína.

A classificação censitária isenta desse fenômeno as demais cidades de Tocantins. Este agrupamento de assentamentos irregulares nesta única cidade da rede urbana estadual é controverso, pois seguindo este critério, nas demais cidades, incluindo Palmas e Gurupi, não haveria problemas urbanos relacionados à precariedade de habitação, e ao uso e acesso à terra naquelas cidades.

As contradições da definição censitária mostram-se, também, quando se compara Araguaína com Marabá e Imperatriz, duas cidades médias da rede urbana do Sudeste da Amazônia Oriental, classificadas com funções econômicas e níveis de hierarquia similares a Araguaína.

Em Marabá, 12,3% dos habitantes são residentes nos 11 aglomerados subnormais localizadas na sede municipal. A definição censitária mostra que o

Pará é o estado brasileiro com maior percentual de moradores em favelas (16,7%); e que em Marabá esta condição não é diferente, pois o percentual é mais que o dobro da média nacional (IBGE, 2010).

Em Imperatriz, ao contrário, o IBGE não identificou aglomerados subnormais; diferente dos resultados comparativos dos indicadores de pobreza, alfabetização, condições de saneamento básico, moradia improvisada, que mostraram Imperatriz em situação crítica, similar às demais cidades da Amazônia.

A pesquisa realizada por Marques e Outros (2007) contesta os resultados sobre aglomerados subnormais do Censo Demográfico de 2000. Eles utilizam o termo “setores precários” e outra metodologia para comparar assentamentos com características socioeconômicas, demográficas e habitacionais similares às dos setores subnormais, mas que não foram classificados como tal.

Os resultados obtidos por Marques e Outros (2007) ampliaram significativamente o quantitativo destes setores chamados de precários, bem como identificaram um conjunto expressivo destes assentamentos com características dos setores subnormais, na maioria das cidades em que o IBGE registrou como inexistentes.

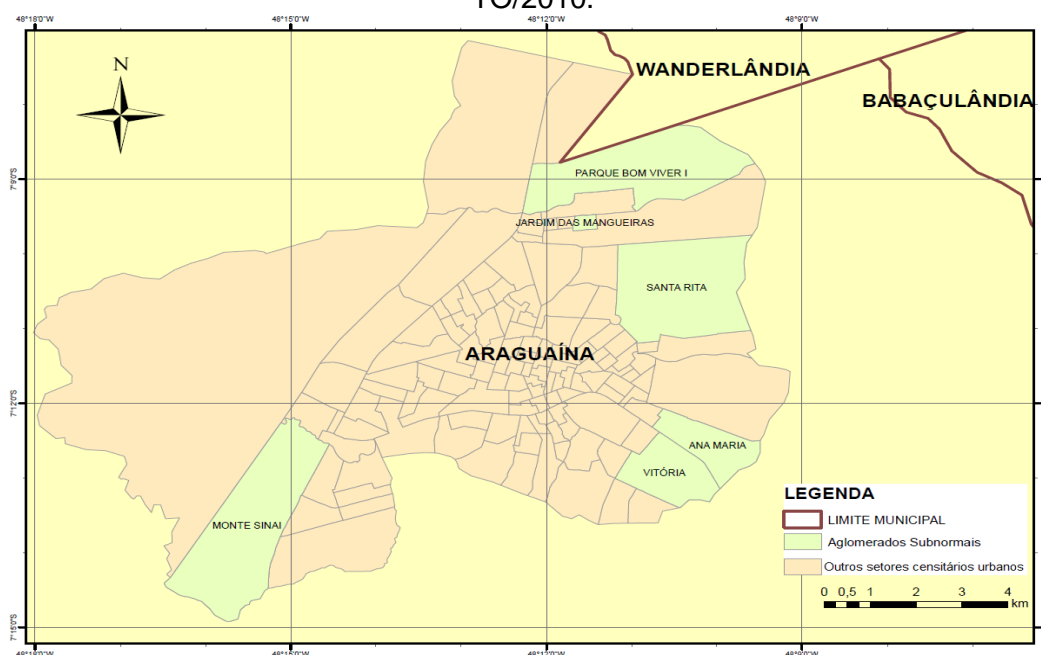
Para o conjunto dos municípios estudados, em 2000, o IBGE classificava como subnormais 7,5% dos setores censitários. Na proposta de Marques e Outros (2007) foram classificados mais 6.907, o que resultou, aproximadamente, em dobrar a estimativa de setores que concentram condições habitacionais precárias, chegando a 14,3%.

No Tocantins não havia nenhum município com setor censitário classificado como subnormal. Ao incluir Palmas no estudo, Marques e Outros (2007) identificaram que 7,41% da população da capital residiam em setores precários. A cidade de Imperatriz, sem aglomerados subnormais, não foi incluída no dos autores citados. O problema pode, então, estar relacionado à metodologia de identificação destes aglomerados aplicada pelo IBGE, que não reconhece alguns espaços como tal.

AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM ARAGUAÍNA

Em Araguaína, são identificados, pelo IBGE, como setores subnormais: Ana Maria, Jardim das Mangueiras, Monte Sinai, Parque Bom Viver I, Santa Rita e Vitória. Esses setores são periféricos, nos extremos do tecido urbano, distantes da área central e dos principais equipamentos urbanos de uso coletivo (Figura 2).

Figura 2 – Localização dos aglomerados subnormais em Araguaína – Araguaína-TO/2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010) Elaboração do autor.

Acompanham e fomentam a tendência de expansão urbana de Araguaína, para as zonas Nordeste (Santa Rita e Ana Maria), Norte (Parque Bom Viver I e Jardim das Mangueiras), Sul (Monte Sinai), Leste (Vitória). A concentração é ao Leste da rodovia Belém-Brasília, com exceção do aglomerado Monte Sinai disposto a Oeste da rodovia federal e próximo ao aeroporto da cidade (Figura 2).

São assentamentos de moradia ocupados recentemente, a exemplo da Santa Rita (2009) e Monte Sinai com processo iniciado em meados do ano 2000. Vitória, Ana Maria e Parque Bom Viver I tiveram ocupação iniciada no final da década de 1990, intensificada no início deste século XXI. O mais antigo

é Jardim das Mangueiras, que recebeu seus moradores entre o final da década de 1980 e início da década de 1990.

Ocupam as bordas extremas da cidade, avançando para Área de Proteção Ambiental (APA) das nascentes de Araguaína. Os setores Ana Maria, Santa Rita e Vitória são exemplos dessa expansão urbana para áreas de preservação ambiental, com consequências sobre o meio ambiente e a população, com a poluição dos recursos hídricos e dos mananciais com risco de epidemias.

De acordo com os dados oficiais oferecidos pelo IBGE (2010), essa situação de precariedade no uso e acesso aos terrenos urbanos em Araguaína atinge 2.097 domicílios e uma população de 7.364 pessoas residentes em áreas subnormais (Tabela 1).

Tabela 1 – Aglomerados subnormais por domicílio e população residente – Araguaína-TO, 2010.

Aglomerados subnormais	Domicílios	População residente
Ana Maria	336	1 146
Jardim das Mangueiras	229	835
Monte Sinai	623	2 242
Parque Bom Viver I	259	886
Santa Rita	170	602
Vitória	480	1 653
Total	2 097	7 364

Fonte: IBGE (2010). Elaboração do autor.

Os aglomerados subnormais em Araguaína possuem entre 170 (Santa Rita) a 623 domicílios (Monte Sinai), que se apresentam de maneira fragmentada no conjunto urbano, com exceção do Vitória e Ana Maria, separados apenas pela Avenida Filadélfia (Figura 2, Tabela 1). A densidade média de moradores é mais alta que nas outras áreas urbanas. A média de Araguaína é de 3,4 moradores por domicílio, enquanto que nos aglomerados subnormais é de 3,5 (IBGE, 2010).

Araguaína tem uma proporção de quase 5% da população residindo nestas áreas, bem próximo do índice nacional. O Monte Sinai é o que possui maior quantitativo de população, mas é o setor censitário Santa Rita, com menor número de habitantes, que vem experimentando maior dinâmica e

fragmentação interna, com duas novas áreas de ocupação: o Setor Presidente Lula e a Vila Maranhão.

A condição jurídica de ocupação é uma característica comum, com irregularidade fundiária em todos, seja por ocupação indevida para moradia ou loteamento clandestino. Essa, aliás, é peculiaridade em diversas áreas da cidade, como Vila Norte, Entroncamento, Barros, Maracanã, Raizal, Brejão, Vila Goiás e áreas do São João, dentre outras.

Figura 3 – Aspectos dos aglomerados subnormais Parque Bom Viver I e Santa Rita Araguaína – TO, 2015.



Fonte: Próprio autor, 2015.

São áreas com escasso ou nenhum interesse do mercado formal de terras, e deste modo, os terrenos ali existentes são uma alternativa de acesso à moradia para populações com menos recursos financeiros.

Isso é um conteúdo e forma concreta do processo de urbanização sob o modelo capitalista: mantém uma divisão social da terra urbana em relação aos pobres, a quem cabem as áreas em piores condições

Em geral possuem baixa densidade de ocupação, caracterizada por uma sequência terrenos sem uso, que possuem tamanhos e formas semelhantes; as vias de circulação são bem definidas, algumas largas, e alinhadas, mas sem pavimentação. A Figura 3 demonstra estas características nos setores Parque Bom Viver I e Santa Rita.

Os setores Ana Maria e Vitória possuem exceções quanto a estas características, pois apresentam maior proximidade entre os domicílios, evidenciando maior densidade de ocupação e mesmo que raro, ruas pavimentadas.

Os domicílios apresentam um padrão construtivo popular. A alvenaria é o material utilizado na construção da maioria das casas, com raras exceções, paredes rebocadas com cimento, sendo possível encontrar residências construídas com madeira.

O setor Ana Maria contrasta com a condição dos outros setores subnormais, facilmente notada pela quantidade de residências com adequado padrão construtivo, em contraponto ao ínfimo número de casas que indicam pertencer a moradores mais empobrecidos (Figura 4).

Figura 4 – Infraestrutura e padrão construtivo no aglomerado subnormal Ana Maria – Araguaína-TO, 2015.



Fonte: Próprio autor, 2015.

Este Setor corresponde à definição censitária com observância dos critérios de precariedade e/ou ausência de equipamentos e serviços públicos essenciais; de construções não regularizadas por órgãos públicos; e o de que significativa parte da área é constituída por invasão.

A observação do padrão construtivo de residências do setor Ana Maria é uma realidade diferente das demais áreas com a mesma classificação em Araguaína, e expõe as dificuldades conceituais dessa tipologia de subnormal, que torna homogênea a área heterogênea.

Expõe-se que uma das dificuldades apontadas por pesquisadores sobre diferenciar favelas a partir dos dados censitários refere-se à obrigatoriedade de um quantitativo mínimo de 51 domicílios que podem subestimar e superestimar os dados referentes ao setor (GONDIM, 2010; BUENO, 2009).

Essas informações que permitem uma comparação entre os setores Ana Maria e Parque Bom Viver I demonstram a heterogeneidade da pobreza em

Araguaína, assim, como também expõem uma fragilidade do conceito de aglomerado subnormal.

No caso dos setores classificados como subnormais é perturbadora a agilidade do poder público municipal em incorporar essas áreas, formalmente ilegais, em zonas tributárias da cidade, procedendo cobrança de IPTU, velocidade que não parece ser a mesma para disponibilizar infraestrutura e serviços públicos para os moradores.

DINÂMICA SOCIOESPACIAL DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM ARAGUAÍNA

Para tornar mais clara e compreensível essa questão sobre os aglomerados subnormais, em Araguaína, como espaços precários de moradia, expressão do crescimento econômico desigual, foram sintetizados dados utilizados como indicadores de desigualdades socioespaciais.

As Tabelas 3 e 4 sintetizam estas informações para os dez setores censitários e seus bairros correspondentes que apresentaram os piores percentuais de renda e alfabetização dos chefes de domicílio, de oferta dos serviços públicos de água por rede e coleta de lixo, e aqueles com maior percentual de domicílios sem aparelho sanitário.

Optou-se em não avaliar a oferta de esgoto por rede, já que este serviço é uma raridade em Araguaína. De acordo com o IBGE (2010), apenas 10,01% dos domicílios da cidade possuem solução satisfatória para o esgotamento sanitário, através da rede de esgotos pluvial. Nos aglomerados subnormais e em mais outros vinte setores censitários a oferta é inexistente.

Quanto ao rendimento, o maior percentual de chefes de domicílios que ganham até 1 salário mínimo está no setor Céu Azul. Nesse item, os piores indicadores estão em quatro aglomerados subnormais (Jardim das Mangueiras, Santa Rita, Parque Bom Viver I e Vitória) e em outros seis setores distintos (Céu Azul, Nova Araguaína, Raizal, Vila Norte, Maracanã e Tiúba).

No Setor Barros encontra-se o maior percentual de chefes não alfabetizados, acompanhados por mais oito setores e apenas um aglomerado subnormal, Parque Bom Viver I (Tabela 3). Portanto, esses piores indicadores

de renda e escolaridade não estão restritos apenas aos moradores das áreas precárias.

Tabela 3 – Percentual de chefes de domicílios com renda de até 1 salário mínimo e não alfabetizados por bairros e aglomerados subnormais - Araguaína – TO/ 2010

Chefes com renda de até 1 salário mínimo		Chefes não alfabetizados (%)	
Bairros/Setores	(%)	Bairros/Setores	(%)
Céu Azul	61,0	Barros	27,6
Nova Araguaína	60,4	Parque Bom Viver I	25,9
J. Mangueiras ¹	60,0	Maracanã	24,4
Raizal	55,6	Bela Vista	21,8
Santa Rita	54,7	Céu Azul	21,6
Vila Norte	54,5	Brejão	21,1
Parque Bom Viver I	54,4	Fátima/Xixebal	20,4
Maracanã	53,2	Terezinha	19,3
Tiúba	52,6	Araguaína Sul	19,1
Vitória	52,3	Palmas	18,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (Microdados por setor censitário). Elaboração do autor.

Nota 1: Os aglomerados subnormais estão realçados em cinza.

Seguindo na análise dos piores indicadores socioespaciais, tem-se a oferta de água potável e condições sanitárias (Tabela 4). O menor percentual de domicílios servidos por água encanada está no aglomerado subnormal Monte Sinai, seguido por outros dois Santa Rita e Ana Maria, mas também estão incluídos nesse tipo de precariedade urbana sete setores não considerados subnormais.

Alguns bairros selecionados entre os que não são servidos por água da rede geral (Rodoviário, Mansões do Lago, São Miguel, Manoel Cardoso, José Ferreira) abrigam famílias de renda média a alta, evidenciando que este indicador não imputa a estas áreas a condição de espaços de habitação precária (Tabela 4).

Quanto à coleta de lixo, é no Setor Brejão a maior deficiência desse serviço. Nesse quesito, estão empatados os setores subnormais e os não ilegais em quatro localidades, cada um deles com carência desse serviço (Tabela 4).

Quanto às condições sanitárias, 27,5% dos domicílios em Monte Sinai estão sem sanitário, e 10,4% em Parque Bom Viver I, ambos aglomerados

subnormais. Mesmo estando entre os piores, os demais setores guardam uma diferença acentuada em relação a esses dois lugares, pois oscilam entre 6,3 a 4,4% de seus domicílios sem sanitário, sendo mais dois aglomerados subnormais e cinco setores não irregulares. Novamente, os piores indicadores estão distribuídos entre setores pobres e os mais beneficiados.

Tabela 4 – Percentual de domicílios com rede geral de água, lixo coletado e sem sanitário por bairros e aglomerados subnormais com indicadores mais críticos – Araguaína – TO/ 2010.

Domicílios com água da rede geral (%)		Domicílios com lixo coletado (%)		Domicílios sem sanitário (%)	
Bairros/setores	%	Bairros/setores	%	Bairros/setores	%
Monte Sinai ¹	46,0	Brejão	25,0	Monte Sinai	27,5
Santa Rita	50,9	Santa Rita	37,0	Parque Bom Viver I	10,4
Brejão	51,3	Vitória	46,9	Santiago	6,3
Fátima/Xixebal	73,6	Monte Sinai	52,6	Santa Rita	6,1
Ana Maria	77,7	Parque Bom Viver I	54,8	Maracanã	6,0
Rodoviário	78,1	Araguaína Sul	68,9	Fatima	5,9
Mansões do Lago	86,4	Universitário	74,3	Universitário	5,8
São Miguel	87,7	Maracanã	75,4	Araguaína Sul	5,2
Manoel Cardoso	88,2	Ana Maria	78,6	Vitória	4,8
José Ferreira	89,8	Fátima/Xixebal	79,8	Barros	4,4

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010 (Microdados por setor censitário). Elaboração do autor.

Nota 1: Os aglomerados subnormais estão realçados em cinza.

Os aglomerados subnormais estão entre áreas de irregularidade no uso e posse do terreno urbano, pelo alto valor da terra em relação ao nível de renda dos moradores e pela ação humana produtora de degradação ambiental, ocorrendo casos de responsáveis pelos domicílios analfabetos.

Os indicadores apresentados não situaram os aglomerados subnormais como áreas exclusivas das maiores carências habitacionais, nem dos responsáveis pelo domicílio como aqueles dos mais baixos rendimentos e menor nível de alfabetização, pois essa situação também ocorria em outros setores da cidade não denominados de aglomerados subnormais.

Foi constatado que os aglomerados subnormais estão entre as áreas precárias com os indicadores críticos, mas, não coube a eles, o malgrado de setores com os piores indicadores.

O agravante dessa condição é a ocorrência da carência e/ou ausência de infraestrutura e serviços públicos em áreas empobrecidas – aglomerados subnormais ou não – impondo adversidades aos moradores que em desvantagem econômica, não dispõem de renda para comprar esses benefícios, e assim ter acesso aos serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de espaços periféricos decorrentes de um crescimento planejado desigualmente é inerente ao processo de urbanização das cidades brasileiras, em Araguaína também é destacado. A ocupação de lugares preteridos pela urbanização formal é uma estratégia de sobrevivência da população de baixa renda, que neste caso, fica quase que totalmente sem assistência do poder público.

A metodologia utilizada revelou que não é exclusividade dos aglomerados subnormais o atributo dos piores indicadores e de precariedade da moradia, quando se considera a oferta de infraestrutura urbana, de serviços público, renda e alfabetização do chefe de domicílio.

Observou-se que outros setores compartilham da condição de precariedades urbanas, e que havia indicadores favoráveis entre os assentamentos irregulares subnormais. Neste grupo dos bairros em desvantagem estão novas e antigas áreas de moradia popular, entre as quais os aglomerados subnormais.

Além disso, reviu-se o conceito de aglomerados subnormais (IBGE) à luz da literatura especializada e procurou aplicar criticamente esse conceito à realidade dos espaços desiguais em Araguaína.

Confirmou-se outra limitação do conceito de aglomerado subnormal quanto a sua inviabilidade como padrão para identificar precariedade de moradia entre cidades, o que reforça que há falhas na definição censitária. Apesar disso, as informações dessa classificação censitária não devem ser desprezadas, desde que não sejam consideradas como critério isolado.

REFERÊNCIAS

BUENO, L. M. Contribuições para o conhecimento sobre as favelas no Brasil. In: SILVA, Jaílson et. al. (Org.). **O que é, afinal, a favela?** Rio de Janeiro, Observatório das Favelas, 2009. Disponível em <<http://observatoriodefavelas.org.br/acervo/o-que-e-a-favela-afinal-2/>>. Acessado em junho de 2013.

COSTA, V. G.; NASCIMENTO, J. A. S. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10**, 2005, São Paulo. Disponível em <<http://observatoriogeograficoAmericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/14.pdf>>. Acessado em julho de 2013.

GONDIM, L. M. P. Aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário – “diga lá, o que é, o que é?” In: SILVA, J. (Org.). **O que é, afinal, a favela?** Rio de Janeiro, Observatório das Favelas, 2009. Disponível em <<http://observatoriodefavelas.org.br/acervo/o-que-e-a-favela-afinal-2/>>. Acessado em junho de 2013.

IBGE. Censo demográfico 2010. **Resultados do universo por setor censitário, município, UF e Brasil.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acessado entre setembro e agosto de 2015.

_____. Aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf>. Acessado em dezembro de 2012.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-182.

MARQUES, E. (coord.) et. al. **Assentamentos precários no Brasil Urbano.** Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em <http://www.centrodametropole.org.br/mc/assets/pdfs/assentamentos_web.pdf> Acessado em maio de 2013.

SILVA, M. C. **Leishmaniose Visceral: fatores determinantes e condicionantes de uma epidemia anunciada em Araguaína-TO.** 2013. 172 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia (MG). Disponível em <<http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/350>>. Acessado em janeiro de 2014.

SILVA, R. A. **Agropecuária de Araguaína e novas centralidades.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 2012. 153 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012. Disponível em <<http://www.uece.br/mag>>. Acessado em janeiro de 2013.

_____. Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas. In: **Revista GeoUECE**. Número Especial, p.26-41, dez. de 2014. Disponível em <<http://seer.uece.br/geouece>>. Acessado em janeiro de 2015.

Geografias tocantinenses e outras leituras

O estado do Tocantins encontra-se na transição entre dois grandes e importantes biomas, a floresta amazônica e o cerrado, o que permite leituras comparativas importantes acerca de situações geográficas similares, não só entre os biomas em tela, mas entre outros possíveis, tanto no Brasil, quanto outras partes do mundo.

Debruçar-se sobre a realidade tocantinense é procurar os meandros da compreensão de complexos dilemas de ocupação territorial, de formação das cidades, de expansão da agricultura de exportação contemporânea, das formas de transmissão dos conhecimentos no ensino de Geografia.